



Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte de 2020



RELATÓRIO FINAL

Abril de 2014



INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA



Intervir+
Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico
e Coesão Territorial da RAM



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
relatório síntese

UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte de 2020

Equipa de Estudo

A. Oliveira das Neves (Coordenador)

Gisela Ferreira, Luís Centeno, Natalino Martins, Nelson Souza,

Filipa Albuquerque e Tiago Pereira

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA



Índice

APRESENTAÇÃO

A. DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL.....	1
<i>A.1. Elementos de síntese da evolução recente da economia: uma visão comparada</i>	<i>1</i>
<i>A.2. Dinâmicas empresariais, emprego e qualificações.....</i>	<i>5</i>
<i>A.3 Setores de especialização e setores emergentes.....</i>	<i>18</i>
B. APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - Infraestruturas, Incentivos e Formação de Competências.....	23
<i>B.1. Infraestruturas tecnológicas</i>	<i>23</i>
<i>B.2. Outras Infraestruturas/Entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial.....</i>	<i>32</i>
<i>B.3. Instrumentos de financiamento de apoio ao tecido empresarial</i>	<i>36</i>
<i>B.4. Formação Profissional</i>	<i>42</i>
C. OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	45
<i>C.1. Análise SWOT da Economia Regional e do Tecido Empresarial</i>	<i>45</i>
<i>C.2. Um novo quadro conceptual para a inovação estratégica.....</i>	<i>52</i>
<i>C.3. O PREE-RAM e as novas orientações comunitárias para o período 2014-2020</i>	<i>59</i>
D. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL	69
<i>D.1. Cenários contrastados de evolução da economia da RAM</i>	<i>69</i>
<i>D.2. Análise comparativa dos Cenários e construção de uma Estratégia consolidada</i>	<i>76</i>
E. PLANO REFERENCIAL ESTRATÉGICO	85
<i>E0. Enquadramento global</i>	<i>85</i>
<i>E1. Prioridades de Desenvolvimento Empresarial</i>	<i>86</i>
<i>E2. Sistemas de Incentivos.....</i>	<i>96</i>
<i>E3. Outros Instrumentos de apoio financeiro</i>	<i>113</i>
<i>E4. Condições de Suporte</i>	<i>120</i>
<i>E5. Governação e Monitorização do Plano</i>	<i>127</i>
ANEXO ESTATÍSTICO	133

Índice de Tabelas

Tabela 1. Evolução dos principais indicadores regionais entre 2007 e 2012	1
Tabela 2. Taxas médias de crescimento anual do PIB a preços constantes de 1996	3
Tabela 3. Número de empresas segundo os escalões de pessoal ao serviço, na RAM em 2012	6
Tabela 4. Número de empresas e dimensão média na RAM e em alguns dos setores mais relevantes	7
Tabela 5. Indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM	7
Tabela 6. Taxas de criação e destruição de empresas, por ramo de atividade na RAM	8
Tabela 7. Taxas de Atividade, Emprego, Desemprego e Inatividade na RAM (%)	14
Tabela 8. População ativa, por nível de escolaridade completo (2012)	16
Tabela 9 - Quociente de Localização do Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da RAM	20
Tabela 10. Despesa em I&D e Proporção da despesa em I&D no PIB.....	23
Tabela 11. Síntese de indicadores de inovação das empresas (2008-2010)	25
Tabela 12. Investigadores e pessoal em I&D (2011)	25
Tabela 13. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação, por e Objetivo da inovação implementada (2008-2010)	26
Tabela 14. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação, segundo o tipo de inovação (2008-2010)	26
Tabela 15. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação, segundo o tipo de despesa (2008-2010)	27
Tabela 16. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) sem atividades de inovação que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação, por tipo de obstáculo (2008-2010)	28
Tabela 17. Unidades Científicas de I&D da RAM	30
Tabela 18. Unidades tecnológicas de ID&I da RAM	30
Tabela 19. Dinâmicas de ocupação dos Parques Empresariais (2010-2012)	33
Tabela 20. Infraestruturas/Entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial	34
Tabela 21. Oferta da Universidade da Madeira	35
Tabela 22. Projetos aprovados nos Sistemas de Incentivos ao Investimento do INTERVIR + (31 de Dezembro de 2013)	37
Tabela 23. Indicadores de Capitalização de Empresas* na RAM (2011)	40
Tabela 24. Projetos aprovados no INTERVIR +relacionados com o reforço de capacidades e competências das estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial e infraestruturas tecnológicas (31 de Dezembro de 2013) ..	41
Tabela 25. Projetos aprovados no Eixo I do Programa RUMOS (31 de Dezembro de 2013)	42
Tabela 26. Projetos aprovados no Eixo II do Programa RUMOS (31 de Dezembro de 2013)	43
Tabela 27. Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças	45
Tabela 28. Matriz SWOT – Pontos Fortes e Pontos Fracos	49
Tabela 29. Cenários contrastados de desenvolvimento económico, segundo elementos-chave de análise e prospectiva	70
Tabela 30. Síntese das principais Orientações e Impactos dos Cenários Contrastados de Desenvolvimento	77
Tabela 31. Risco, incerteza e tendências de divergência dos Cenários	79
Tabela 32. Parametrização probabilística de Riscos e Incertezas	80
Tabela 33. Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Instrumentos de Intervenção para a promoção empresarial na RAM.....	106
Tabela 34. Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Prioridades Estratégicas do SI	107
Tabela 35. Prioridades Estratégicas do SI e Instrumentos de intervenção	108

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do PIB Regional a preços constantes (1996-2012).....	2
Figura 2. Taxas de Crescimento Real do PIB na RAM e no conjunto da economia portuguesa (1996-2012)	2
Figura 3. Taxas de crescimento real do PIB na Madeira e regiões comparáveis	3
Figura 4. PIB <i>per capita</i> em PPS em percentagem da média da UE28 (=100) na RAM e regiões comparáveis	4
Figura 5. FBCF - Taxa de variação em volume (%).....	4
Figura 6. FBCF - Taxas de investimento (FBCF/PIB) (%)	5
Figura 7. Estrutura dimensional das empresas da RAM em 2012	6
Figura 8. Evolução do emprego na Região Autónoma da Madeira.....	8
Figura 9. Evolução da produtividade aparente do trabalho 1996-2011, preços constantes	9
Figura 10. Taxas de crescimento real anual da Produtividade aparente do trabalho	9
Figura 11. Crescimento real acumulado da Produtividade aparente do trabalho (%).....	10
Figura 12. Estrutura setorial do Emprego na RA da Madeira.....	11
Figura 13. Componentes do crescimento do PIB em volume	12
Figura 14. Custos do trabalho, por unidade produzida (CTUP) 1995-2010	12
Figura 15. Evolução média das remunerações do trabalho	13
Figura 16. Crescimento comparado da Produtividade e das Remunerações médias do trabalho	14
Figura 17. Taxas de desemprego média anual na RAM e no conjunto da economia portuguesa	15
Figura 18. Taxas de desemprego na Madeira e nas economias comparáveis	15
Figura 19. População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado	17
Figura 20. Oferta de camas em estabelecimentos hoteleiros na RAM (série longa 1976 a 2013)	18
Figura 21. Rendimento médio por cama disponível (RevPar) na RAM (série longa 1978 a 2012).....	18
Figura 22 - Estrutura setorial do VAB na RA da Madeira e em Portugal	19
Figura 23. Evolução da distribuição das despesas em I&D, por setor de execução.....	24
Figura 24. Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI) da RAM	29
Figura 25. Fatores a considerar na gestão da mudança complexa	52
Figura 26. Distribuição do valor acrescentado na cadeia de valor tradicional	54
Figura 27. Distribuição do valor acrescentado na nova cadeia de valor	55
Figura 28. Empresa Metanacional: os níveis de competição na Economia do Conhecimento Globalizada	56
Figura 29. Componentes de um produto de sucesso.....	57
Figura 30. Efeito da concretização dos riscos e incertezas sobre a trajetória do PIB da RAM.....	80

APRESENTAÇÃO

A *Elaboração do Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM)*, no horizonte de 2020, teve por suporte o processamento de um conjunto de elementos de informação empírica, adiante sistematizados nos vetores mais importantes:

- Realização de entrevistas às entidades com funções de regulação e de apoio ao desenvolvimento empresarial na RAM;
- Realização de reuniões de trabalho com Associações Empresariais da Região;
- Realização de entrevistas a empresários de diversos setores de atividade;
- Realização de entrevistas a consultores de investimento;
- Análise de dados estatísticos de suporte à caracterização económica e da estrutura empresarial e de emprego da Região;
- Análise de Documentação relevante sobre a evolução recente da economia regional;
- Análise de Relatórios de Avaliação da aplicação dos Fundos Estruturais na Madeira;
- Análise de documentação relativa às tendências de evolução da economia mundial e das perspetivas das RUP no contexto da globalização; e
- Realização de sessões de *focus-group* com empresários madeirenses e entidades económicas de interface, centradas na identificação de Oportunidades de Desenvolvimento Empresarial.

Estas vertentes de trabalho e recolha de informação contribuíram para a elaboração do **Relatório Final** do **Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM, no horizonte 2020**, composto pelos seguintes cinco Blocos:

A. Dinâmica de Evolução da Economia da RAM, que compreende a sistematização de uma visão comparada da economia regional, abrangendo as principais vertentes relativas à estrutura empresarial e empregadora, com referência aos setores de especialização e atividades emergentes.

B. Apoios ao Desenvolvimento Empresarial: Infraestruturas, Incentivos e Formação de Competências, que compreende uma visão de síntese acerca dos recursos de suporte à atividade empresarial ao nível: do Sistema Regional de Inovação e das suas Infraestruturas tecnológicas; instituições que enquadram o desenvolvimento da atividade empresarial; dos Sistemas de Incentivos e Engenharia Financeira; e da Formação Profissional.

C. Oportunidades de Desenvolvimento Empresarial, que compreende: (i) **Análise SWOT da Economia Regional e do Tecido Empresarial**, com apresentação detalhada dos Pontos Fracos e Pontos Fortes e das Ameaças e Oportunidades que caracterizam a RAM, segundo um conjunto de

entradas/variáveis relevantes para a abordagem estratégica da Economia Regional; e (ii) uma reconceptualização da inovação estratégica como quadro de referência para a evolução futura da economia regional que deverá evoluir na exploração dinâmica das vantagens da RUP, espaços integrantes da economia europeia, numa fase de novas orientações dos Fundos Estruturais.

D. Cenários de Desenvolvimento da Economia Regional – Desafios e Necessidades de Intervenção, que compreende a formulação de um conjunto de Cenários de Desenvolvimento da Economia Regional em abordagem contrastada da evolução da atividade económico-empresarial no horizonte 2020, a par de uma sistematização de desafios e necessidades de intervenção que contribuem para a fundamentação e a ancoragem do Plano Referencial.

E. Plano Referencial Estratégico, que compreende: (i) a identificação de *Eixos de Intervenção Estratégica/Prioridades de Desenvolvimento Empresarial*, suportada pela organização de um conjunto coerente de *Eixos de Suporte Operacional* para os quais são enunciados objetivos e identificadas ações e iniciativas de concretização que sinalizam os recursos a mobilizar e as entidades a envolver; (ii) a caracterização sucinta dos *Sistemas de Incentivos*, segundo os objetivos estratégicos da Inovação, do Empreendedorismo, da Internacionalização e do Crescimento, na relação com as Prioridades de Investimento na Inovação e no Reforço da Competitividade do futuro PO Madeira 2014-2020 (iii) o enunciado de *Condições de suporte*, em matéria de qualificação do acolhimento empresarial, conhecimento e formação e promoção económica; e (iv) a *Governança e Monitorização do Plano*, com referência aos mecanismos de articulação institucional, ao nível da regulação económica e com os instrumentos de financiamento, e à monitorização da implementação do Plano (dispositivos de informação, sistema de indicadores, ...).

Um **Anexo Estatístico** completa o Relatório do Plano Referencial Estratégico, com informação económica, empresarial e de emprego e qualificações.

A. DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL

A.1. Elementos de síntese da evolução recente da economia: uma visão comparada

A evolução da economia e do emprego na Região e das suas finanças públicas ocorreu num sentido que, no mínimo, se deve caracterizar como diferente daquele que era esperado em 2006. Os domínios-objeto que se referem à coesão social e territorial foram, igualmente, caracterizados por evoluções que não podem ser adjetivadas de forma positiva. Acresce que a história destes anos evidenciou uma vulnerabilidade muito maior da Região a riscos ambientais (em dimensão e impactes) à considerada no diagnóstico realizado, ainda que estes riscos estivessem já presentes no leque de constrangimentos e ameaças com que a RAM se tem confrontado.

A Região Autónoma da Madeira atravessa, em termos económicos, uma fase crítica, de resto como sucede com a economia nacional no seu conjunto e com a economia de vários países da União Europeia. No entanto, o PIB *per capita* ainda se mantém sensivelmente acima da média nacional e da média da UE 28, embora com uma tendência decrescente recente, sobretudo, na relação com a Europa.

Os dados apresentados na Tabela seguinte mostram os principais indicadores de evolução da economia regional e são reveladores de uma economia bastante afetada pela crise das economias ocidentais, mas que apresenta algumas especificidades que importa considerar na sua análise.

Tabela 1. Evolução dos principais indicadores regionais entre 2007 e 2012

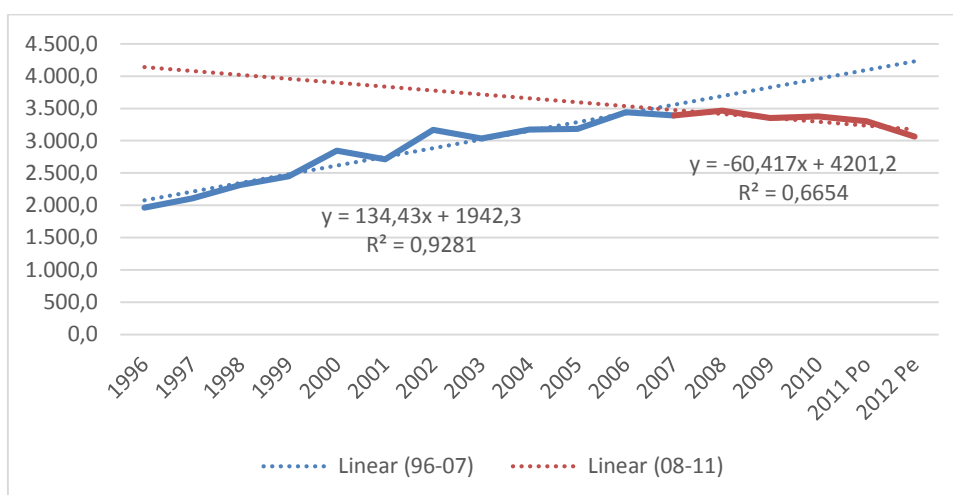
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
PIB preços correntes (10⁶ Euros)	5.047	5.280	5.140	5.208	5.112	4.812	-4,66
PIB pc (10³ Euros)	20,504	21,392	20,809	21,066	20,669	19,569	-4,56
PIB pc PT=100 (%)	128,0	132,0	131,0	130,0	129,0	125	-3,10
PIB pc UE28=100 (%)	101,0	103,0	105,0	104,0	100,0	95	-5,94
PIB - Taxa de variação em volume (%)	-1,50	2,20	-3,30	0,70	-2,30	-7,1	
VAB (10⁶ Euros)	4.358	4.584	4.536	4.562	4.461	4.156	-4,64
FBCF (10⁶ Euros)	1.027	1.112	1.048	1.002	x	-	-2,24
Rendimento Disponível Bruto (10⁶ Euros)	2.806	3.072	2.977	3.039	x	-	7,88
Rendimento Disponível Bruto pc (Euros)	11.393	12.439	12.038	12.278	x	-	7,51

Fonte: Contas Regionais 1995-2012P, INE.

Legenda: PIB pc - Produto Interno Bruto *per capita*; PIB pc PT – Produto Interno Bruto *per capita* para Portugal = 100; PIB pc UE28 - Produto Interno Bruto *per capita* em paridade do poder de compra para UE28; VAB – Valor Acrescentado Bruto; e FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo.

Entre as principais especificidades, destaca-se a quebra na tendência de crescimento do Produto Regional que se verificava pelo menos desde 1996 e tem o seu ponto de viragem em 2009, como se pode ver na Figura seguinte. A clara inversão do sentido de variação das linhas de tendência pode ser definida a partir dos dados referentes aos períodos 1996-2007 e 2008-2012.

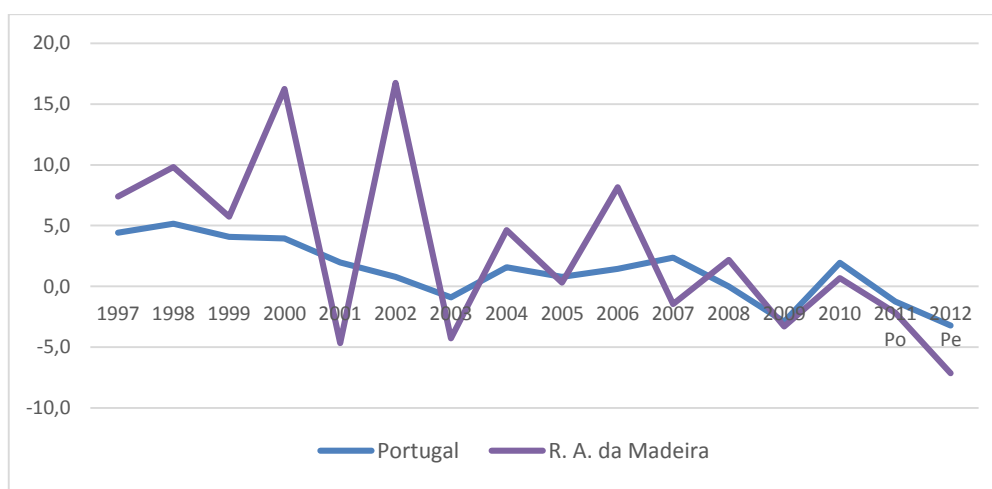
Figura 1. Evolução do PIB Regional a preços constantes (1996-2012)



Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE das tendências.

Esta alteração é também muito clara quando se efetua a comparação das taxas de crescimento do PIB da RAM com o PIB nacional.

Figura 2. Taxas de Crescimento Real do PIB na RAM e no conjunto da economia portuguesa (1996-2012)



Fonte: Contas Regionais, INE.

A divergência que se verifica nos ciclos de evolução do conjunto da economia nacional e da RAM é notória: enquanto a economia portuguesa, no seu conjunto e desde 1998, atravessa uma longa fase de crescimento muito débil, com incidências de valores negativos em 2003, 2009, 2011 e 2012, a RAM regista uma maior volatilidade, também com incidências de valores negativos, ainda que, no conjunto do período de 1996 a 2012, apresente um crescimento positivo muito superior à média nacional.

Até 2007, a RAM apresentava taxas médias de crescimento anual do produto muito acima do conjunto da economia nacional e das regiões comparáveis, mas os efeitos da crise pós-2008 revelaram-se bastante mais sensíveis (até 2012) que para a média nacional.

Tabela 2. Taxas médias de crescimento anual do PIB a preços constantes de 1996 (%)

	Portugal	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira
1996-2007	2,31	3,13	2,99	5,10
2008-2012	-1,38	-3,25	-1,04	-3,03
1996-2012	1,23	1,23	1,93	2,82
2000-2012	0,19	0,27	1,56	1,35

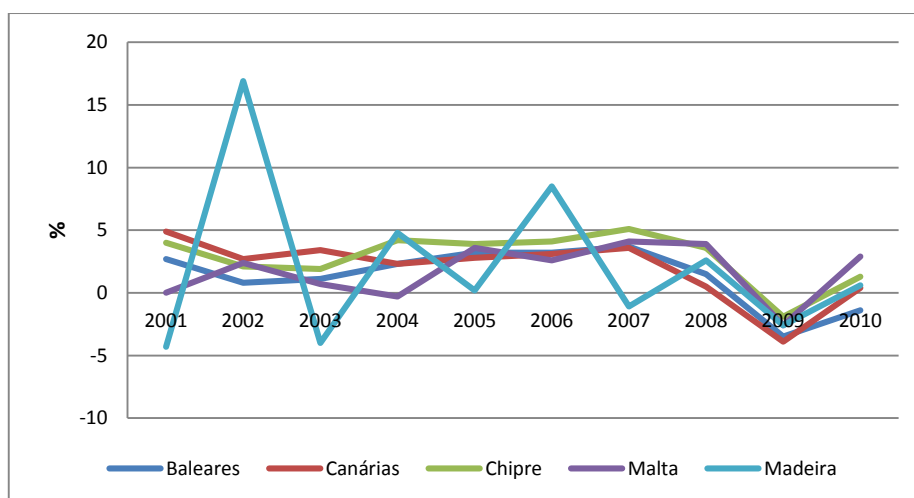
Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

O referido diferencial de crescimento quer relativamente à média nacional, quer relativamente a regiões nacionais com as quais a RAM pode ser comparada (seja pela especialização setorial - Algarve - ou pela natureza ultraperiférica - Açores) é particularmente evidente no período de 1996 a 2007 constituindo um traço característico que importa considerar na análise da economia da Madeira. Apenas no período mais recente (2008-2012), a RAM apresenta um crescimento negativo apenas suplantado pelo do Algarve, o que denota uma tendência mais crítica que, nos dois últimos anos, poderá ter-se acentuado ou vir a acentuar-se, nomeadamente em 2013 em que há uma forte contenção orçamental na RAM. Neste ano, os investimentos programados representam uma quebra de cerca de 50% relativamente a 2012, o que não deixará de se refletir no crescimento do Produto.

Até 2007 a RAM apresentava taxas médias de crescimento anual do produto muito acima do conjunto da economia nacional e das regiões comparáveis. Mas os efeitos da crise pós-2008 são mais sensíveis (até 2012) que para a média nacional.

A Figura 3 apresenta as taxas comparadas de crescimento do PIB real na Madeira e nalguns países ou regiões insulares e com forte pendor turístico (Ilhas Baleares, Canárias, Chipre e Malta). Desde logo, verifica-se que a Madeira é a Região que apresenta maior flutuação das taxas de crescimento e, a partir de 2008, as suas tendências de crescimento sincronizam com as observadas naqueles espaços.

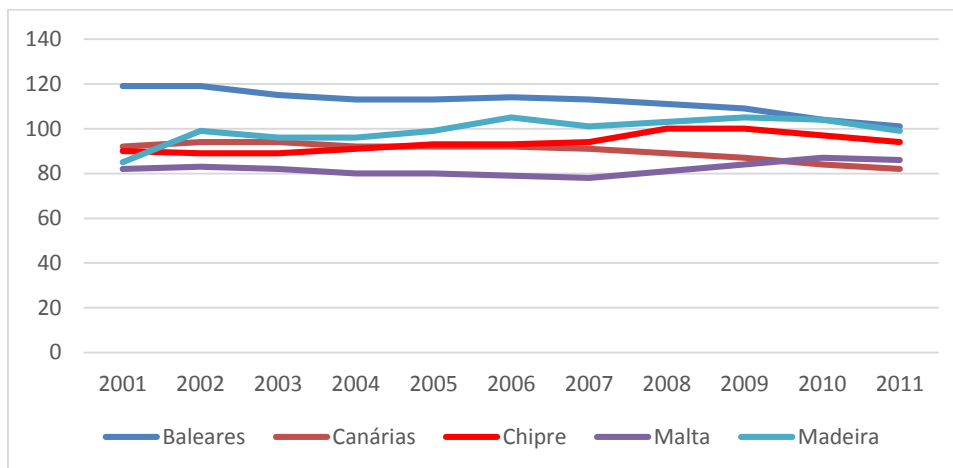
Figura 3. Taxas de crescimento real do PIB na Madeira e regiões comparáveis



Fonte: EUROSTAT.

Analisando os valores do PIB *per capita* em PPS (Figura seguinte), a Madeira é a Região que apresenta a evolução positiva mais acentuada a partir de 2001, aproximando-se das Ilhas Baleares, que apresentam os valores mais elevados embora em declínio constante e superando, logo a partir de 2002, os desempenhos das restantes regiões de comparação.

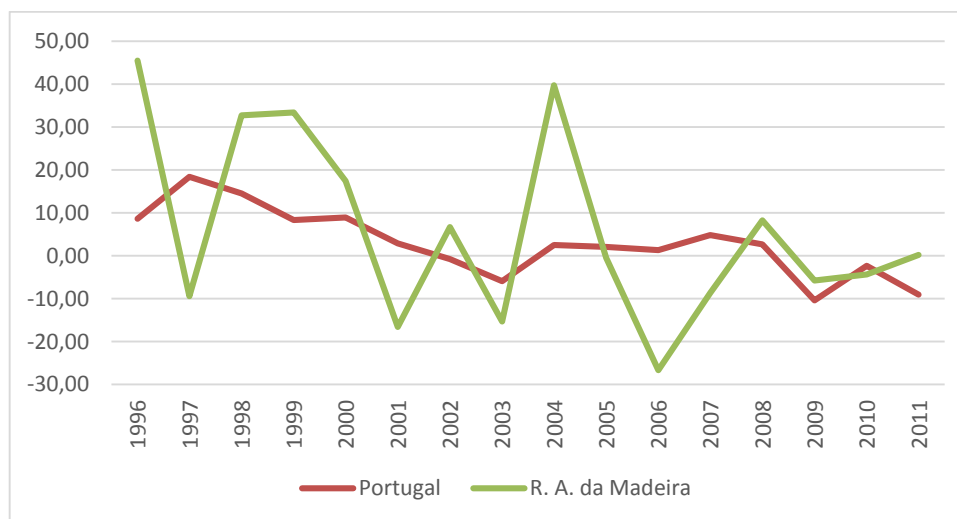
Figura 4. PIB *per capita* em PPS em percentagem da média da UE28 (=100) na RAM e regiões comparáveis



Fonte: EUROSTAT.

Ou seja, a Região revela alguma identidade comportamental que importa ter em consideração em exercícios prospetivos. A este propósito, note-se que os ciclos de investimento (variável crítica para compreender os mecanismos de formação de valor e rendimento) são bastante diferentes na Região quando comparados com o agregado nacional.

Figura 5. FBCF - Taxa de variação em volume (%)



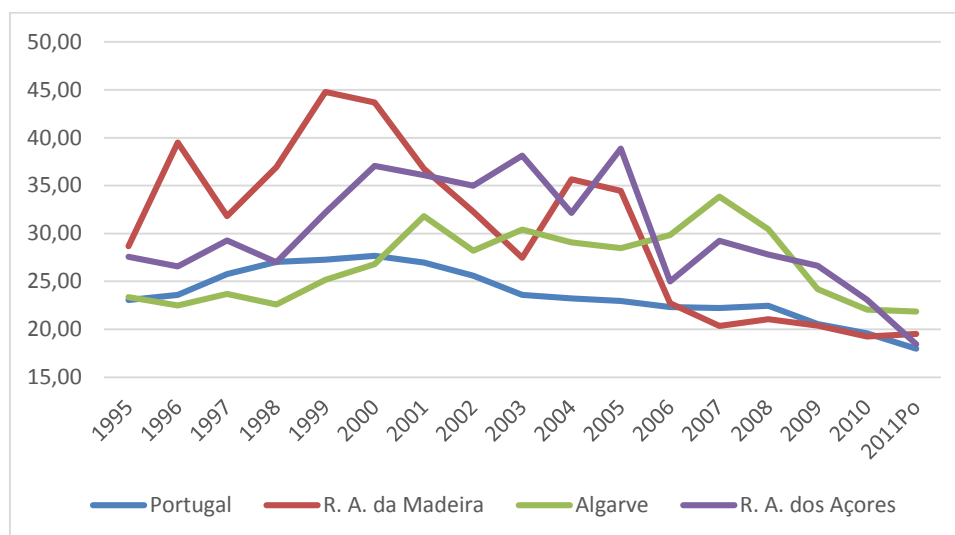
Fonte: Contas Regionais, INE.

No momento em que os efeitos da crise de 2008 se fazem sentir, a RAM vinha a recuperar de uma quebra muito significativa no investimento que se tinha verificado, desde 2004. Estes efeitos estão a ser mais

sensíveis na Região que no conjunto do País, em larga medida pelo efeito mais pronunciado que o ajustamento macroeconómico está a ter.

No entanto, como se pode verificar pelo Gráfico abaixo, a Madeira apresentou ao longo de todo o período níveis de esforço de investimento muito relevantes que, até 2006, se situaram sempre acima da média nacional; a partir dessa data, devido a um decréscimo sustentado desse esforço, a Madeira passa a situar-se um pouco abaixo do esforço médio nacional e também dos Açores e do Algarve.

Figura 6. FBCF - Taxas de investimento (FBCF/PIB) (%)



Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Desta forma, a Região Autónoma da Madeira em 2013 encontra-se confrontada com desafios de maior complexidade do que aqueles que eram geralmente percebidos e aceites em 2006:

- o ambiente externo é muito mais ameaçador; e
- os sistemas e instrumentos internos de geração de valor e de promoção da equidade estão sujeitos a uma pressão muito relevante, com um potencial efetivo de desempenho mais limitado.

Tudo isto ocorre num quadro em que os riscos e as incertezas se mantêm a um nível que não tem precedentes históricos próximos comparáveis, pese alguma evolução positiva recente a nível nacional.

A.2. Dinâmicas empresariais, emprego e qualificações

A.2.1. Estrutura e dinâmicas empresariais

O tecido empresarial regional é largamente constituído por empresas de pequena dimensão mas com um nível multi-estabelecimento sensível (1,23 estabelecimentos, por empresa), particularmente relevante no setor do comércio (1,37 estabelecimentos, por empresa). De acordo com os Quadros de Pessoal da RAM (ver Tabela e Figura seguintes) das 6.309 empresas registadas em 2012, com uma dimensão média de 8

peças ao serviço, 4.299 (68,1%) tinham 1 a 4 peças ao serviço e 1.076 tinham (17,1%) 5 a 9 peças ao serviço. Isto é, 85,2% das empresas tinham 9 ou menos peças ao serviço, sendo que nos escalões seguintes apenas se destaca o escalão imediato (10 a 49) com 12,7% das empresas.

Tabela 3. Número de empresas segundo os escalões de pessoal ao serviço, na RAM em 2012

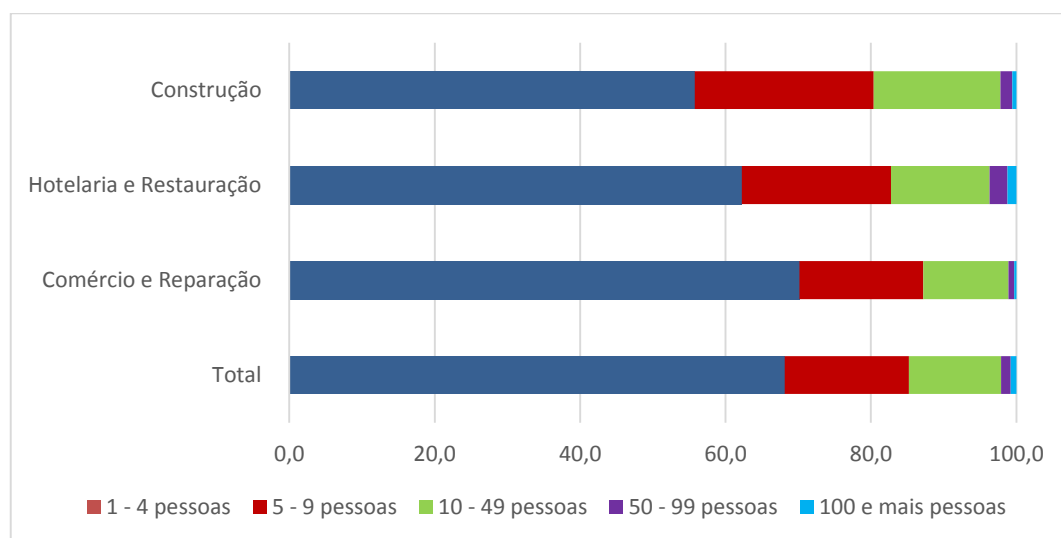
Escalões	Total	Comércio e Reparação	Hotelaria e Restauração	Construção
Total	6.309	1.635	1.054	683
1 - 4 pessoas	4.299	1.147	656	381
5 - 9 pessoas	1.076	279	216	168
10 - 49 pessoas	802	191	143	119
50 - 99 pessoas	82	13	26	11
100 - 249 pessoas	34	2	10	2
250 - 499 pessoas	7	-	3	1
500 e + pessoas	9	3	-	1

Fonte: Quadros de Pessoal, DSET-DRT 2014.

Como setores mais relevantes na especialização económica da RAM destacam-se:

- o comércio com 1.635 empresas (das quais 1.147 – 87,2% – com menos de 10 peças ao serviço), a hotelaria e restauração com 1.054 empresas (das quais 872 – 82,7% – com menos de 10 peças ao serviço); e
- a construção com 683 empresas (das quais 549 – 80,4% – com menos de 10 peças ao serviço).

Figura 7. Estrutura dimensional das empresas da RAM em 2012



Fonte: Quadros de Pessoal, DSET-DRT 2014.

Comparativamente a 2007, o número de empresas registadas na RAM apresenta um declínio significativo, já que naquele ano esse número ascendia a 7.158, mas a sua dimensão média sofreu apenas uma ligeira quebra. Esta diminuição do número de empresas, com quase manutenção da sua dimensão média, acontece em todos os setores mais relevantes acima assinalados.

Tabela 4. Número de empresas e dimensão média na RAM e em alguns dos setores mais relevantes

	2007		2009		2012	
	Empresas	Média pessoas	Empresas	Média pessoas	Empresas	Média pessoas
Total	7.158	9	7.158	9	6.309	8
Comércio e Reparação auto	1.908	7	1.920	7	1.635	7
Hotelaria e Restauração	1.242	10	1.253	10	1.054	10
Construção	1.186	11	1.049	11	683	9

Fonte: Quadros de Pessoal, DSET-DRT 2014.

Na tabela seguinte apresentam-se alguns indicadores adicionais sobre a estrutura e dinâmica empresarial da RAM entre 2007 e 2012, de que se destacam os seguintes:

- A taxa de natalidade das empresas regista uma diminuição sensível, sobretudo em 2010, acompanhada de uma diminuição da taxa de sobrevivência das empresas dois anos após a constituição (em 2011, menos de metade eram sobreviventes) o que significa um aumento da volatilidade do tecido empresarial;
- Em relação a 2008 existe, em 2009 e 2010, também uma diminuição do peso dos setores de alta e média-alta tecnologia na criação das empresas (embora com valores melhores que os de 2007) acompanhada de uma tendência para a diminuição do peso do VAB das empresas desses setores com relevância estratégica para a Região.

Tabela 5. Indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM

	2007	2008	2009	2010	2011
Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	4,5	2,3	2,2	2,1	2,8
Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	1,4	1,9	1,6	1,6	1,8
Taxa de natalidade (%)	18,5	14,1	16,3	12,5	13,5
Taxa de sobrevivência a 2 anos (%)	53,8	56,7	53,0	50,6	47,1

Fonte: Madeira em Números 2007 a 2012, DREM.

A estrutura empresarial da Madeira revela algumas características e traços de evolução a reter, no período 2008 a 2011, no enquadramento do Plano Referencial e tidos em conta os objetivos deste:

- aumento significativo do número de sociedades dissolvidas;
- dinamismo relevante para a criação de empresas, fazendo com que no conjunto dos anos para os quais existem dados haja ramos de atividade com um saldo positivo entre a criação e a destruição de empresas;
- rotação anormalmente elevada de alguns setores, mesmo em situações de grave recessão económica.

Tabela 6. Taxas de criação e destruição de empresas, por ramo de atividade na RAM

CAE (Rev. 3)	Criação de empresas (%)		Destruição de empresas (%)	
	2008	2011	2008	2011
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,0	14,3	1,5	21,4
B - Indústrias extrativas	4,2	0,0	4,2	0,0
C - Indústrias transformadoras	0,7	5,1	2,1	12,2
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3,6	3,4	0,0	0,0
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,0	2,9	0,0	14,3
F - Construção	1,3	7,5	3,2	18,4
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,6	9,4	4,5	15,9
H - Transportes e armazenagem	3,7	9,5	3,3	19,2
I - Alojamento, restauração e similares	1,2	10,9	1,5	9,9
J - Atividades de informação e de comunicação	8,5	36,4	4,9	12,5
K - Atividades financeiras e de seguros	6,5	11,0	4,9	16,7
L - Atividades imobiliárias	10,9	20,2	6,8	39,9
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5,0	15,3	43,7	45,0
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5,7	10,1	8,7	22,6
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,0	5,6	0,0	0,0
P - Educação	1,8	2,9	0,0	6,7
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	1,6	10,4	1,2	3,7
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4,2	24,8	2,5	17,8
S - Outras atividades de serviços	0,7	9,6	2,7	4,9
Total	2,3	10,3	5,8	16,7

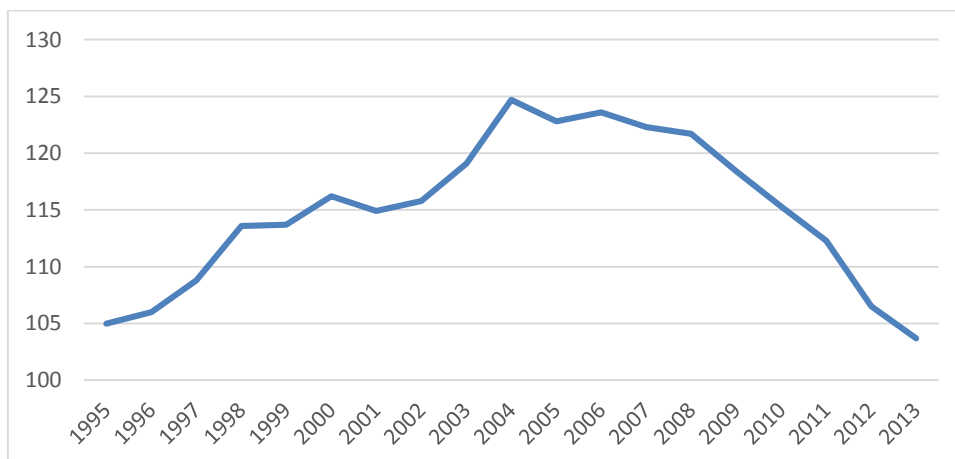
Fonte: Informação disponibilizada pela Direção Geral de Política da Justiça, INE; e *Quadros de Pessoal*, DIRT.

A.2.2. Emprego e estrutura económica

Uma das dimensões que de forma mais evidente tem revelado a profundidade das dificuldades com que a Região se confronta é o dramático aumento do desemprego e a quebra na oferta de emprego.

O volume de emprego na Região tem vindo a cair desde 2004, ano em que atingiu um valor de quase 125 mil empregados. Os dados disponíveis relativos ao 4º trimestre de 2013 situam o emprego na Região num patamar ligeiramente acima dos 104 mil postos de trabalho, números que fazem a RAM recuar a meados da década de noventa do século XX, antes do ciclo de crescimento acentuado que conduziu o emprego a aquele pico de 2004.

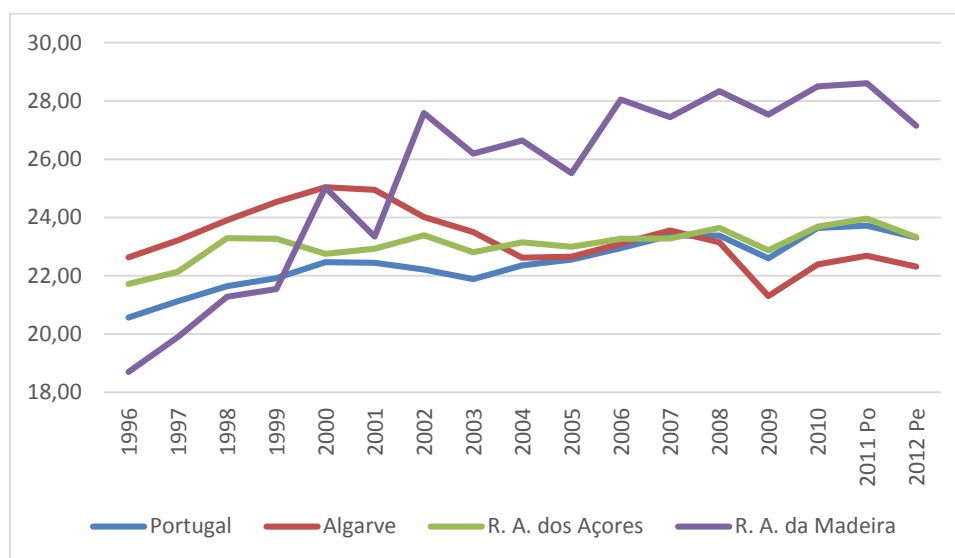
Figura 8. Evolução do emprego na Região Autónoma da Madeira



Fonte: *Inquérito ao Emprego*, INE.

Esta evolução divergente do PIB e do Emprego tem naturalmente uma consequência direta na produtividade aparente do trabalho que, até 2010, cresceu na Região de forma mais rápida que na média da economia portuguesa e em qualquer das regiões que se podem tomar como comparadores nacionais (cf. Figura seguinte), ultrapassando-as de forma sustentada a partir de 2002.

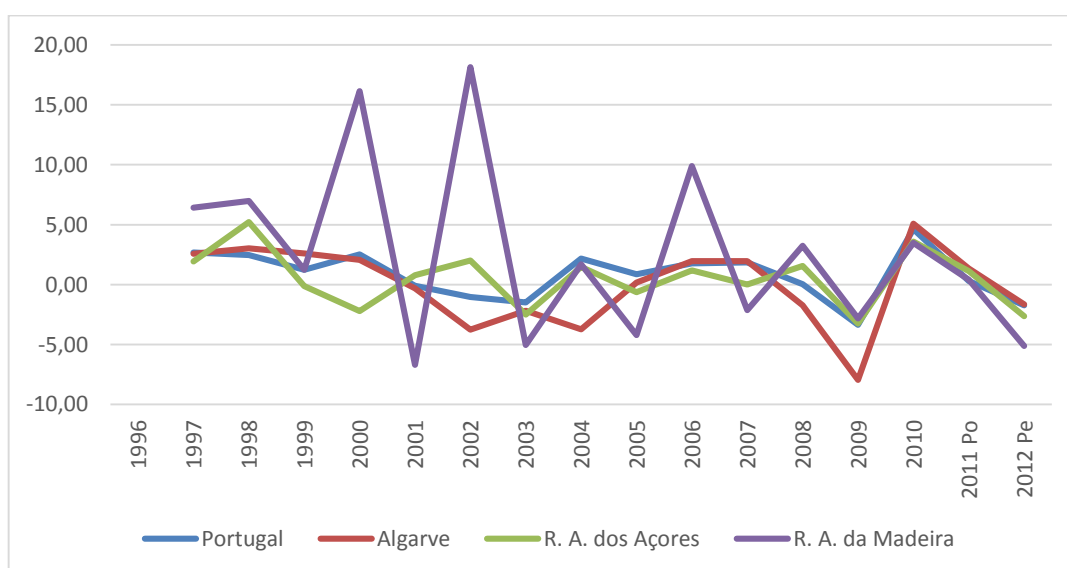
Figura 9. Evolução da produtividade aparente do trabalho 1996-2011, preços constantes



Fonte: Contas Regionais, INE.

Esta divergência no crescimento da produtividade verifica-se, essencialmente, até 2002, período em que as taxas anuais de crescimento, pese a sua volatilidade, se situam muito acima das médias nacionais ou dos valores das regiões comparáveis. Os dados posteriores a 2010 evidenciam uma quebra acentuada na generalidade das regiões em comparação, nomeadamente, nas taxas de crescimento real.

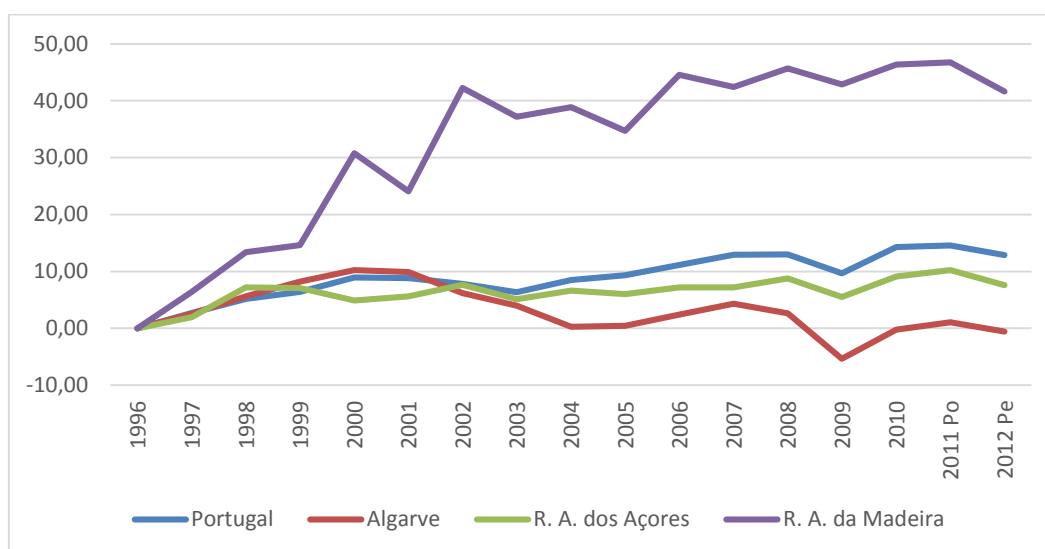
Figura 10. Taxas de crescimento real anual da Produtividade aparente do trabalho



Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Quando se reporta a análise ao crescimento acumulado, entre 1996 e 2010, o crescimento do produto por trabalhador na RAM evidencia claramente a evolução bastante sustentada dos níveis de produtividade atrás referidos: no conjunto do período cresceu quase 50% (48,8%) enquanto o conjunto da economia portuguesa cresceu apenas 17,4%, o Algarve 6,1% e os Açores 11,4%. Após 2010, a quebra registada está presente em todas as regiões de comparação.

Figura 11. Crescimento real acumulado da Produtividade aparente do trabalho (%)

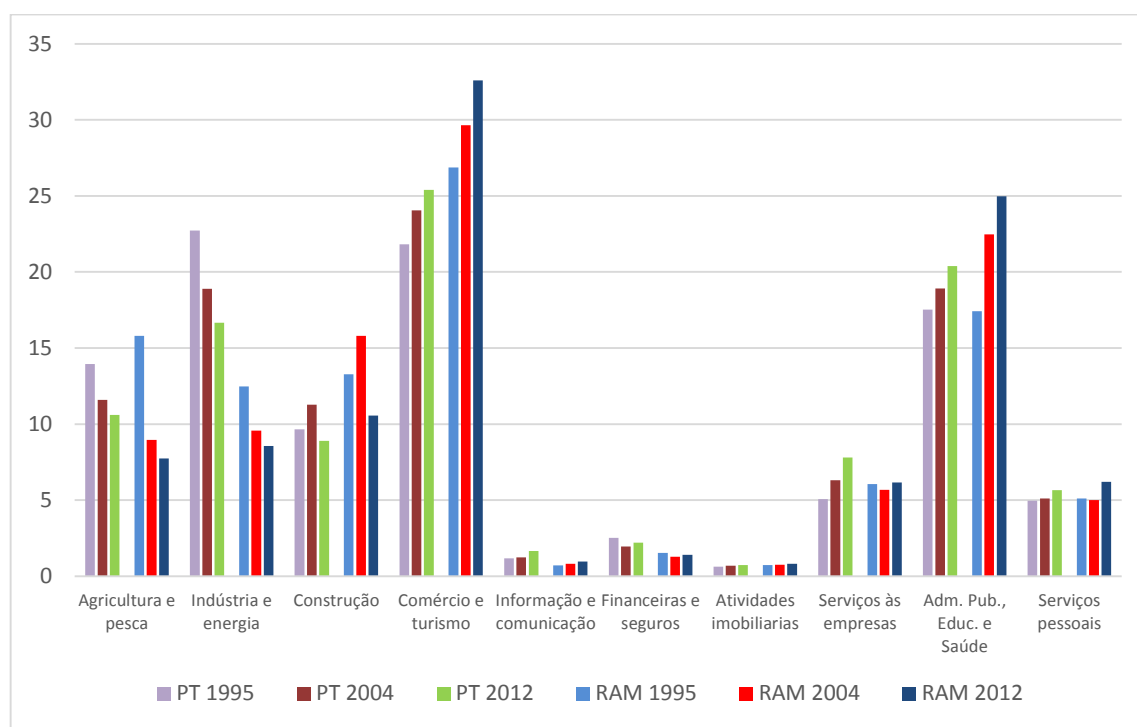


Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

A análise do Gráfico seguinte mostra-nos uma evolução, entre 1995 e 2012, da especialização produtiva, em termos de emprego setorial da mão-de-obra, centrada:

- no reforço das atividades de Comércio e Hotelaria e nos serviços da Administração Pública, Educação e Saúde (que correspondem aos setores com maior peso na Região); e
- numa perda de importância da Agricultura e Pescas, da Indústria e Energia e, em menor escala, da Construção (setor que acentuou a recessão nos anos posteriores a 2010).

Figura 12. Estrutura setorial do Emprego na RA da Madeira



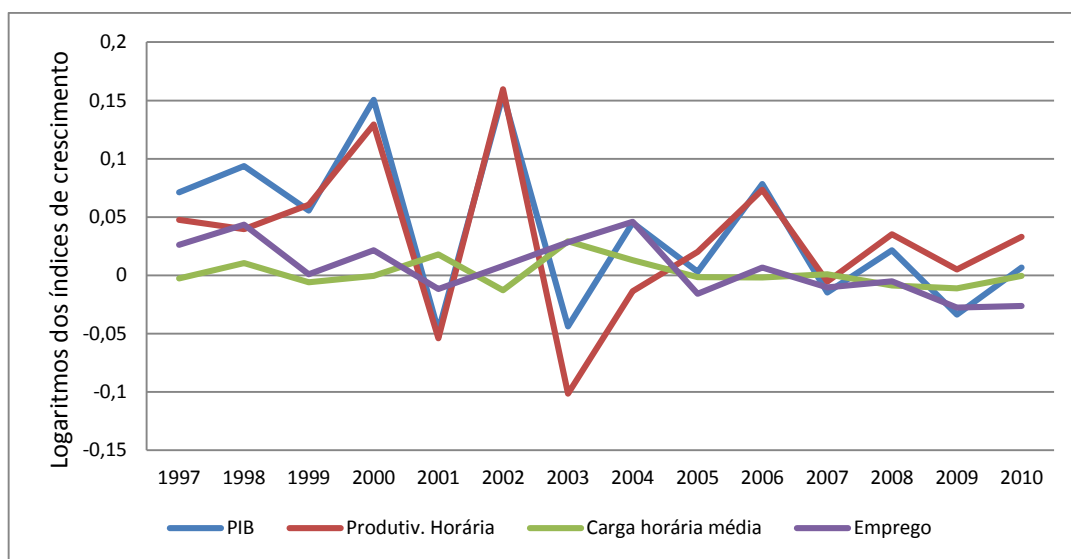
Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Embora baseado em setores com forte intensidade em trabalho (Turismo e Construção), o modelo de crescimento da RAM incorporou elementos de geração de valor para o PIB com baixa intensidade em trabalho que fizeram com que a elasticidade em Emprego da variação do Produto fosse mais baixa do que a média nacional (0,18 empregos, por unidade de PIB, contra 0,55 na média nacional). Quando o PIB começou a dar sinais de abrandamento, a destruição de emprego também foi (até 2010) mais baixa que a média nacional (-0,3 contra -0,7%).

Tendo em conta a evolução das produtividades, do número médio de horas trabalhadas e do emprego, é possível determinar quais foram em cada ano os fatores mais relevantes para o crescimento do Produto em volume¹. Pelo Gráfico seguinte, verifica-se que o fator mais determinante no crescimento do PIB é o crescimento da produtividade horária, de forma positiva praticamente ao longo de todo o período. Em 2003, ano de declínio do PIB, a produtividade horária é também a principal responsável por esse declínio, mais do que compensando negativamente o efeito positivo exercido pela carga horária média. O Emprego só se destaca positivamente no contributo para o crescimento em 2004 e em 1998, embora neste último ano *ex-aequo* com a produtividade horária.

¹ Tendo em conta que a Taxa de crescimento do PIB = Taxa de crescimento da produtividade horária + Taxa de crescimento do número médio de horas trabalhadas + Taxa de crescimento do emprego.

Figura 13. Componentes do crescimento do PIB em volume

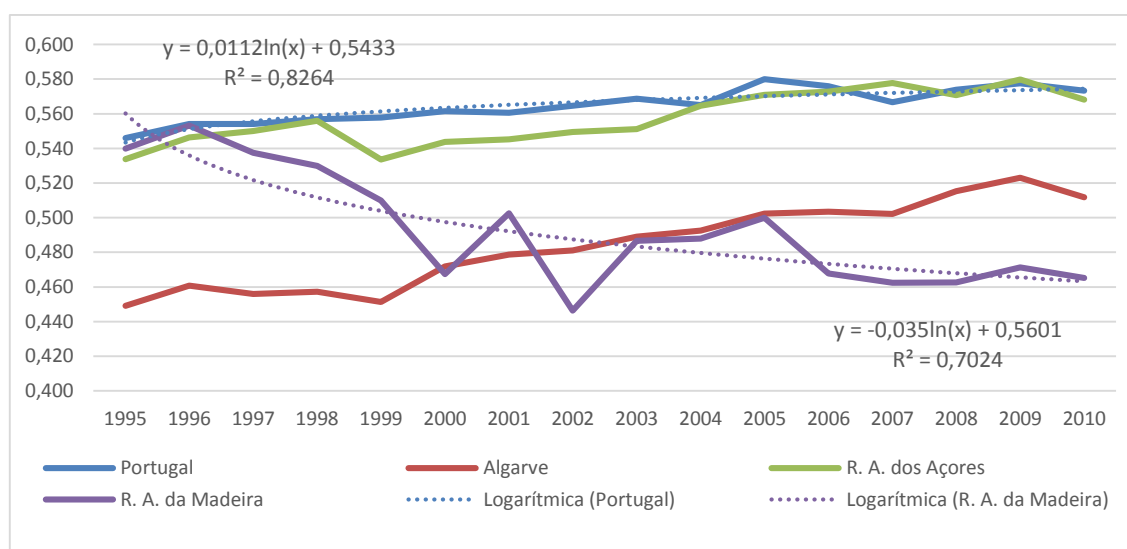


Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Outro indicador relevante para a análise dos efeitos no Emprego do modelo de desenvolvimento da RAM é o custo do trabalho por unidade produzida (CTUP) que se obtém dividindo o valor das remunerações pagas pelo VAB gerado, representando a parte dos salários na riqueza gerada, o qual pode ser interpretado como um indicador de evolução da competitividade laboral da Região.

Na RAM este indicador apresenta uma tendência decrescente ao longo de todo o período 1995-2010; isto é divergente do que se verificou para o conjunto da economia nacional e para as duas outras regiões que temos usados como elementos de comparação e aponta para um aumento global da competitividade regional em contraponto com os outros espaços em análise.

Figura 14. Custos do trabalho, por unidade produzida (CTUP) 1995-2010



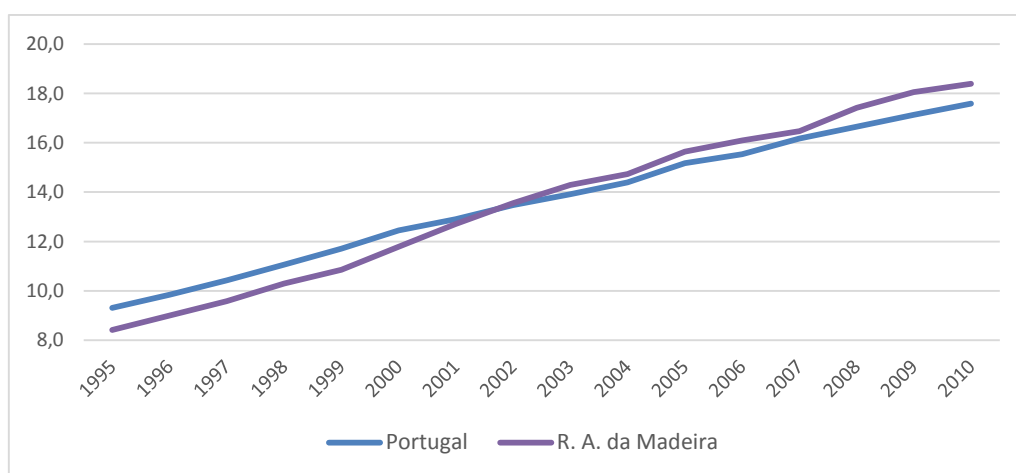
Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Enquanto em 1995 os salários representavam 54% do VAB gerado na Região - valor muito próximo da média nacional -, em 2010 representavam 46,5%, enquanto a média nacional se situava em 57,3%.

A interpretação destes dados é ambivalente, na medida em pode representar um modelo de geração do VAB que se baseia em atividades pouco intensivas em trabalho (o que não é o caso da RAM) mas pode também representar uma desvalorização do trabalho pela via da desvalorização salarial (o que também parece não ser o caso pelos dados que se seguem).

Não existe evidência de que tenha existido, pelo menos até 2010, uma tendência clara para desvalorização salarial na RAM comparativamente com a média nacional. Pelo contrário, a média das remunerações por empregado cresceu na RAM mais rapidamente que no conjunto da economia nacional (5,36% ao ano em média na Região, contra 4,33% no total nacional).

Figura 15. Evolução média das remunerações do trabalho



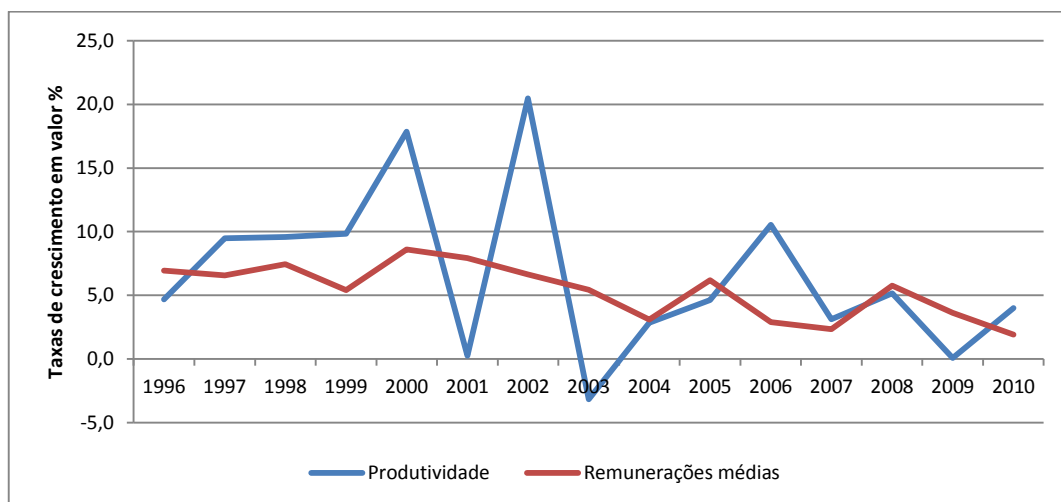
Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

No entanto, esta evolução não tem sido homogénea em todos os setores:

- no setor do comércio e turismo, o crescimento dos salários foi inferior ao verificado na média nacional sendo os salários na RAM, em 2010 e em média, 1 000 Euros mais baixos que os praticados no conjunto do setor, embora ligeiramente superiores aos do Algarve;
- os salários médios no setor do turismo mantinham em 2010 o mesmo valor nominal de 2008, o que significa que foram alvo de uma desvalorização real;
- no setor da construção, os salários na RAM eram em 2010 mais altos em 20% do que a média nacional.

A evolução dos CTUP só pode, assim, explicar-se pelo crescimento da produtividade por trabalhador (e horária) mais intenso que o verificado com as remunerações. Pela Figura seguinte verifica-se que, na maior parte dos anos entre 1995 e 2010, a produtividade aparente do trabalho cresceu em termos nominais a taxas superiores às das remunerações médias por trabalhador.

Figura 16. Crescimento comparado da Produtividade e das Remunerações médias do trabalho



Fonte: Contas Regionais, INE. Cálculos IESE.

Uma das dimensões que de forma mais evidente tem revelado a profundidade das dificuldades com as quais a Região se confronta é o dramático aumento do desemprego e a quebra na procura de emprego.

Os dados apresentados na Tabela 7 mostram que em seis anos a Taxa de Emprego na Região caiu cerca de sete pontos percentuais (uma quebra de cerca de 11%, por relação à verificada em 2007) e o desemprego passou de 6,8% para 18,3% (em médias anuais) o que representa um crescimento muito mais rápido que o verificado para o conjunto do País (o desemprego cresceu mais 65% na RAM entre 2007 e 2013, que no País e, se considerado o período desde 1998, então a diferença de crescimento do desemprego na RAM face ao conjunto nacional ainda foi mais diferenciado – superior a 190%).

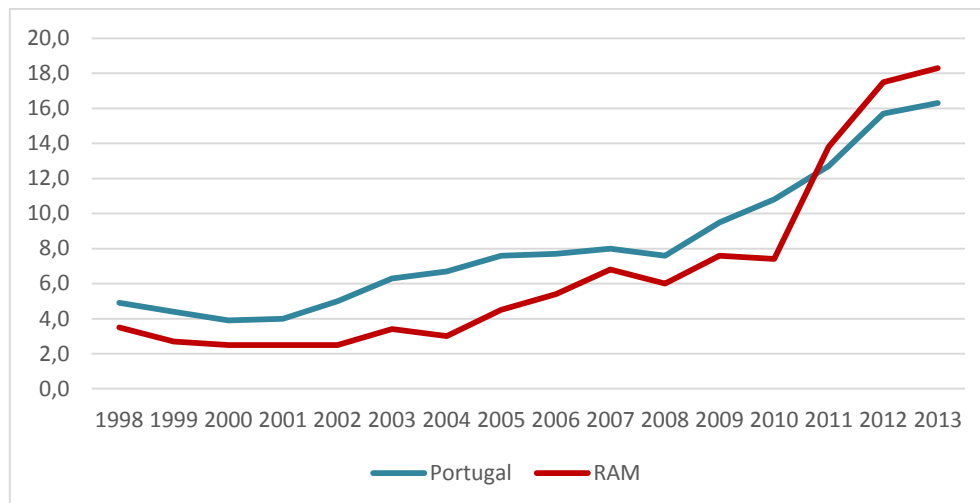
Tabela 7. Taxas de Atividade, Emprego, Desemprego e Inatividade na RAM (%)

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de Atividade (15 e mais anos)	61,8	62,3	62,9	63,3	63,4	62,9	62,2
Homens	70,4	70,9	70,2	70,5	70,2	69,8	68,5
Mulheres	54,4	54,8	56,6	57,0	57,5	56,9	56,7
Taxa de Emprego	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6	51,9	50,8
Homens	65,8	66,9	63,9	64,5	59,5	55,9	54,9
Mulheres	50,5	51,4	53,1	53,4	50,4	48,4	47,2
15 e mais anos	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6	51,9	50,8
Dos 15 aos 24 anos	33,9	33,8	28,8	28,5	22,6	17,7	16,3
Dos 25 aos 34 anos	79,8	78,6	79,1	79,4	76,9	70,2	64,1
Dos 35 aos 44 anos	82,7	84,0	82,1	82,8	79,4	75,6	74,1
Com 45 e mais anos	45,0	47,0	48,6	49,4	45,1	45,1	46,1
Taxa de Desemprego	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8	17,5	18,3
Homens	6,5	5,7	9,0	8,6	15,3	19,9	19,8
Mulheres	7,1	6,3	6,1	6,2	12,2	15,0	16,7
15 e mais anos	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8	17,5	18,3
Dos 15 aos 24 anos	16,9	15,1	19,7	17,3	39,1	49,0	51,5
Dos 25 aos 34 anos	7,0	7,4	9,3	9,3	14,8	21,3	24,1
Dos 35 aos 44 anos	6,6	4,5	5,2	6,1	11,4	14,9	15,1
Com 45 e mais anos	3,1	3,1	4,7	4,6	8,3	9,3	10,0
Taxa de Inatividade (15 e mais anos)	38,2	37,7	37,1	36,7	36,6	37,1	37,8

Fonte: Inquérito ao Emprego, INE.

Como evidencia a Figura seguinte, aquela evolução do desemprego representa um crescimento muito mais rápido que o verificado para o conjunto do País, especialmente entre 2004 e 2007, sendo que, a partir de 2011, coloca as taxas de desemprego da RAM acima da média nacional.

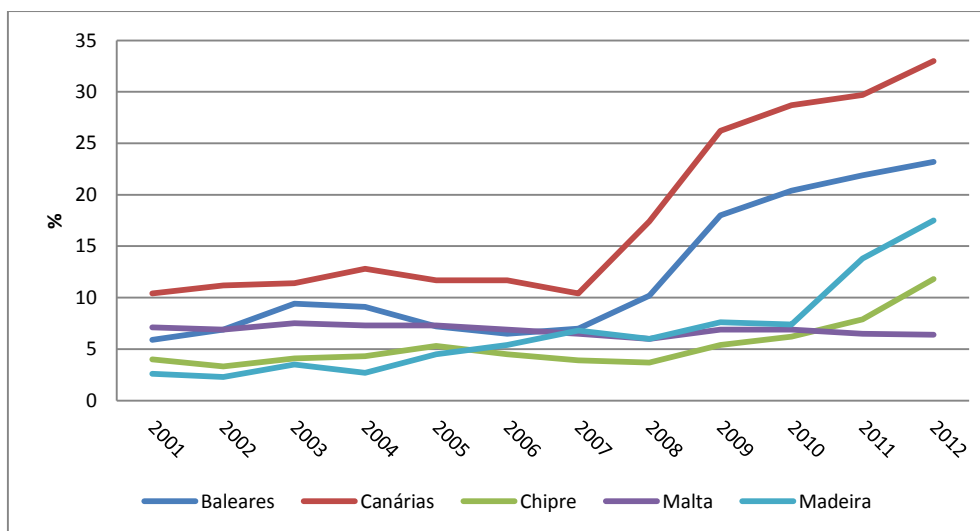
Figura 17. Taxas de desemprego média anual na RAM e no conjunto da economia portuguesa



Fonte: Inquérito ao Emprego, INE.

Comparativamente com outras economias semelhantes, a Madeira apresentava, até 2005, níveis mais reduzidos de desemprego, situação que se alterou, sobretudo a partir de 2011, sendo os níveis de desemprego da RAM apenas ultrapassados pelos das regiões espanholas Canárias e Baleares.

Figura 18. Taxas de desemprego na Madeira e nas economias comparáveis



Fonte: EUROSTAT.

A.2.3. Educação e Qualificação

A Figura 19 apresenta de forma esquemática as profundas transformações que a RAM tem verificado na sua estrutura de qualificações da população em idade ativa.

Muito embora a Região continue a apresentar indicadores de educação que se situam longe das metas nacionais e europeias, como se pode ver pela Tabela 8, a análise prospetiva não pode deixar sem referência a muito relevante a magnitude da transformação que ocorreu na Região nos últimos 20 anos.

Tabela 8. População ativa, por nível de escolaridade completo (2012)

	Básico - 1º Ciclo		Básico - 2º Ciclo		Básico - 3º Ciclo		Secundário		Superior		Total	
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
PT	1.030,1	18,7	815,1	14,8	1.209,4	22,0	1.189,7	21,7	1.070,3	19,5	5.494,8	100,0
RAM	29,9	23,1	22,0	17,0	23,0	17,8	24,8	19,2	21,7	16,8	129,2	100,0

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal 2012, INE.

Desde logo, destaque-se a redução da população sem qualquer nível de escolaridade, que representava quase 45% da população com mais de 15 anos em 1981 e que decresceu 64%, nas três décadas seguintes, até 2011; a tendência menos positiva identificada prende-se com a manutenção do volume de população com mais de 15 anos e apenas o 1º CEB como nível de escolaridade. Apesar de tudo, trata-se de uma redução de 7% do peso desta categoria no total, passando o seu peso na estrutura de qualificações de 35% para 28%.

Os maiores destaques devem, contudo, ser dados para o aumento da população com o Ensino Secundário completo (que passou 2% para 15% do total) e cresceu durante 30 anos a uma taxa anual média de quase 7,5% e para o aumento da população com um diploma do Ensino Superior que no período considerado cresceu anualmente acima de 10%. Em ambos os casos, o desempenho da RAM foi superior ao obtido no conjunto das regiões portuguesas.

Figura 19. População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia

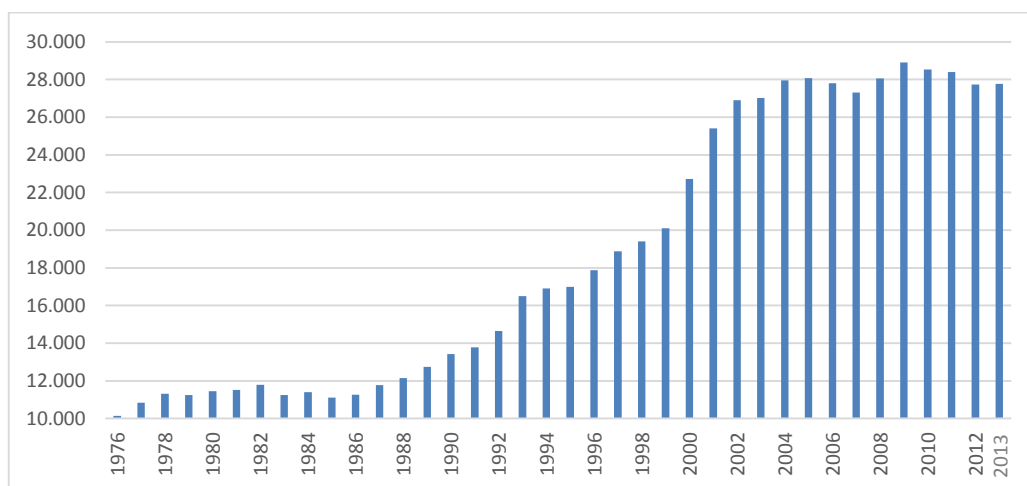


A.3 Setores de especialização e setores emergentes

A Madeira tem no setor turístico um setor chave de especialização que marca muito fortemente não apenas a trajetória anterior, mas também as perspectivas de desenvolvimento da Região.

O crescimento da oferta hoteleira e turística na RAM é um processo relativamente rápido tendo duplicado as camas disponíveis na década de noventa do século passado.

Figura 20. Oferta de camas em estabelecimentos hoteleiros na RAM (série longa 1976 a 2013)

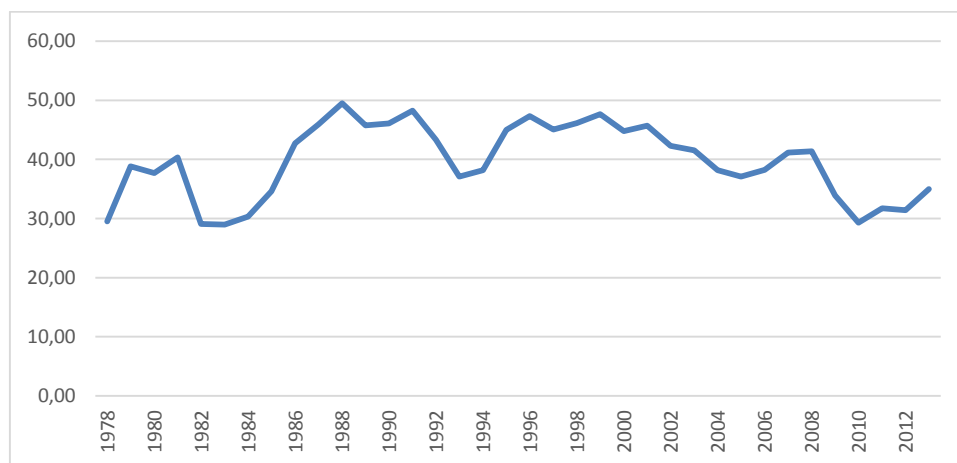


Fontes: Estatísticas do Turismo da RAM e Estatísticas do Turismo, INE.

Este crescimento teve consequências na taxa de ocupação que passou de valores médios na ordem dos 60%, para valores na ordem dos 50%.

A consequência mais relevante no plano da economia da Região terá sido, todavia, o impacto no rendimento médio por cama disponível (RevPar) que, na sequência (e eventualmente em consequência) do rápido crescimento da oferta, tem vindo a cair de forma sistemática desde 1998, pese alguma recuperação entre 2006 e 2008.

Figura 21. Rendimento médio por cama disponível (RevPar) na RAM (série longa 1978 a 2012)



Fontes: Estatísticas do Turismo da RAM e Estatísticas do Turismo, INE.

O rendimento médio por cama em 2012, a preços constantes, não é substancialmente maior que o obtido em 1978 e representa 60% do obtido no final da década de oitenta do século XX.

Estes registos têm consequências no setor e na Região que são bastante profundas quer na capacidade de geração de riqueza pelo setor turístico, quer no próprio modelo de geração de valor que o setor teve de adotar para se acomodar às novas condições de mercado.

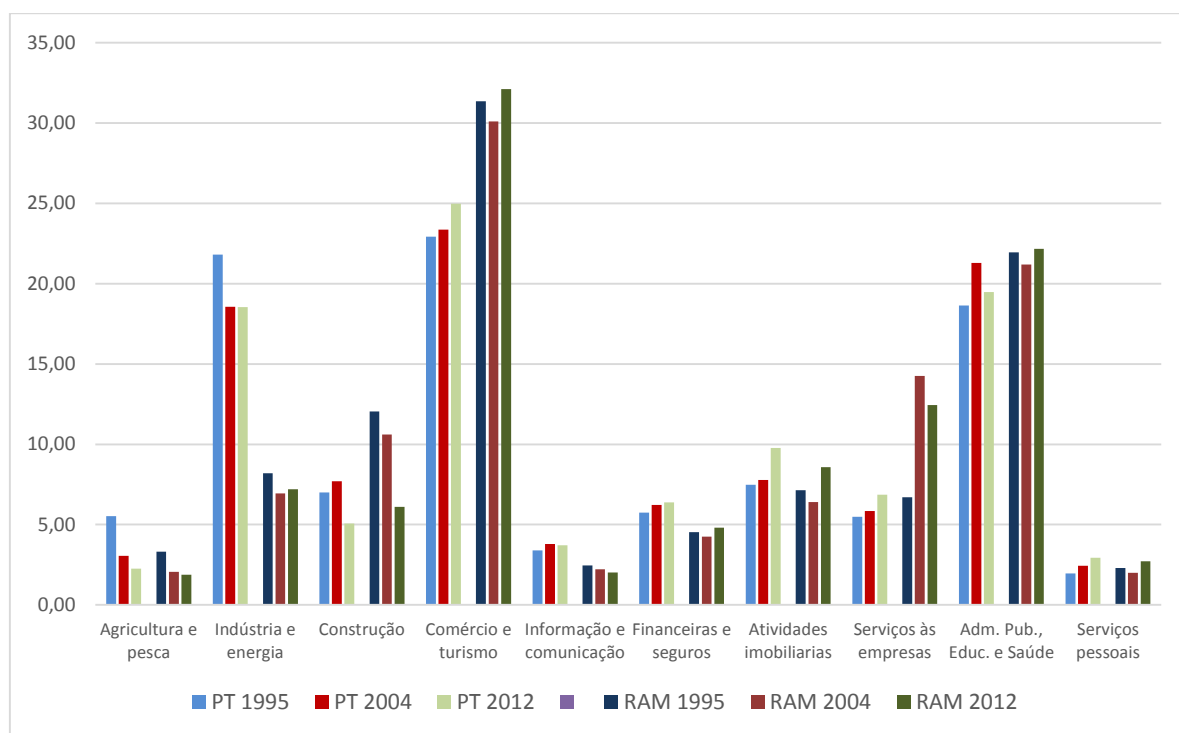
Porém, esta transformação resulta quer da alteração das condições na Região, quer das condições de concorrência no mercado turístico global, com o surgimento de novos destinos, no Atlântico e na Bacia Mediterrânica que resultaram em novas oportunidades para os mercados emissores.

Embora seja muito evidente a especialização da RAM nos setores associados ao *Cluster* do turismo, a estrutura da economia regional tem revelado traços de transformação que importa reter:

- rápido crescimento do ramo de atividade “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e os serviços de apoio”, com um crescimento de quase 270%, entre 1995 e 2011, apesar da quebra que se evidencia a partir de 2008;
- crescimento das “Atividades financeiras e de seguros” de quase 100% no mesmo período.

Ambas as atividades estarão associadas ao CINM que, tendo recentemente visto o seu regime fiscal prolongado, poderá contribuir para uma reanimação das mesmas.

Figura 22 - Estrutura setorial do VAB na RA da Madeira e em Portugal



Fontes: Contas Regionais e Contas Nacionais, INE. Cálculos IESE.

Nos dados disponíveis, constata-se que o ramo de atividade “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” regista um comportamento que até 2011 não evidencia uma quebra real na sua contribuição para o PIB da Região. Entre 1995 e 2011, são as “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” que triplicam o VAB gerado nesse período.

A análise dos dados relativos à especialização da estrutura de emprego na Região, que se apresenta na Tabela seguinte permite uma leitura semelhante, mas com algumas *nuances* importantes para a caracterização de setores que podem estar a contribuir para a transformação do tecido económico regional.

Tabela 9 - Quociente de Localização do Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da RAM

CAE	Pessoal ao serviço	
	2007	2012
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,26	0,49
B - Indústrias extrativas	0,63	0,64
C - Indústrias transformadoras	0,35	0,29
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4,33	5,18
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1,35	1,17
F - Construção	1,54	1,30
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,11	1,13
H - Transportes e armazenagem	1,17	1,28
I - Alojamento, restauração e similares	2,61	2,56
J - Atividades de informação e de comunicação	0,62	0,61
K - Atividades financeiras e de seguros	0,73	0,67
L - Atividades imobiliárias	0,95	1,10
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,85	0,96
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,75	0,88
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,41	1,30
P - Educação	0,98	1,57
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,85	0,91
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,82	1,77
S - Outras atividades de serviços	1,00	0,94
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00

Nota: $QLrj$ é o quociente de localização da atividade j na região r (R.A. Madeira), face ao espaço padrão (Continente); $QLrj = (Xrj/Xr)/(Xpj/Xp)$; Xrj é o valor da variável x para a atividade j na região r (R.A. Madeira); Xr é o valor da variável x para o conjunto de atividades na região r (R.A. Madeira); Xpj é o valor da variável x para a atividade j no espaço padrão (Continente); Xp é o valor da variável x para o conjunto de atividades no espaço padrão (Continente).

Fontes: Quadros de Pessoal, DIRTRA/GEP.

A Região Autónoma da Madeira apresenta uma estrutura de especialização do emprego (face à média do Continente) muito marcada por três ramos de atividade: “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, “Alojamento, restauração e similares” e “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”. No entanto, existe um conjunto de setores de atividade que tem vindo a aumentar o seu relevo na especialização regional:

- “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” que embora tenha na RAM um peso bastante inferior ao registado para o Continente quase duplicou o seu quociente de localização,

entre 2007 e 2012, podendo constituir evidência de um melhor aproveitamento das potencialidades da Região neste domínio; e

- Atividades ligadas à Administração Pública e Defesa, Segurança Social e Educação que reforçam muito a sua especialização comparada com a média nacional.

Em contra partida as “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, que constituem uma componente importante para a diferenciação da oferta turística regional, registam um ligeiro decréscimo do seu peso.

Da informação qualitativa recolhida, nomeadamente, no âmbito das Entrevistas realizadas, pode concluir-se que algumas iniciativas empresariais da Região ligadas a atividades intensivas em conhecimento podem constituir elemento de dinamização de novas áreas de atividade até agora pouco exploradas. Em particular, merecem destaque iniciativas empresariais no domínio das TICE em que empresas da Região têm conseguido afirmar-se nos mercados internacionais e processos de articulação com o tecido empresarial, por parte da Universidade e de outras entidades do Sistema Regional de Inovação. Esta última dimensão tem-se revelado especialmente promissora no apoio a atividades transformadoras e na valorização das variedades regionais de espécies com viabilidade técnico-económica de exploração.

B. APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - Infraestruturas, Incentivos e Formação de Competências

Este Ponto de suporte à Elaboração do Plano sistematiza um conjunto de elementos síntese, nomeadamente, sobre as infraestruturas e os serviços de suporte à promoção da competitividade e da inovação do tecido empresarial da RAM e os instrumentos de financiamento (Sistema de Incentivos e Engenharia Financeira).

B.1. Infraestruturas tecnológicas

A Região Autónoma da Madeira tem vindo, ao longo dos últimos anos, a reforçar e consolidar um conjunto de infraestruturas e recursos humanos e materiais nos domínios da investigação, inovação e conhecimento; no entanto, persistem algumas fragilidades, como se irá especificar.

O Sistema Regional de Inovação, I&D e Conhecimento tem como principais características as seguintes:

- *Fraco peso da despesa em I&D no PIB.* Apesar do forte crescimento da despesa em I&D, entre 2003 e 2011, a taxa de crescimento observada (73,4%) é inferior ao valor de crescimento médio nacional de 155,6%, observando-se em 2009 uma interrupção na tendência de crescimento verificada. Não obstante uma evolução positiva, entre 2003 e 2011, no peso da despesa em I&D no PIB, a Madeira continua a ser a Região do País com os níveis mais baixos, apenas 0,26% contra um valor médio nacional de 1,52%.

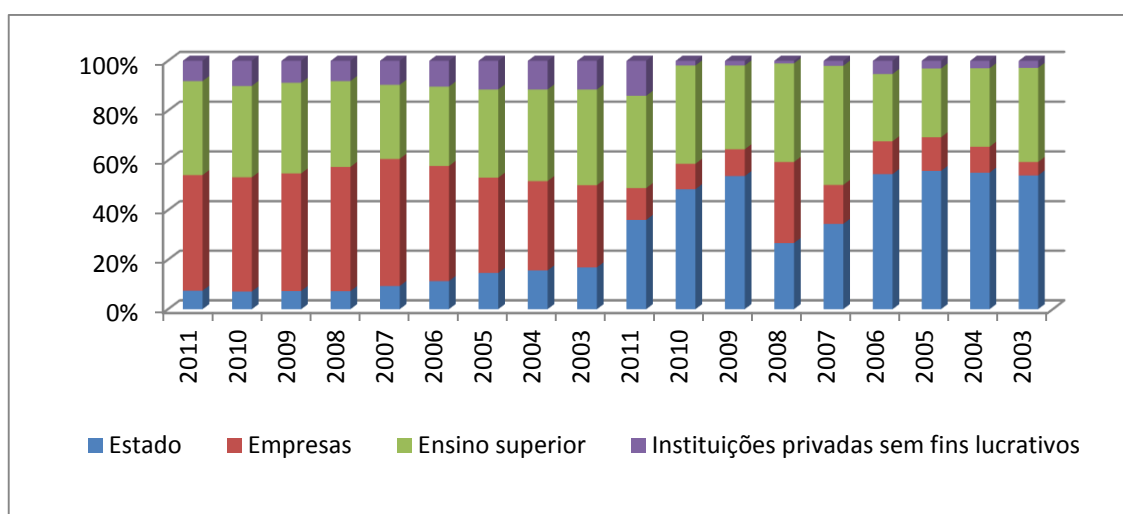
Tabela 10. Despesa em I&D e Proporção da despesa em I&D no PIB

	Portugal		Continente		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	Despesa em I&D (Milhares €)	Proporção da despesa em I&D no PIB (%)	Despesa em I&D (Milhares €)	Proporção da despesa em I&D no PIB (%)	Despesa em I&D (Milhares €)	Proporção da despesa em I&D no PIB (%)	Despesa em I&D (Milhares €)	Proporção da despesa em I&D no PIB (%)
2003	1.019.581,00	0,74	999.636,90	0,76	12.308,60	0,44	7.635,60	0,20
2004	1.110.346,30	0,77	1.088.560,50	0,80	11.812,60	0,41	9.973,20	0,24
2005	1.201.111,60	0,81	1.177.484,10	0,83	11.316,70	0,37	12.310,90	0,28
2006	1.586.922,10	1,02	1.560.587,80	1,06	13.575,70	0,40	6.301,00	0,29
2007	1.972.732,60	1,21	1.943.691,60	1,26	14.513,60	0,43	14.527,40	0,30
2008	2.585.074,90	1,50	2.549.402,80	1,56	15.475,20	0,42	20.196,80	0,38
2009	2.764.194,70	1,64	2.720.983,20	1,71	28.698,00	0,79	14.513,60	0,28
2010	2.748.579,40	1,59	2.717.583,80	1,66	14.191,00	0,38	16.804,60	0,32
2011	2.606.130,1	1,52	2.578.235,60	1,59	14.651,30	0,40	13.243,20	0,26

Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), retirado de www.ine.pt; Anuário Estatístico 2012, INE.

- *Forte concentração das despesas de I&D no setor público* (organismos da Administração Pública Regional e Instituições de Ensino Superior). Em 2011, 36% da despesa em I&D foi efetuada pelo Estado, 37,1% por Instituições de Ensino Superior e apenas 12,8% por empresas. Esta situação é bastante diferente da observada no contexto nacional, onde as empresas têm um contributo mais significativo na I&D sendo responsáveis por 46,7% das despesas em I&D. Ainda assim, é de destacar a evolução positiva, entre 2003 e 2011, do volume financeiro das despesas em Investigação e Desenvolvimento por parte das empresas, que cresceu de forma bastante expressiva (cerca de 313%), duplicando a percentagem de despesas realizadas por empresas.

Figura 23. Evolução da distribuição das despesas em I&D, por setor de execução



Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), retirado de www.ine.pt; Anuário Estatístico, 2012, INE.

- *Fraco envolvimento do tecido empresarial nas atividades de I&D.* Segundo os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, em 2010, apenas 47% das empresas desenvolviam atividades de I&D, sendo a Madeira a Região do País com uma menor intensidade de inovação (que mede o peso da despesa total em inovação no volume de negócios das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço), ou seja, aquela onde o volume de negócios resultantes da venda de produtos novos tem menor peso e com um número reduzido de empresas com cooperação para a inovação. Ainda assim, é de destacar o crescimento verificado nas empresas com atividades I&D, passando de menos de um terço em 2002-2004, para quase metade em 2008-2010.

Tabela 11. Síntese de indicadores de inovação das empresas (2008-2010)

	Empresas com atividades de inovação (%)	Empresas com cooperação para a inovação (%)	Intensidade de Inovação (%)	Volume de negócios resultantes da venda de produtos novos (%)
Portugal	60,8	15,2	1,3	20,5
Continente	60,8	15,4	1,4	20,7
Norte	53,1	10,3	1,9	22,2
Centro	64,4	18,9	2,0	16,1
Lisboa	72,0	19,8	1,1	21,0
Alentejo	60,8	14,9	1,8	13,0
Algarve	54,3	8,9	0,6	23,5
R.A. Açores	70,6	6,2	0,6	7,3
R.A. Madeira	47,8	11,3	0,5	7,0

Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), retirado de www.ine.pt.

- *Número reduzido de pessoal afeto a atividades I&D.* Não obstante, o aumento significativo do número de investigadores equivalente a tempo integral e de pessoal afeto a atividades de I&D (para mais do dobro), a Região Autónoma da Madeira é a região do País com o número mais reduzido de investigadores face à dimensão da sua população ativa (apenas os Açores tem um número ligeiramente mais reduzido, em 2011). O valor da Madeira representa menos de 30% da média nacional e é pouco mais de metade do Alentejo (a Região do Continente com o valor mais reduzido). Os diplomados do Ensino Superior, doutorados em áreas científicas e tecnológicas e o pessoal ao serviço em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas apresentam, igualmente, valores bastante reduzidos.

Tabela 12. Investigadores e pessoal em I&D (2011)

	Pessoal em I&D na população ativa (%)	Investigadores (ETI) em I&D na população ativa (%)	Pessoal ao serviço em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas (%) (*)	Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes (Nº)	Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes (Nº)
Portugal	10,0	0,90	7,54	0,60	19,4
Continente	10,3	0,93	7,54	0,62	20,2
Norte	8,5	0,75	8,02	0,52	18,3
Centro	7,6	0,69	10,53	0,66	22,9
Lisboa	17,7	1,60	6,54	0,90	25,0
Alentejo	4,5	0,42	4,78	0,12	8,4
Algarve	5,0	0,49	11,84	0,27	12,4
R. A. Açores	3,9	0,35	20,51	0,26	4,1
R. A. Madeira	2,5	0,25	5,55	0,27	5,8

(*) Dados de 2010.

Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), retirado de www.ine.pt

De acordo com informação constante do *Diagnóstico prospetivo Regional - Compromisso Madeira@2020*, em 2012, existiam 332 pessoas afetas a atividade de IDT+I na Madeira, concentradas nas áreas das Ciências Exatas e da Engenharia (43%), das Ciências Sociais (30%) e das Ciências da Vida (23%) e com uma fraca afetação nas Ciências do Mar, da Botânica e da Zoologia.

- *Atividades de I&D nas empresas* desenvolvidas, sobretudo, com o objetivo de melhorar a qualidade dos bens ou serviços (54%), aumentar a capacidade de produção ou melhoria da prestação do serviço (37,5%) e de alargamento da gama de bens ou serviços (32,9%). De destacar a menor importância atribuída pelas empresas regionais ao papel da I&D na entrada em novos mercados ou aumento da cota de mercado, comparativamente com a média nacional (25,4% vs 41,4%).

Tabela 13. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação, por e Objetivo da inovação implementada (2008-2010)

	Portugal	Continente	R.A. Açores	R.A. Madeira
Alargamento da gama de bens ou serviços (%)	39,7	40	21,4	32,9
Substituição de produtos ou processos desatualizados (%)	30,2	30,5	20,2	20,1
Entrar em novos mercados ou aumentar a cota de mercado (%)	41,4	41,9	18,8	25,4
Melhoria da qualidade dos bens ou serviços (%)	51,1	51,2	40,3	54,7
Maior flexibilidade de produção dos bens ou serviços (%)	32,2	32,5	15,9	29,8
Aumento da capacidade de produção ou melhoria da prestação do serviço (%)	34,6	34,8	18,8	37,5
Redução dos custos de trabalho por unidade produzida de bens ou serviços (%)	35,4	35,6	25,6	26,5
Redução do material e da energia usados por unidade produzida (%)	27,1	27,3	19,8	20
Redução do impacto ambiental (%)	25,9	26,1	26,2	14,9
Melhorar a saúde e a segurança do pessoal ao serviço (%)	33,7	34	25,2	20,6

Fonte: *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)*, retirado de www.ine.pt.

A inovação das empresas encontra-se, desta forma, muito centrada na inovação de processo (sobretudo, novas ou melhoradas atividades de apoio aos processos da empresa) e inovação organizacional (principalmente novas práticas de negócio na organização dos procedimentos e novos métodos de organização das responsabilidades e da tomada de decisão), seguida da inovação de marketing. A inovação de produto é o tipo de inovação menos presente nas empresas e, ainda assim, apenas 5,5% referem tratar-se de produtos novos para a empresa ou para o mercado local.

Tabela 14. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M, Q) com atividades de inovação, segundo o tipo de inovação (2008-2010), em %

	Inovação de produto	Inovação de processo	Inovação organizacional	Inovação de marketing	Inovação abandonada ou incompleta
Portugal	29,9	39,4	36,1	34,5	1,4
Continente	30,1	39,7	36,2	34,5	1,4
R.A. Açores	26,4	38,0	41,4	42,0	1,2
R.A. Madeira	19,3	26,9	26,8	23,6	0,4

Fonte: *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)*, retirado de www.ine.pt.

Mais de metade das despesas relacionadas com as atividades de I&D foram realizadas na aquisição de maquinaria, equipamento e software (valor superior à média nacional de 40%), seguidas das despesas em aquisição externa de investigação e desenvolvimento (25,8%), sendo

apenas 23% das despesas realizadas no interior da própria empresa, valor que corresponde a cerca de metade da média nacional.

A aquisição de outros conhecimentos externos tem peso pouco expressivo nas despesas realizadas e centrou-se, sobretudo, na aquisição de serviços de artes gráficas, layout ou publicidade, desenvolvimento de software e *webdesign*.

Tabela 15. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação, segundo o tipo de despesa (2008-2010), em %

	Despesa em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D intramuros)	Despesa em aquisição externa de investigação e desenvolvimento (I&D extramuros)	Aquisição de maquinaria, equipamento e software	Aquisição de outros conhecimentos externos
Portugal	45,9	10,3	41,1	2,7
Continente	46,1	10,3	40,9	2,7
R.A. Açores	18,1	3,5	73,6	4,8
R.A. Madeira	23,3	25,8	50,5	0,4

Fonte: *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)*, retirado de www.ine.pt.

Em suma, nos últimos anos observa-se um aumento do investimento em I&D e o incremento do emprego científico, sendo de destacar o trabalho desenvolvido por algumas entidades regionais, ainda que, comparativamente com a média nacional, a análise efetuada evidencie que as atividades de I&D se encontram pouco desenvolvidas na RAM, estando fortemente concentradas em entidades na dependência do Governo Regional e em departamentos/Centros de investigação da Universidade da Madeira, existindo uma participação quase residual das empresas.

Esta breve síntese do panorama da I&D na Região Autónoma da Madeira evidencia, em grande medida, de uma estruturação incipiente do Sistema Regional de Inovação devido à dispersão de unidades e estruturas de coordenação, à ausência de uma visão de conjunto e de uma perspetiva integradora que permita criar massa crítica, concentrar esforços, partilhar e trocar experiências entre as várias entidades do sistema científico e tecnológico regional e que, simultaneamente, estimule e apoie as empresas a desempenharem um papel mais ativo na I&D.

No *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional* as empresas sem atividades de inovação referiram como principais obstáculos à realização I&D a incerteza na procura ou no mercado para os bens ou serviços novos (43,8%) e os elevados custos (34%). Face ao panorama nacional, destaca-se a maior importância atribuída pelas empresas regionais a entraves como a falta de pessoal qualificado ou de informação sobre os mercados.

Tabela 16. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) sem atividades de inovação que atribuíram grau de importância alta a fatores que dificultaram a inovação, por tipo de obstáculo (2008-2010)

Un: (%)

	Portugal	Continente	R.A. Açores	R.A. Madeira
Insuficiência de capitais próprios ou do grupo a que pertence	29,7	29,9	16,7	24,1
Falta de financiamento de fontes externas	26,1	26,3	5,8	25,9
Custos com a inovação demasiado elevados	39,6	39,8	24,7	34,3
Falta de pessoal qualificado	10	9,6	13,8	28,4
Falta de informação sobre tecnologia	7	6,9	8,2	10,8
Falta de informação sobre os mercados	8,2	7,8	8,2	26,6
Dificuldade em encontrar parceiros para cooperação em projetos de inovação	16,1	16,1	5,3	20,9
Mercado dominado por empresas estabelecidas	21,8	21,7	19,6	27,4
Incerteza na procura ou no mercado para os bens ou serviços novos	29,3	29,2	7	43,8

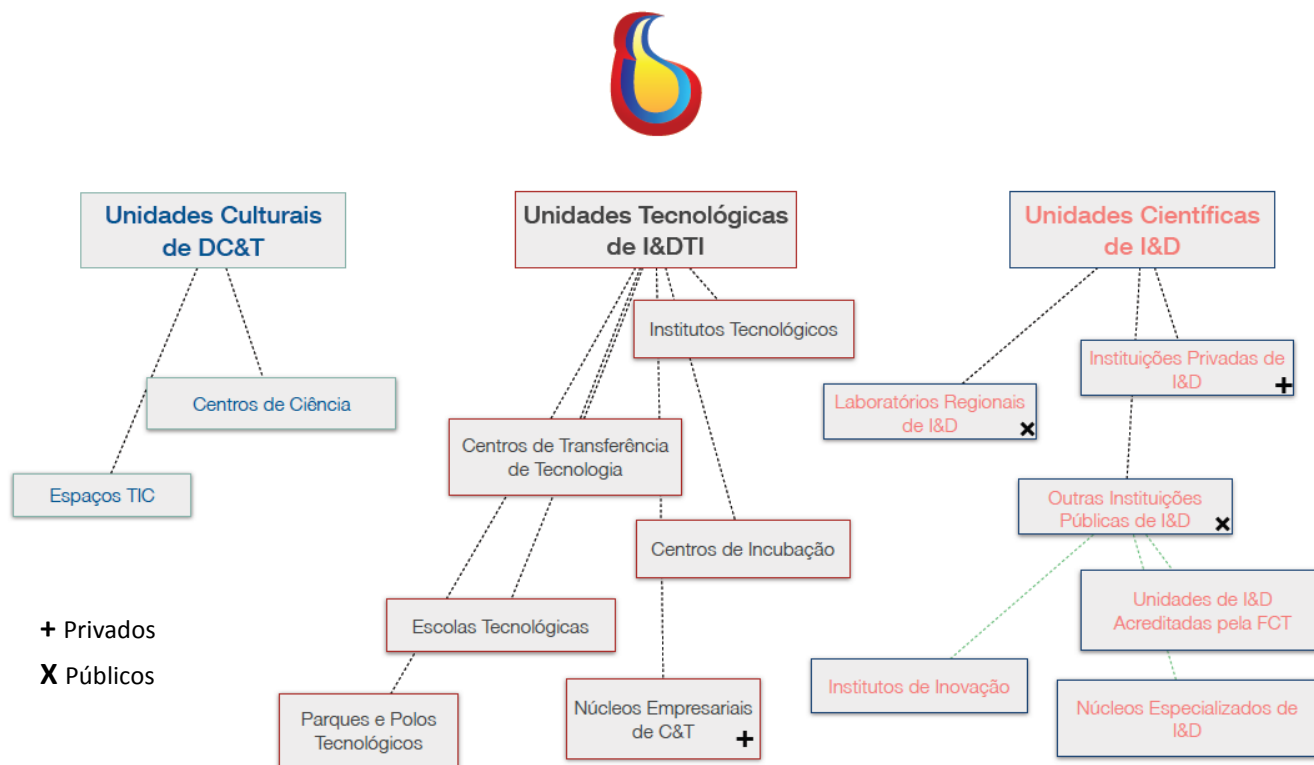
Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), retirado de www.ine.pt.

Consciente desta realidade e da necessidade de concertar e concentrar esforços foi recentemente elaborado o *Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I)*, o qual ambiciona “colocar a RAM nas quatro principais regiões de Portugal em termos de intensidade de IDT+I tornando-a reconhecida internacionalmente como uma das regiões chave da Europa na criação de conhecimento nas áreas do turismo, bio-sustentabilidade e envelhecimento populacional”. No âmbito deste Plano foram definidas como áreas estratégicas de intervenção, as seguintes: (i) Bio-sustentabilidade; (ii) Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas; (iii) Gestão e Manutenção de Infraestruturas; (iv) Qualidade e Segurança Alimentar; (v) Saúde e Bem-estar; e (vi) Tecnologias da Informação e Comunicação.

No âmbito deste Plano foi criado um Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - SRDITI (Decreto Legislativo Regional n.º 16/2013/M, de 14 de Maio de 2013), com o objetivo de identificar e promover uma gestão eficiente dos recursos existentes. O SRDITI especifica que tipo de entidades podem integrar o Sistema Regional de Inovação e cria a Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI), enquanto entidade responsável pela coordenação, gestão e implementação do PIDT e do SRDITI. A ARDITI assume, assim, como objetivos o apoio a atividades de investigação e de desenvolvimento experimental, de promoção da difusão tecnológica, de formação e de informação científica e técnica, bem como a ações que contribuam para a modernização e o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

O SRDITI é apresentado, de forma sintética, bem como o conjunto de entidades que o compõem, na Figura seguinte.

Figura 24. Sistema Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (SRDITI) da RAM



Fonte: Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I).

Para além da Agência de coordenação, o SRDITI integra um conjunto heterogéneo de cerca de 30 entidades que desenvolvem atividades de investigação científica e tecnológica, de divulgação científica ou de dinamização das tecnologias d informação e comunicação na Região, abrangendo:

- **Unidades científicas de I&D** (Laboratórios regionais de I&D; Outras instituições públicas de I&D; Instituições privadas de I&D, unidades de investigação de Instituições de Ensino Superior, com sede na RAM), incluindo entidades que se dedicam à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico, nomeadamente ao exercício de atividades relacionadas com a investigação fundamental, investigação aplicada e desenvolvimento experimental.
- As unidades científicas de I&D existentes abrangem um conjunto de setores bastante diversificado (veterinária, engenharia civil, metrologia, pescas, agricultura, biologia marinha, astronomia, economia, sociologia, matemática, genética...), cobrindo os principais domínios de investigação essenciais para o desenvolvimento da Região.

Tabela 17. Unidades Científicas de I&D da RAM

Tipo de Entidade	Designação da Entidade
Laboratórios Regionais de I&D	Microlab Madeira (pertence à Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR)/Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA))
	Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar (LRVSA)
	Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)
	Laboratório de Metrologia da Madeira (LMM)
	CITMA-Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
Outras Instituições Públicas de I&D	Centro de Maricultura da Calheta (Direção de Serviços das Pescas)
	Centro de Estudos de História do Atlântico (Secretaria Regional do Turismo e Cultura)
	Fisheries Laboratory DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO DAS PESCAS – D.S.I.P. ()
	Estação de Biologia Marinha do Funchal (Câmara Municipal do Funchal)
	Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.
Centros de Investigação da Universidade da Madeira	Centro de Ciências Matemáticas (CCM)
	Centro de Química da Madeira (CQM)
	Centro de Investigação em Educação (CIE)
	Laboratório de Genética Humana (LGH)
	Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA)
	Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL)
	Centro de Estudos da Macaronésia/Banco de Germoplasma ISOplexis / Germobanco
	Grupo de Astronomia
	Lab-SDR
	LabUSE

Fonte: Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I).

- **Unidades tecnológicas de ID&I** (Institutos tecnológicos; Centros de transferência tecnológica; Centros de incubação; Parques e Polos tecnológicos), que são entidades de interface entre o sistema de I&D e o tecido empresarial, centradas no desenvolvimento experimental e nos processos de transferência tecnológica para os potenciais beneficiários. Na Região existem seis entidades de ID&I, incluindo 3 institutos tecnológicos, um centro de transferência de tecnologia, um centro de incubação e um parque tecnológico.

Tabela 18. Unidades tecnológicas de ID&I da RAM

Tipo de Entidade	Designação da Entidade
Institutos tecnológicos	Madeira Interactive Technologies Institute (Madeira-ITI)
	AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
	Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Madeira (CIIMAR)
Centros de transferência tecnológica	OTIC-TeCMU - Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento da Madeira/Universidade
Centros de incubação	Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM)
Parques e Polos tecnológicos	Madeira Tecnopolo

Fonte: Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDT&I).

O SRDITI é ainda complementado com um conjunto de Unidades Culturais de DC&T, incluindo Centros de Ciência, como o Centro de Ciência Viva de Porto Moniz, e um conjunto de Espaços TIC.

Tendo em vista a execução do Plano de Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM e a estruturação das entidades existentes em torno das sete áreas estratégicas de intervenção identificadas, foram definidos pelo SRDITI os seguintes núcleos especializados de entidades parceiras:

- *Bio-sustentabilidade*, agregando em consórcio o Banco de Germoplasma ISOplexis/ /Germobanco da Universidade da Madeira, Museu da Baleia da Madeira, Parque Natural da Madeira, Estação de Biologia Marinha do Funchal, Museu de História Natural do Funchal, Jardim Botânico da Madeira “Engenheiro Rui Vieira”, Direção de Serviços de Produção e Sanidade Vegetal, Direção de Serviços de Investigação das Pescas e Direção de Serviços de Laboratórios Agroalimentares;
- *Energia, Mobilidade e Alterações climáticas*, coordenado pela AREAM – Agência Regional para a Energia e Ambiente da RAM e integrando também a Direção Regional de Comércio, Indústria e Energia, a Direção Regional do Ambiente, o CIMAR-Madeira e o Centro de Ciências Matemáticas da Universidade da Madeira e as empresas do setor empresarial da RAM - Grupo Eletricidade da Madeira, Grupo Horários do Funchal e ANAM, SA;
- *Qualidade Agroalimentar*, agregando as unidades de investigação do Laboratório Regional de Veterinária e Qualidade Alimentar e do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira e do Laboratório de Qualidade e Segurança Agroalimentar da Universidade da Madeira;
- *Saúde e Bem-estar*, agregando as unidades de investigação do SESARAM, do Centro de Química da Madeira e do Laboratório de Genética Humana da Universidade da Madeira;
- *Sustentabilidade, Manutenção e Gestão de infraestruturas*, coordenado pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil e integrando a a Direção Regional de Infraestruturas e Equipamentos, a Direção Regional de Edifícios Públicos, a Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas e as empresas do setor empresarial da RAM - Grupo Cimentos Madeira, Via Litoral SA, Via Expresso SA e Grupo Águas e Resíduos;
- *Tecnologias de Informação e Comunicação*, coordenado pelo Madeira-ITI e integrando a DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação da Madeira, a Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas e a Direção Regional de Informática;
- *Turismo e Desenvolvimento Regional*, agregando em consórcio as seguintes entidades: Centro de Estudos de História do Atlântico – CEHA, Direção Regional de Turismo, Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira, Associação de

Comércio e Indústria da Madeira – ACIF, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico e Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira.

Os principais instrumentos de financiamento do SRDITI serão o Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região Autónoma da Madeira, a concessão de bolsas de investigação científica e tecnológica ou de apoio à gestão e o Fundo Regional de Ciência, Tecnologia e Investigação.

B.2. Outras Infraestruturas/Entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial

A Região Autónoma da Madeira apresenta um conjunto amplo de serviços e de equipamentos de apoio direto e indireto à atividade económica, designadamente parques de atividades económicas, organismos públicos, associações empresariais, associações de desenvolvimento regional e instituições de ensino profissional.

Na oferta de equipamentos e serviços de apoio às empresas, destaca-se:

- Áreas infraestruturadas de acolhimento de empresas e projetos de investimento, através de uma Rede de 12 Parques Empresariais, com 426 lotes, cobrindo os vários municípios da Região. Esta Rede de Parques Empresariais é gerida pela Madeira Parques Empresarias, entidade responsável pela criação de espaços devidamente infraestruturados para a instalação de atividades empresariais assegurando, simultaneamente, um conjunto de serviços de gestão e manutenção de infraestruturas, equipamentos e áreas comuns.

Para além destes parques empresariais, existe na Região o Centro Internacional de Negócios, o qual inclui um conjunto de incentivos, sobretudo, de natureza fiscal, concedidos com o objetivo de atrair investimento externo, incluindo a Zona Franca Industrial, o Registo Internacional de Navios (MAR) e os Serviços Internacionais e Serviços Financeiros. A SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., na qualidade de concessionária, é a entidade responsável pela gestão, administração e promoção do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

A Tabela seguinte apresenta a dimensão e o ponto da situação das taxas de ocupação nos diferentes parques.

Tabela 19. Dinâmicas de ocupação dos Parques Empresariais (2010-2012)

Parque Empresarial	Capacidade (Nº de Lotes)	Taxa de ocupação (%)		
		2010	2011	2012
Camacha	20	85,0	80,0	85,0
Porto Santo	33	51,5	51,5	48,5
Ginjas	42	7,1	4,8	7,1
Machico	39	35,9	48,7	48,7
Calheta	57	22,6	21,1	28,0
Santana	33	13,3	21,2	21,2
Ponta de Sol	18	0,0	0,0	0,0
Porto Moniz	15	20,0	33,3	20,0
Ribeira Brava	44	45,5	45,5	43,2
Câmara de Lobos	46	41,3	65,2	60,9
Zona Oeste (PEZO)	14	100,0	100,0	100,0
Cancela	65	100,0	100,0	100,0
Média de Ocupação	(426)	43,5	47,6	46,7

Fonte: Madeira Parques Empresariais, S.A., MPE.

- Apoio aos processos de constituição de empresas, licenciamento e instalação (p. ex., Centro de Formalidades de Empresas do Funchal, Loja do Cidadão, Gabinetes de Apoio ao Empresário e Autarquias);
- Assistência técnica às empresas de carácter mais global (p. ex., assessoria de gestão, assessoria jurídica, marketing, ...), assegurado praticamente por todas as Associações e por outras entidades;
- Serviços de informação ao empresário (apoios comunitários, organização de conferências, organização de feiras, ações de cooperação empresarial, ...) assegurados por diversas entidades;
- Cursos de formação profissional e de consultoria formativa (Instituto de Emprego da Madeira, Direção Regional de Qualificação Profissional, Escolas Profissionais oferta formativa de algumas entidades associativas e privadas);
- Cursos de Ensino Superior (Universidade da Madeira e ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas).

Tabela 20. Infraestruturas/Entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial

Tipo de Entidade	Designação da Entidade
<i>Parques de atividades económicas</i>	Madeira Parques Empresariais, S.A.
	Sociedade de Desenvolvimento da Madeira/Centro Internacional de Negócios
<i>Organismos públicos</i>	Instituto de Emprego da Madeira
	Direção Regional de Qualificação Profissional
	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
	Centro de Formalidades de Empresas
	IDERAM
	Lojas do Cidadão
	Gabinetes de Apoio ao Empresário
<i>Associações Comerciais e Industriais e outras</i>	Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira
	Associação Comercial e Industrial da Zona Oeste da Madeira
	ACIPS-Associação Comercial e Industrial do Porto Santo
	ACS - Associação de Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira
	ASSICOM-Associação da Indústria - Associação da Construção da Região Autónoma da Madeira
	ATMARAM-Associação de Transporte de Mercadorias em Aluguer na Região Autónoma da Madeira
	ACIM-Associação Comercial e Industrial de Machico
	Conselho Empresarial da Região Autónoma da Madeira
	AJEM-Associação de Jovens Empresários Madeirenses
	Associação de Produtores de Bordados, Tapeçarias e Obra de Vime da Madeira
	Associação de Promoção da Região Autónoma da Madeira (AP Madeira)
	APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade - Delegação Regional da Madeira
	Associação de Turismo em Espaço Rural da RAM
	AMME - ASSOCIAÇÃO MADEIRA + EMPREENDEDORA
	Associação de Comércio e Serviços da Madeira (ACS)
	Associação Empresarial Santana Madeira Londres
	Ajamps - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
	Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira (ADENORMA)
	ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da RAM
	ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira
<i>Escolas Profissionais</i>	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	Escola Profissional Cristóvão Colombo (Porto Santo)
	Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes
	Escola Profissional Atlântico
	Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira
<i>Ensino Superior</i>	Universidade da Madeira
	ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas

A formação técnica e profissional da Região é assegurada em grande medida pela Direção Regional de Qualificação Profissional, que gere o Centro de Formação Profissional, e pelas Escolas Profissionais, as quais oferecem um conjunto de Cursos Profissionais, de aprendizagem, de educação e formação de jovens, de educação e formação de adultos e de especialização tecnológica, abrangendo um conjunto diversificado de áreas nos vários setores de atividade económica.

A oferta de Ensino Superior da Universidade da Madeira é apresentada na Tabela seguinte.

Tabela 21. Oferta da Universidade da Madeira

Tipo	Designação	Tipo	Designação
1º Ciclo	Arte e Multimédia	2º Ciclo	Atividade Física e Desporto
	Psicologia		Bioquímica Aplicada
	Bioquímica		Engenharia Informática
	Ciências da Educação e Cultura		Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Matemática		Engenharia Civil
	Engenharia Informática + Design Media Interativos		Engenharia de Telecomunicações e Redes de Energia
	Comunicação, Cultura e Organizações		Ciências da Educação - Liderança e Administração Educacional
	Design		Ensino da Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário
	Design de Media Interativos		Ensino de Educação Física (Básico e Secundário)
	Economia		Estudos Linguísticos e Culturais
	Educação Básica		Estudos Regionais e Locais
	Educação Física e Desporto		Matemática
	Enfermagem		Nanoquímica e Nanomateriais
	Eng. Civil + Eng. Elect. Telecom.		Psicologia da Educação
	Engenharia Civil	3º Ciclo	Automação e Instrumentação
	Línguas e Relações Empresariais		Ciências Biológicas
	Engenharia Eletrónica e Telecomunicações		Ciências da Educação - Especialidade de Currículo
	Engenharia Informática		Ciências da Educação - Especialidade Inovação Pedagógica
	Gestão		Ciências do Desporto
Pós-Graduação	Pós-Graduação (Bolonha) Aspetos Humanos da Tecnologia		Engenharia Civil
Estudos Avançados	Professional Master in Human-Computer Interaction		Engenharia Informática
	Tecnologias do Entretenimento		Letras
CET	Agricultura Biológica		Matemática
	Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos		Química
	Guias da Natureza	Ciclos Básicos	Preparatórios de Mestrado Integrado Ciclo Básico do Mestrado Integrado de Medicina

Fonte: Site da Universidade da Madeira.

Em termos globais, existe uma boa dinâmica no apoio ao tecido empresarial sendo a oferta existente diversificada e qualificada, cobrindo de uma forma geral o território e as principais necessidades do tecido empresarial regional. As principais fragilidades identificadas estão relacionadas, por um lado, com a fraca mobilização de recursos e de fixação de competências indispensáveis a um *up grade* dos serviços prestados e, por outro, com a fraca articulação entre as entidades existentes e com a falta de trabalho em parceria e de promoção da cooperação económica e empresarial regional.

No conjunto de estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial e de infraestruturas tecnológicas, destaca-se o papel chave que entidades como a Universidade da Madeira, Madeira Tecnopolo, CITMA, IDE-RAM, Madeira Parques Empresariais e CEIM podem desempenhar no interface entre a Ciência e Tecnologia e o empreendedorismo e desenvolvimento económico. Neste contexto, refira-se a necessidade de uma abordagem mais dinâmica na consolidação de uma oferta de serviços estratégicos,

de estímulo ao surgimento de novos projetos e iniciativas empresariais, de maior ligação entre as empresas e a inovação e de promoção da cooperação e da constituição de parcerias estratégicas.

B3. Instrumentos de financiamento de apoio ao tecido empresarial

No âmbito do atual período de programação 2007-2013, as prioridades e objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região da Madeira (PDES) para o horizonte 2013 indicavam uma nova orientação do financiamento dos Fundos Estruturais assente na renovação da capacidade competitiva da Região através do investimento na Inovação, no Empreendedorismo e na Sociedade do Conhecimento.

As prioridades de intervenção definidas para o Programa INTERVIR+ refletem a mudança de ciclo económico preconizada: (i) a “dinamização e capacitação do Sistema Regional de Inovação, a promoção do desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, a valorização do conhecimento e as tecnologias de informação e comunicação”; e, em articulação, (ii) a “melhoria da capacidade competitiva da Região, através do reforço da aposta nos setores e atividades de maior vantagem competitiva, a par da necessária diversificação económica e apoio ao surgimento de novas oportunidades de negócio” (cf. Avaliação *Ex-Ante* do PO Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial, IESE, 2007).

3.1. Sistemas de Incentivos

No final do 1º Semestre de 2013, o Programa INTERVIR+ tinha aprovado 293 projetos no âmbito dos cinco Sistemas de Incentivos ao Investimento, totalizando um investimento elegível de mais de 100 milhões de euros, dos quais cerca de 46 milhões correspondem a incentivo não reembolsável (Despesa Pública). Apesar do número de projetos apoiados ser bastante inferior à meta definida de 1.100 projetos, a taxa de compromisso existente é de 143%, ou seja, o volume financeiro envolvido nos projetos aprovados ultrapassa a dotação financeira programada. A estes projetos acrescem 1.602 projetos aprovados no âmbito do SI Funcionamento, o qual se destina a compensar as empresas pelos custos adicionais decorrentes da situação ultraperiférica e dos “handicaps” inerentes.

Uma leitura de síntese dos apoios concedidos pelos Sistemas de Incentivos permite constatar os seguintes traços de caracterização:

- Elevada importância das ajudas ao funcionamento da atividade empresarial (SI Funcionamento);
- Adesão positiva ao SIRE - Incentivos à Revitalização Empresarial das Micro e Pequenas Empresas, ainda que com uma dimensão média de investimento por projeto bastante menor que os outros Sistemas de Incentivos (cerca de 124 mil euros);

- Apoio a 99 projetos de criação de novas empresas e de promoção do empreendedorismo (SI EMPREENDINOV);
- Financiamento de 5 projetos individuais de I&D promovidos por empresas e de 9 projetos de I&D em co-promoção².
- Procura limitada por parte dos beneficiários potenciais beneficiários do SI Qualificar +, apenas com 44 projetos aprovados, ainda que com um investimento elegível por projeto considerável (na ordem dos um milhão de Euros);
- Apoio a 41 projetos no âmbito do SI Turismo, apresentando o maior volume de investimento elegível aprovado.

Tabela 22. Projetos aprovados nos Sistemas de Incentivos ao Investimento do INTERVIR + (31 de Dezembro de 2013)

	Projetos		Investimento / Custo Elegível		Despesa Pública	
	N.º.	%	N.º.	%	N.º.	%
Empreendinov	99	29,3	15.459.479	11,1	9.130.471	15,3
+ Conhecimento	14	4,1	8.658.439	6,2	6.963.932	11,6
<i>Projetos individuais</i>	5	1,5	3.468.739	2,5	3.495.193	5,8
<i>Projetos em co-promoção</i>	9	2,7	5.189.700	3,7	3.468.739	5,8
Qualificar +	44	13,0	47.311.932	34,0	19.463.944	32,5
SIRE	135	39,9	16.870.468	12,1	7.676.173	12,8
<i>Projetos Especiais</i>	124	36,7	14.561.498	10,5	6.477.636	10,8
<i>Projetos de Revitalização dos Parque Empresariais</i>	11	3,3	2.308.970	1,7	1.198.537	2,0
Turismo	41	12,1	49.322.361	35,5	15.821.745	26,4
Internacionalização	5	1,5	1.460.832	1,1	797.601	1,3
Total	338	100,0	139.083.511	100,0	59.853.866	100,0

Fonte: IDR.

O Estudo de Avaliação dos Sistemas de Incentivos e dos Instrumentos de Engenharia Financeira em vigor na RAM (IESE, 2013) procedeu a uma análise em profundidade da aplicação dos SI na Região e do seu Relatório Final salientam-se as seguintes Conclusões:

- *Contributos* antecipáveis dos *instrumentos de apoio ao investimento (SI)*: impacto positivo em termos de empreendedorismo e de criação de emprego; impacto positivo na diversificação económica tanto através da aposta em novos setores (ambiente, saúde, ...), como na utilização de novos processos e produtos capaz de reforçar a competitividade das empresas e a orientação

² Estes projetos incidem em domínios como, p.ex., o desenvolvimento de superfícies interativas (6D), som, aromatização e toque; ferramentas de design e técnicas de interação para computador e dispositivos móveis; sistema construtivo de base pré-fabricada, para execução de edifícios em altura; processos de Biorefinaria de Microalgas; desenho prático para serviços inovadores e Investigação científica; Software Platform for Automated Enterprise-wide – SPAN; diminuição do tamanho do sensor de imagem e aumento da qualidade; tecnologias de produção na qualidade do vinho da Madeira; Sistema de Detecção Optoelectrónico Ativo Multifuncional; e Desenvolvimento da farinha de batata-doce para a indústria agroalimentar.

para a exportação; e impacto positivo, ainda que de dimensão muito limitada, no I&D em consórcio com as entidades produtoras de conhecimento (em particular, mobilização da Universidade da Madeira) e decorrente da transferência de tecnologia para as empresas.

- Peso muito significativo dos *Fatores Dinâmicos de Competitividade* no total das despesas elegíveis apoiadas (48,1% do total), o que corresponde a um progresso assinalável em relação ao passado e ao típico projeto de investimento na Região, onde os fatores necessários à atividade (diretamente produtivos, essencialmente construção e equipamentos) têm um peso muito superior. As tipologias de investimento com maior peso nos FDC foram as TIC e a eficiência energética, agregados com impacto em áreas-chave para o desenvolvimento: sociedade do conhecimento, ambiente e energia, mas assentes, sobretudo, em dimensões relacionadas com a introdução/renovação de equipamentos informáticos, com o cumprimento de requisitos relacionados com o ambiente, a segurança e a higiene no trabalho, a implementação de sistemas de certificação e com a melhoria e eficiência energética. Neste padrão de investimento, as dimensões imateriais da competitividade, nomeadamente as relacionadas com a internacionalização, a divulgação, o marketing e a inovação, são praticamente inexistentes.
- O *SI Funcionamento*, SI único nas regiões ultraperiféricas da União Europeia, visa compensar os custos adicionais decorrentes da situação ultraperiférica e dos *handicaps* inerentes. O modelo não tem por objetivo induzir mudanças no tecido económico mas antes preservar a situação existente; no longo prazo, pode comportar os riscos normais da existência de um “efeito de renda”, ou seja, desincentivar as necessárias adaptações económicas e tecnológicas a um mercado global em mutação. Face aos objetivos e modelo adotado para reduzir os custos adicionais da ultraperiféricidade, este SI revelou-se bastante eficaz tendo mantido ou criado pelo menos 6.700 postos de trabalho e reduzido em cerca de 13,8% o custo para as empresas das despesas correntes apresentadas para apoio.

3.2. Lições da experiência passada na aplicação da Engenharia Financeira

A utilização da Engenharia Financeira no âmbito do Intervir+ traduziu-se na existência dos seguintes instrumentos complementares de financiamento: Linha de crédito PROINVEST, Linha de crédito PME Madeira, Linha de crédito bonificado para as micro e pequenas empresas da Madeira e participação do IDE-RAM no Fundo de Contra-garantia Mútua.

No enquadramento do Programa Intervir +, e através das 4 linhas de crédito foram apoiadas (até 30 de Junho de 2013), 883 empresas com um investimento de quase 70 milhões de euros. A estas Linhas de Crédito junta-se a Linha PROINVEST que apoiou 46 empresas com projetos aprovados, enquadrando um investimento de 6 milhões de euros.

As quatro Linhas de Crédito financiadas pelo Programa Intervir+ destinaram-se, sobretudo, ao financiamento de Fundo de maneo das empresas beneficiárias (62,6% do montante emprestado); apenas 13,1% apoiou a aquisição de equipamentos.

Tendo as linhas de crédito funcionado essencialmente como instrumentos de liquidez para as empresas (reconstituição do fundo de maneo), salienta-se a oportunidade do seu lançamento num período de uma muito forte escassez de liquidez na economia portuguesa e que atingiu um número significativo de empresas da RAM.

No domínio da dívida não foram incentivadas linhas de financiamento do investimento mais estruturante, com a ressalva do PROINVEST que complementou a comparticipação privada de projetos apoiados no Sistema de Incentivos. O PROINVEST enquadró operações de financiamento destinadas a financiar, exclusivamente, investimentos corpóreos e incorpóreos constantes dos projetos aprovados e não concluídos física e financeiramente no âmbito dos Sistemas de Incentivos do PO INTERVIR+, nomeadamente EMPREENDINOV, SIRE, QUALIFICAR+, SI TURISMO e +CONHECIMENTO. O montante global ascendeu 5 Milhões de Euros e foi financiado com recursos extra Fundos Estruturais.

Mas a constatação principal reside na ausência de aplicações do Intervir+ no domínio do capital, principalmente, na área do capital de risco. A justificação apresentada radica na experiência negativa da criação de um Fundo de Capital de Risco na RAM no QCA III e na consequente conclusão de que este tipo de intervenção não tem procura suficiente na Região.

Embora justificada a opção no período de programação que agora está a terminar, parece-nos imprescindível que sejam no futuro utilizados mecanismos de capital de risco e de capitalização de empresas, pois: (i) a descapitalização das empresas é uma realidade que a crise financeira vem agravando e que dificulta a capacidade de obtenção de crédito bancário; (ii) nos mecanismos de capital, a utilização de capital de risco e de outras formas de micro-financiamento são essenciais para a obtenção de resultados na área da inovação; (iii) estando ainda as empresas com excesso de endividamento, seria incoerente que as políticas públicas intervissem apenas na facilitação do acesso ao crédito.

Com efeito, a situação de descapitalização das empresas portuguesas constitui um dos desequilíbrios mais graves das suas estruturas financeiras. Esta situação é consequência da excessiva alavancagem do financiamento das empresas através da dívida que caracteriza a criação e o crescimento da atividade empresarial em Portugal. A situação não é muito diferente nas empresas da RAM conforme se pode visualizar na Tabela seguinte:

Tabela 23. Indicadores de Capitalização de Empresas* na RAM (2011)

	Autonomia Financeira (%)			Dívida/EBIDTA (nº anos)		
	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Total	7	27	52	Neg	14	5
Médias	15	34	55	619	14	5
Pequenas	11	28	52	259	13	5
Micro	2	24	52	Neg	15	5

* Empresas com cinco ou mais trabalhadores

Fonte: Informação Empresarial Simplificada (IES).

De uma forma genérica, as PME na RAM apresentam uma Autonomia Financeira com uma mediana de 27%, valor bastante aceitável superior ao mínimo exigido no acesso aos Sistemas de Incentivos. Porém a situação do endividamento é bastante preocupante pois a mediana do rácio Dívida/EBIDTA (que indica o nº de anos necessários para se pagar a dívida tendo em consideração o *cash-flow* anual liberto) é de 14, que compara com o valor de referência de 5 utilizado nos sistemas de *scoring* de risco de crédito.

As empresas mais saudáveis sob o ponto de vista financeiro (3º quartil) apresentam uma situação bastante favorável no atual contexto recessivo, quer no que se refere à autonomia financeira (com valores superiores a 50%) quer no que se refere ao rácio Dívida/EBIDTA situado em 5 anos. A situação financeira das empresas menos saudáveis é no entanto crítica com autonomias financeiras com valores do 1º quartil muito baixos (especialmente no caso das micro empresas) e da incapacidade de liquidar a dívida pelo sinal negativo do *cash flow* gerado em 2011.

Dado que os SI não financiam Fundo de maneoio, a existência das Linhas de Crédito assegurou algum desafogo financeiro aos promotores, designadamente para realizar os projetos apoiados pelos SI. O acesso a Fundo de maneoio constituiu a principal razão de candidatura às Linhas de Crédito, enquanto o financiamento de construções – muito limitado nos SI – surge em segundo lugar. Estes dados apontam para alguma complementaridade implícita entre os dois tipos de instrumentos [cf. *Estudo de Avaliação dos Sistemas de Incentivos e dos Instrumentos de Engenharia Financeira em vigor na RAM, no âmbito do Programa INTERVIR+ (2007-2013)*].

3.3. Apoio ao Desenvolvimento Empresarial e às Infraestruturas tecnológicas

O Programa INTERVIR + contava, em 30 de Junho de 2013, com um conjunto de 37 projetos relacionados direta ou indiretamente com o reforço de capacidades e competências das estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial e infraestruturas tecnológicas, totalizando um investimento elegível superior a 93 milhões de euros.

Tabela 24. Projetos aprovados no INTERVIR +relacionados com o reforço de capacidades e competências das estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial e infraestruturas tecnológicas (31 de Dezembro de 2013)

Eixo/Tipologia/Medida de intervenção	Nº	Investimento /Despesa Pública (€)
1.1.2. Incentivos Indiretos às Empresas-Ações Inovadoras	4	2.847.912
1.2.1.Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento - Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico	10	5.832.390
1.2.2.Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	3	5.734.817
1.3.1. Modernização Administrativa – Modernização Administrativa	5	6.257.091
2.2.1. Envolvente empresarial – Ações Coletivas	16	31.686.149
2.2.2. Parques empresariais - Acolhimento Empresarial	3	9.630.561
5.2.1. Parques empresariais - Infraestruturas e Equipamentos Coletivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	1	31.134.787
Total	42	93.123.708

Fonte: IDR.

Este conjunto de projetos contempla:

- Intervenções de Qualificação das Áreas de Localização Empresarial, nomeadamente dos Parques Empresariais, com investimentos aprovados englobando componentes de acessos viários (Parque da Ribeira Brava), de construção de pavilhões da iniciativa da Madeira Parques Empresariais, E.P.E. e de adução de água.
- Projetos de dinamização da envolvente empresarial, nomeadamente através da realização de feiras, festas e festivais e da elaboração de planos e estudos setoriais.
- Apoio às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional, com 13 projetos aprovados, promovidos quer pela Universidade da Madeira, quer por Organismos do Governo Regional, quer ainda por outras entidades de I&D.
- Projetos de modernização administrativa diretamente relacionados com as infraestruturas tecnológicas e a envolvente empresarial, nomeadamente, Acreditação do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar, Sistema Integrado de Informação do IDERAM; Cadastro Vitícola (Sistema Integrado de Gestão do Cadastro Vitícola da RAM) - SIGCV-RAM; RITS- Reforço das infraestruturas Tecnológicas do SESARAM.
- Projetos promovidos por associações empresariais de promoção do desenvolvimento económico da Região, nomeadamente RS4E II - Road Show for Entrepreneurship 2008 – 2013 (promovida pelo CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira); III Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Regional (da ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM) e New Order Madeira (Associação de Jovens Empresários Madeirenses).
- Projeto de Cooperação Empresarial Inter-regional promovido pelo IDE.

B.4. Formação Profissional

A informação estatística disponível indicia uma melhoria das qualificações dos jovens, nomeadamente através da diminuição do abandono escolar precoce e da melhoria dos indicadores de conclusão do ensino secundário: a percentagem de jovens com idade entre os 18 e os 24 anos que concluíram no máximo o 3º ciclo do Ensino Básico diminuiu de 48,3%, em 2001, para 31,7%, em 2011; a percentagem de jovens entre 20 e 24 anos cresceu de 38,7 para 50,9%.

O Programa Rumos, centrado na valorização do potencial humano e coesão social da RAM, contempla um conjunto de apoios destinados a promover o aumento dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira e, simultaneamente, aumentar a coesão social.

Tabela 25. Projetos aprovados no Eixo I do Programa RUMOS (31 de Dezembro de 2013)

Eixo I - Educação e Formação		Nº	Fundo (€)	Custo Total Aprovado (€)
		763	123.580.885	156.178.599
01.01	Qualificação Inicial	317	76.812.479	96.250.489
01.01.01	Sistema de Aprendizagem	16	5.666.963	7.083.704
01.01.02	Cursos Profissionalizantes	76	40.881.311	51.292.556
01.01.03	Cursos de Educação e Formação	185	17.876.191	22.381.300
01.01.04	Cursos de Especialização Tecnológica	24	8.475.254	10.601.979
01.01.05	Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0
01.01.06	Educação Especial e Reabilitação	16	3.912.760	4.890.950
01.02	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	411	39.365.512	50.642.621
01.02.01	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Ativos	89	3.106.324	5.250.880
01.02.02	Formação Profissional para a Administração Pública	115	5.326.006	6.657.508
01.02.03	Ações de Formação-consultoria	19	6.271.402	7.882.867
01.02.04	Formação de Docentes e Formadores	75	3.072.139	3.843.310
01.02.05	Formação de Adultos	83	13.664.626	17.089.153
01.02.06	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	18	7.100.322	8.888.038
01.02.07	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didáticos	12	824.693	1.030.866
01.03	Formação Avançada	35	7.402.894	9.285.489
01.03.01	Bolsas para Professores / Investigadores	8	344.439	430.548
01.03.02	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento	24	7.011.103	8.763.879
01.03.03	Cursos de Formação Avançada	3	47.352	91.062
01.03.04	Projetos de Investigação	0	0	0

Fonte: IDR.

No âmbito do Eixo I - Educação e Formação que integra intervenções de Qualificação Inicial, Aprendizagem ao Longo da Vida e de Formação Avançada, a 31 de Dezembro de 2013, existiam 746 projetos aprovados, totalizando um custo global de 156 milhões de euros.

As intervenções de Qualificação inicial contemplam um conjunto de modalidades de formação dirigidas aos jovens, incluindo o Ensino Profissional, o Sistema de Aprendizagem, os Cursos de Educação e Formação e os Cursos de Especialização Tecnológica, apoiando percursos escolares de natureza formal (Cursos Profissionalizantes e Especialização Tecnológica) e percursos escolares de natureza não formal (Cursos de Educação-Formação) e percursos alternativos inseridos no mercado de emprego (Sistema de Aprendizagem).

Na Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida foram aprovados 411 projetos, contemplando ações de Qualificação/Reconversão/Aperfeiçoamento/ Especialização para ativos, Formação de Agentes do Estado, Formação de Adultos, Ações de Formação-Consultoria e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Na Formação Avançada, a Tipologia referente aos Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento é a que tem mais expressão, tendo assegurado o apoio a 22 projetos com 6,7 milhões de euros aprovados.

No *Eixo 2 - Emprego e Coesão Social*, os apoios principais concentram-se na intervenção Estágios Profissionais, que absorve parte significativa da dotação financeira deste Eixo, e num conjunto de intervenções destinadas à promoção do emprego e à ocupação de desempregados (apoios à contratação e à criação do próprio emprego, iniciativas locais de emprego, formação/emprego e prémios à auto-colocação).

Tabela 26. Projetos aprovados no Eixo II do Programa RUMOS (31 de Dezembro de 2013)

Eixo II - Emprego e Coesão Social		Nº	Fundo	Custo Total Aprovado
		92	47.875.918	59.844.897
02.01	Transição para a Vida Ativa	18	20.349.027	25.436.284
02.01.01	Estágios Profissionais	18	20.349.027	25.436.284
02.02	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	42	11.735.343	14.669.179
02.02.01	Apoios à Contratação	6	4.202.119	5.252.649
02.02.02	Apoios à Criação do Próprio Emprego	9	359.050	448.812
02.02.03	Prémios à auto-colocação	3	160.022	200.028
02.02.04	Iniciativas Locais de Emprego	7	2.442.145	3.052.681
02.02.05	Formação/Emprego	5	3.251.805	4.064.757
02.02.06	Clubes de Emprego	12	1.320.202	1.650.252

Fonte: IDR.

C. OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

C.1. Análise SWOT da Economia Regional e do Tecido Empresarial

Os elementos apresentados nos pontos anteriores, bem como as análises realizadas e os contributos sistematizados pelo IDE para o *Diagnóstico prospetivo Regional* e para o *Documento de Orientação Estratégica da Região* para o período 2014-2020 (ambos elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento Regional), constituem uma base de referência atualizada, a partir da qual é possível construir uma Análise SWOT.

As tabelas seguintes estão organizadas de modo a contemplar não apenas os aspetos atinentes ao desenvolvimento empresarial e à componente de Crescimento Inteligente no quadro da Estratégia Europa 2020, mas também as dimensões de Crescimento Sustentável e Inclusivo que essa Estratégia requer.

Com efeito, a Estratégia que a Região venha a adotar no domínio económico e, em particular, no domínio do apoio ao desenvolvimento empresarial, terá de considerar, igualmente, as dimensões da sustentabilidade e da inclusão e da capacitação institucional, que são abordadas nesta síntese de potencialidades e constrangimentos.

Tabela 27. Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças

Oportunidades	Ameaças
Elementos transversais de contexto	
Relevância da especialização natural e histórica do Arquipélago (com a particular secularidade da atividade na Ilha da Madeira) no turismo, um produto maduro e consolidado no mercado mundial, num setor exportador com dinâmica de crescimento positivo e resiliente à escala global.	- Impactos negativos combinados da forte crise europeia e mundial, a partir de 2008, e do processo de ajustamento, mais do que proporcionais aos verificados para o conjunto da economia portuguesa; - Impactos negativos adicionais do PAEF da RAM ao nível da dinâmica de investimento e de consumo, com reflexos pesados no emprego.

(continua)

Oportunidades	Ameaças
Competitividade e Inovação [Desenvolvimento Empresarial; Inovação e I&DT; Turismo; Atividades Tradicionais; Energia; Redes e Serviços de Transportes]	
• Aumento sustentado do investimento em IDT privado à escala global com <i>offshoring</i> significativo deste tipo de atividade por parte de empresas transnacionais; • Formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constituindo uma “plataforma de entendimento e comunhão de interesses”, para potenciar o desenvolvimento da Economia do Mar, fundamental para as Ilhas; • Focalização na mudança de paradigma no Cluster Turismo e Lazer, no sentido de privilegiar empresas e projetos coerentes e estruturados que envolvam conjuntos de operadores em torno de objetivos/recursos comuns, para promover transformações significativas no desempenho futuro deste complexo de atividades, colocando-o no “main stream” das tendências para afirmar um turismo sustentável implicando novas focagens dentro de um esforço de segmentação inteligente da oferta; • Potencial de aumento da integração do turismo com atividades económicas a montante, designadamente no setor primário (agricultura e pescas), agroindustrial e indústrias transformadoras e a jusante (valorização dos recursos naturais e da cultura) e de inovação no domínio dos eventos com grande relevância internacional; • Potencial de captação de novos segmentos de mercado (famílias, casais jovens, turismo de congressos, turismo de incentivos, de terceira idade, de saúde, TER e turismo de natureza, com privilégio para o território interior e Costa Norte) e de aumento da presença em novos mercados emissores; • Progresso da década anterior em várias dimensões com crescimento económico, melhor distribuição e redução da pobreza, desemprego circunscrito e centrado nos grupos de maior risco no mercado de trabalho e progresso na educação e formação; • Possibilidade de no novo ciclo de acesso e utilização dos recursos do FSE na Região ser fortemente norteado pelo reforço da Dimensão Social combinando incentivos à criação de emprego, formação de competências e a redução do abandono escolar, com intervenções de combate à pobreza e à exclusão, de melhoria do acesso aos cuidados de saúde e de inclusão social; • Possibilidade de privilegiar intervenções concebidas dentro de processos orientados para a produção de qualificações com validação, reconhecimento e comparabilidade externas, p.ex., na promoção de um pólo europeu e mundial de formação turística, bem como na oferta de qualificações que prolonguem apostas qualificantes (percursos de dupla certificação, formação especializada e formação avançada, na ótica do emprego científico);	• Crescente concorrencialidade do mercado internacional de IDT pela atração de talentos e recursos qualificados; • Excessiva dependência da Região do Cluster do Turismo que, tendo sido em larga medida, responsável pelo sucesso da Região (crescimento económico, melhor distribuição do rendimento, redução da pobreza, desemprego circunscrito e centrado nos grupos de maior risco, ...) e tem constituído reconhecidamente, sobretudo quando associado ao desenvolvimento do setor imobiliário, um efeito inibidor da diversificação do tecido económico; • Dificuldades associadas à reestruturação do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e respetiva recomposição antecipando indicadores ainda não disponíveis de transformação económica e ajustamento, que podem inverter a trajetória da Região; • Melhoria na educação e nas qualificações que, apesar de ser consistente, não conduziu à recuperação de uma situação de atraso no contexto de um País, ele próprio com indicadores mais desfavoráveis que os europeus; • Agravamento do desemprego e na alteração das suas características: a Região tem um histórico de baixo nível de desemprego, mas desde o início da crise este agravou-se e masculinizou-se acentuadamente; • Agravamento do volume de desempregados inscritos com habilitações correspondentes ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário e ao Bacharelato, bastante acima da variação global ocorrida, traduzindo uma dificuldade de absorção das qualificações escolares médias cujo reforço orientou as prioridades da oferta formativa da última década;

(continua)

Oportunidades	Ameaças
Competitividade e Inovação [Desenvolvimento Empresarial; Inovação e I&DT; Turismo; Atividades Tradicionais; Energia; Redes e Serviços de Transportes] – cont.	
- Desvio da procura dos principais países emissores dos destinos, com forte capacidade concorrencial no Norte de África e Médio Oriente, em que a RAM ainda não conseguiu capitalizar; - Papel destacado do turismo de cruzeiros, importante gerador de rendimento para os setores da restauração e do comércio. Neste segmento, a Madeira tem conseguido manter o seu porto principal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e o primeiro do País, registando um crescimento notável nos últimos anos; - Parque hoteleiro consolidado e que respeita os elevados padrões de qualidade exigidos pelos operadores turísticos, ao qual acresce um conjunto significativo de infraestruturas e equipamentos de apoio que conferem robustez ao setor na Região; - A Cultura como uma das marcas específicas do Destino Madeira: os museus e o património da Região, a música tradicional, a gastronomia, o vinho e o bordado, a par com propostas inovadoras no domínio dos eventos e do setor do audiovisual, revestem a condição de fator de atratividade, de desenvolvimento sustentado e de enriquecimento económico e social; - Recursos do Mar, especialmente relevantes num contexto insular e que, na ótica da clusterização de atividades; abrangem recursos vivos e não vivos, usos de natureza económica (Portos, transportes e logística; recreio; desporto e turismo) e atividades de I&DT; - Enquadramento da Madeira nos mecanismos de Política de Coesão para as RUP, indispensável à manutenção de mecanismos redistributivos, na lógica da compensação dos custos de ultraperiféricidade, assegurando que esta possa ser temperada por um cruzamento dinâmico com os pólos de articulação estratégica, na preparação de uma gradual autonomização das atividades face os apoios públicos e estimulando a obtenção de ganhos de escala e de competitividade.	- A localização geográfica das ilhas da Madeira e do Porto Santo não permite aceder às redes transeuropeias de energia, com implicações objetivas que se traduzem em sobrecustos de operação e na necessidade de duplicar investimentos, nomeadamente, em capacidade de produção e armazenamento de energia, aproveitamento de fontes renováveis intermitentes e dotação de condições de estabilidade das redes elétricas isoladas, as quais são necessárias para garantir a qualidade e segurança do abastecimento, diminuir a dependência energética do exterior e minimizar as implicações da respetiva oscilação de preços; - Desgaste potencial dos instrumentos de promoção da IDT+I no tecido empresarial existente e dos instrumentos de competitividade fiscal, face à importante experiência anterior sem que se tenham obtido os resultados esperados; - Efeitos da globalização da economia que se fazem sentir ao nível das principais produções primárias regionais exportáveis (vinhos, banana, frutos subtropicais, vime e flores), mas também ao nível da abertura de mercados a qual conduziu a um acréscimo da concorrência no mercado regional (nomeadamente, no segmento dos produtos frescos), além de exigências em matéria de qualidade e certificação na sequência da adesão à União Europeia.
Competências, Emprego e Inclusão Social [Qualificação escolar e profissional; Emprego, Desemprego e Exclusão social]	
- Reforço do espaço de mobilização dos parceiros económicos e sociais na implicação para o emprego e a inclusão social. A perspetiva de ativação de instrumentos de intervenção existentes e outros a criar, p.ex., nas vertentes da reconversão profissional de ativos desempregados, da dinamização de experiências de empreendedorismo social e local e da integração socioeconómica de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, deve abranger entidades com competências nos domínios do emprego, da formação e da segurança social; - Tendência global para o reforço das iniciativas de emprego nos domínios da Economia e do Empreendedorismo Social, associando objetivos de valor social com objetivos de emprego e produção de valor económico.	- Agravamento das situações de desfavorecimento face ao mercado de trabalho com alastramento dos focos de pobreza e marginalidade a novas áreas urbanas e também em freguesias do interior da Ilha da Madeira. Paralelamente, verifica-se uma erosão acentuada das capacidades de resposta das IPSS, Centros Paroquiais e Casas de Povo por redução do financiamento público (comunitário e regional – OSS) e por menor disponibilidade do parceriaio e mecenato social de empresas e instituições; - Existência de grupos especialmente vulneráveis no mercado de trabalho que, em contexto de intensificação da pressão competitiva, vêm o seu risco de marginalização e exclusão social acrescido.

(continua)

Oportunidades	Ameaças
Capacitação Institucional	
- Melhorar as interfaces com os potenciais promotores de investimento ao nível da sua eficácia e eficiência, em termos de articulação entre os organismos públicos, em vista da qualidade e valor acrescentado dos serviços prestados às empresas pelas instâncias de regulação da atividade económica, através da disponibilização de novos serviços da Administração Pública Regional; - Introduzir e reforçar as metodologias que associem a consultoria/apoio técnico, científico e tecnológico aos projetos de investimento; - Melhorar a eficácia e a eficiência dos instrumentos operacionais de cofinanciamento (ações de parceria e de eficiência coletiva, instrumentos financeiros, etc.), através de um apoio mais simplificado mas mais exigente em termos de resultados e de demonstração e disseminação de conhecimento e boas práticas; - Mobilizar no modelo de governação atores exteriores à Região, com papel reconhecido nas redes internacionais (europeias e mundiais) de I&D e em redes transnacionais de Transferência de Tecnologia.	- Dificuldade em conseguir articulações duráveis, eficazes e eficientes nos processos de cooperação institucional quer internos à região, quer com atores externos; - Limitações persistentes na capacitação dos recursos humanos ao serviço das instituições, quer na dimensão da capacidade técnica instalada, quer na qualidade da gestão.

Tabela 28. Matriz SWOT – Pontos Fortes e Pontos Fracos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Elementos transversais de contexto	
• Importante dotação de equipamentos que podem servir de base ao desenvolvimento económico regional, à atenuação de assimetrias territoriais e à melhoria das condições de suporte à coesão social e territorial; • Rede moderna de infraestruturas e equipamentos educativos, de saúde e apoios de proximidade.	• Aposta sistemática na atração de atividades de elevado valor acrescentado no setor dos serviços (serviços financeiros e às empresas, TIC e I&DT, ...) que ainda não conseguiu atingir dimensão crítica; • Aposta na utilização de incentivos fiscais ao estabelecimento de novas atividades económicas, com resultados aquém do esperado.
Competitividade e Inovação	
[Desenvolvimento Empresarial; Inovação e I&DT; Turismo; Atividades Tradicionais; Energia; Redes e Serviços de Transportes]	
• Taxa de empresas na Região (em 2008) com atividades de inovação superior à média nacional; • Elaboração muito recente do Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM (PIDTI) preparando o aumento do Investimento regional e a racionalização das entidades públicas com competências específicas nestes domínios; • Instrumentos de suporte à extroversão e internacionalização (p.ex., CINM/SDM) essenciais para o desenvolvimento da RAM a qual sempre foi capaz de encontrar no exterior as oportunidades para a valorização dos seus recursos naturais ou adquiridos; • Capacidade subutilizada da oferta turística instalada, relativamente moderna e caracterizada por uma acentuada segmentação da procura que é necessário assegurar (5 estrelas vs. outros padrões de alojamento), pois das respetivas dinâmicas poderá emergir o relançamento competitivo do Cluster Turismo RAM; • Equipamentos educacionais e de saúde com capacidade para satisfazer procuras mais qualificadas e de integrar (no caso da saúde) perspectivas de adensamento da cadeia de valor do Turismo, no segmento Hospitality, reequacionando as condições de suporte necessárias à consolidação de projetos de Turismo de saúde na Região; • Recursos turísticos que reforçam a atratividade do destino (recursos primários de Biodiversidade, Mar e Paisagem - levadas e veredas, património natural e construído, ...) e infraestruturas de suporte a novos produtos turísticos (p.ex., campos de golfe), recursos a que acresce uma capacidade instalada de estruturas de qualificação profissional na área turística; deste conjunto de recursos, bem como dos relacionados com os transportes entre as ilhas e com o exterior, poderá emergir o relançamento competitivo do Cluster Turismo na Madeira e no Porto Santo; • As atividades a montante e a jusante do setor da Pesca regional, como a construção e reparação naval, o fabrico de artes e apetrechos de pesca, a indústria da transformação de produtos da pesca, contribuem de forma especial para que o setor das pescas e da aquicultura represente um importante pilar para as economias locais;	• Taxas de intensidade de inovação e de volume de negócios, resultantes da venda de produtos novos na Região (em 2008), inferior à média nacional; • Dispersão de recursos de IDT+I e orientação das atividades que não contemplam todos os domínios em que a Região tem potencial internacionalmente reconhecido (p.ex., Ciências do Mar, Botânica e Zoologia); • Quebra muito acentuada das empresas e do emprego no setor da construção e nas indústrias, aumentando o peso relativo do setor terciário na economia da Região; • Elevada concentração das empresas no Concelho do Funchal, distribuição que limita o potencial de estruturação económica regional; • Cadeia de valor relativamente estreita e pouco profunda do setor turístico, fruto de uma escassa integração com atividades a montante (agroalimentar, pesca,...) e complementares (cultura, património, paisagem, ...); • Constrangimentos estruturais de vulto, no setor do Bordado da Madeira, enquanto atividade económica de exportação, nomeadamente a existência de um elevado número de produtos concorrentes no mercado internacional, facilmente apreendidos como substitutos e dificuldade de valorização da genuinidade; • Reduzida dimensão do mercado para os produtos agrícolas, com sobrecustos de transporte de fatores de produção e dificuldades de acesso aos mercados externos e pela incipiente organização da produção que impossibilita a concentração da oferta; • Volume reduzido de produção de Vinho Madeira, que concorre com pouco mais de 50.000 hl no mercado mundial, sendo comercializado na Região por uma dezena de empresas; • O setor agro-florestal, englobando nele a atividade pecuária, cuja expressão é muito reduzida, apresenta como principais estrangulamentos o fracionamento das parcelas agrícolas, a limitação de mecanização condicionada pelo relevo acidentado, o envelhecimento e baixo nível de qualificação dos produtores e a fraca organização associativa e interprofissional;

(continua)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Competitividade e Inovação [Desenvolvimento Empresarial; Inovação e I&DT; Turismo; Atividades Tradicionais; Energia; Redes e Serviços de Transportes] – cont.	
Políticas de investimento na modernização e requalificação da rede de transportes (rodoviários) e a consequente melhoria de acessibilidade inter-regional, contribuíram para o crescimento da atividade económica e para o surgimento de novas áreas com potencial de desenvolvimento urbano que progressivamente tem vindo a consolidar-se.	- Os constrangimentos estruturais do setor das pescas da RAM encontram-se identificados nos recursos haliêuticos escassos (apesar da dimensão da sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva) e na inexistência de plataforma continental, sendo a atividade assente num número reduzido de espécies (tunídeos, peixe-espada-preto e pequenos pelágicos) com oscilação das capturas de atum; - Fragilidade em relação à segurança do aprovisionamento de energia primária e fornecimento de energia elétrica; - Sobrecustos devidos ao transporte marítimo (para a produção térmica), à reduzida escala dos mercados e ao afastamento das grandes redes energéticas e centros logísticos continentais; - Elevada dependência energética do exterior (produtos petrolíferos) com dificuldade de acesso a combustíveis alternativos e grande vulnerabilidade aos preços do petróleo.
Competências, Emprego e Inclusão Social [Qualificação escolar e profissional; Emprego, Desemprego e Exclusão social]	
- Diminuição notória do indicador de abandono precoce de educação e formação. No período 2007-2010, a taxa de abandono precoce de educação e formação da RAM diminuiu 11 pontos percentuais; - Melhoria das qualificações atenuando o abandono precoce da educação e da formação e melhorando os indicadores de conclusão do Ensino Secundário; - Cursos de Dupla Certificação que desempenham um papel relevante constituindo um dos principais instrumentos de recuperação de jovens para o sistema escolar; - Taxas de escolarização e de conclusão do Ensino Secundário por parte da população jovem que têm vindo a crescer em linha com a progressão do indicador no País, atingindo cerca de 51% em 2011, crescimento fortemente associado ao investimento efetuado na expansão da oferta dos Cursos de Dupla Certificação; - Melhoria dos indicadores de qualificação dos trabalhadores centrados num ganho de peso, entre 2007 e 2010, por parte dos quadros superiores e dos quadros médios e dos indicadores de habilitação escolar traduzido, sobretudo, no aumento dos diplomados com o Ensino Superior; - Região com uma rota de convergência económica acentuada, até à crise internacional, ultrapassando, na segunda metade da década anterior, o PIB médio da União Europeia, quando medido em paridades do poder de compra, e permaneceu imune à interrupção da convergência entre Portugal e a União. Para esta “performance” de indicadores contribuiu a componente induzida pelas atividades enquadradas pelo CIMN, sobretudo o efeito Zona Franca;	- A Região é historicamente marcada pelo baixo nível educativo, apresentando uma estrutura global de níveis de habilitações da população ativa caracterizada por um baixo nível educacional e peso reduzido dos diplomados com o Ensino Superior; - A taxa de retenção e desistência no Ensino Básico é superior à média nacional, sinalizando a importância de continuar a investir na qualidade do ensino neste nível, a par do prolongamento de intervenções visando prevenir o abandono escolar precoce; - Evolução muito negativa do emprego nos últimos anos que, em termos setoriais e medida pelo pessoal ao serviço nos estabelecimentos empresariais (setor estruturado da economia), se caracteriza pela intensidade do ajustamento na construção, nas indústrias transformadoras, nas atividades imobiliárias e no alojamento, restauração e similares. Para além destes ramos de atividade, com maior expressão empregadora, crescem comportamentos negativos no emprego no comércio por grosso e a retalho, nas atividades administrativas e dos serviços de apoio e nas atividades financeiras e de seguros; - Comportamentos positivos do emprego ocorreram em áreas protegidas [Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória ; Saúde e apoio social] e em áreas residuais, em termos de volume de emprego [Artes, espetáculos, desporto e recreio e Agricultura];

(continua)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Competências, Emprego e Inclusão Social [Qualificação escolar e profissional; Emprego, Desemprego e Exclusão social]- cont.	
- Região com uma assinalável convergência social na primeira década do século XXI, fruto do dinamismo económico que se refletiu também na redução do risco de pobreza, a incidência do fenómeno no fim da década aproximava-se da média nacional, ritmo de convergência que foi particularmente acelerado na primeira metade da década; - Adoção de um Plano Regional de Emprego 2012-2020 e de um Plano Regional para a Intervenção Social 2012-2015 que contribuem para enquadrar a Estratégia Regional.	A Região tinha, em 2007, uma menor proporção de trabalhadores a receber o salário mínimo (Remuneração Mínima Mensal Garantida), posição que se alterou em três anos, tendo o número de trabalhadores nesta situação crescido três vezes mais rapidamente que a média nacional.
Capacitação Institucional	
Criação e funcionamento de um conjunto relevante de entidades de interface no âmbito da Ciência e Tecnologia (UMa, Madeira Tecnopólo e CITMA), do empreendedorismo (IDE-RAM, Madeira Parques Empresariais e CEIM) e da Sociedade da Informação (NESI).	- Reduzida atividade e resultados alcançados nos domínios da incubação de empresas e do lançamento de “start-ups” e unidades de capital semente; - Extinção do NESI (Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação) com trabalho meritório no desenvolvimento de competências e iniciativas no âmbito das NTIC; - Perfil de atividades empresariais instaladas nos Parques Empresariais não contribuiu para renovar o padrão de especialização económica; - Investimentos mais recentes do Madeira Tecnopolo, apoiados no âmbito do PO Intervir+, traduzem um afastamento do core de atividades de C&T da entidade; - Existência de debilidades a nível do associativismo empresarial e municipal na mobilização de recursos e de fixação de competências suscetíveis de contribuir para a dinamização e qualificação das intervenções favorecedoras do robustecimento das empresas e das Autarquias.

C.2. Um novo quadro conceptual para a inovação estratégica

A RAM depara-se com uma necessidade absoluta de conseguir encontrar um quadro de inovação estratégica que possa gerar instrumentos de intervenção pública dotados de potência adequada à inversão da trajetória recente, proporcionando um regresso ao crescimento, mas conseguindo evitar os desequilíbrios nominais e sistémicos que poderão ter estado na base da menor resiliência revelada em face das dificuldades geradas pelo acumular de problemas que sobrevieram à crise financeira de 2008.

Uma boa forma de sistematizar os processos de mudança com que a Região se tem de confrontar pode ser explicitada na tradicional matriz de requisitos e resultados em processos de mudança complexa. Ou seja, ou se consegue alinhar a visão do futuro da RAM com as competências necessárias à mudança, com os incentivos adequados aos agentes (internos e externos), mobilizando os recursos necessários para a concretização de um Plano de Ação capaz de guiar os atores ou, então, o processo de mudança fica inviabilizado ou, pelo menos, muito retardado.

Figura 25. Fatores a considerar na gestão da mudança complexa



Fonte: Adaptado de Ambrose (1987), *Managing Complex Change*.

A Figura anterior, correspondendo a um modelo analítico comumente utilizado como quadro de referência em processos de mudança organizacional dá relevo à necessidade de promover um processo de transformação que seja completo, isto é, que inclua os elementos que se consideram indispensáveis a uma mudança bem-sucedida.

A existência de uma visão para o futuro da Região é o primeiro elemento indispensável para que o processo de mudança possa acontecer. Essa visão tem de ser explicitada e partilhada pelos principais

“stakeholders” regionais envolvendo-os no processo como forma de garantir que todos alinham as suas estratégias e atuações em função de objetivos comuns.

Essa visão implica sempre que pode haver perdedores e ganhadores face a um prolongamento da trajetória anterior, significando por isso que a adaptação é mais relevante para os que vão potencialmente perder espaço de intervenção. Mas se essa visão for clara, todos podem ajustar-se e partilhar os resultados desejavelmente positivos da nova situação.

A segunda condição é a existência de competências que assegurem a orientação e a realização da transformação desejada. No caso das transformações sociais esta disponibilidade de competências é especialmente relevante nas instituições liderantes quer no setor público, quer no setor privado. Se as instituições que têm de liderar a transformação não possuem as capacidades requeridas, então haverá que investir na sua aquisição, seja pela capacitação organizacional, seja pela mobilização de atores externos à Região que possam apoiar a transformação pretendida. Igualmente, é necessário garantir que os sistemas de educação e formação podem produzir as qualificações requeridas e que a sociedade e o tecido empresarial vão necessitar na configuração que se pretende atingir.

Os incentivos têm aqui uma leitura no que usualmente se designa por agentes e mandantes da transformação: não se refere apenas a incentivos financeiros em sentido estrito mas na criação de um quadro de regulação que oriente os agentes (indivíduos, empresas e instituições) a adotar os comportamentos mais favoráveis. Se se pretende que haja uma transformação profunda das estruturas económicas: (i) não poderá haver sistemas de regulamentação da atividade económica que dificultem as atividades inovadoras, com persistência de normas obsoletas ou barreiras à entrada; (ii) o sistema financeiro deverá estar adaptado a apoiar iniciativas que são substantivamente diferentes das habituais; (iii) os apoios públicos às empresas deverão diferenciar fortemente as atividades inovadoras para que se possa reduzir o risco que sempre está associado à inovação e não se beneficie a mera continuação das atividades instaladas.

Finamente, é necessário planear os dispositivos que irão promover a transformação esperada e avaliar se os recursos que podem ser afetos à transformação esperada são suficientes: não se pode esperar que haja um volume de investimento produtivo que os sistemas públicos de investimento e o sistema financeiro não tenham capacidade de sustentar ou que exija a mobilização de recursos humanos com qualificações chave em quantidade suficiente. Ambas as situações provocarão o bloqueio a iniciativas que possam ser suscitadas e frustrarão as expectativas geradas na sociedade.

Um processo de transformação não pode ser visto hoje apenas como uma combinação de recursos locais, em particular em espaços económicos com reduzida dimensão, como é o caso da RAM. A atração de parceiros interessados, que possam aconselhar nas escolhas dos modelos de incentivos e que possam

funcionar como facilitadores e conectores às redes globais é uma necessidade incontornável para o processo de transformação estrutural da economia e do tecido empresarial da Região.

Na economia madeirense é necessária uma identificação detalhada e cuidadosa dos pontos mais fracos nos setores com maior potencial e investir fortemente na sua superação, designadamente através da mobilização (contratualização, contratação de recursos humanos muito qualificados, ...) de recursos que permitam a aproximação da dotação de ativos do setor empresarial aos padrões internacionais vigentes em cada cadeia de produção.

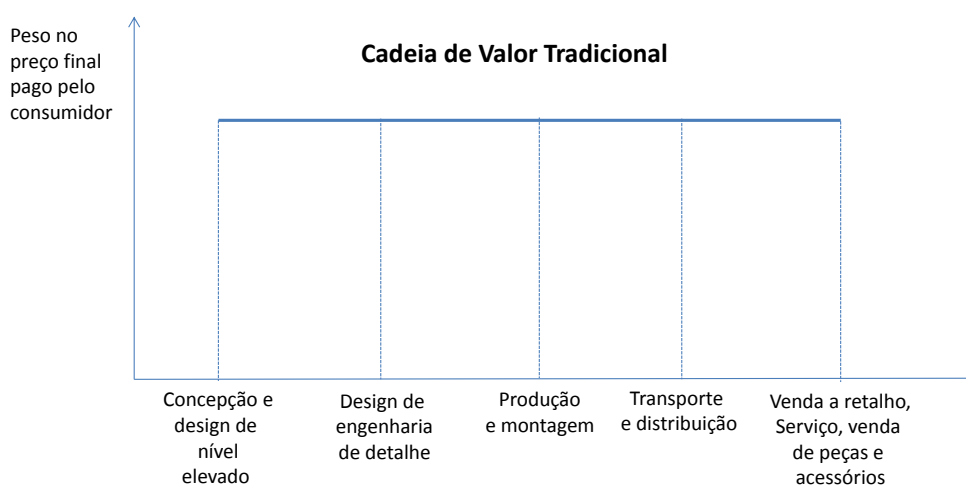
A extroversão e a internacionalização são essenciais para o desenvolvimento da RAM. No passado, a Madeira sempre foi capaz de, com maior ou menor sucesso e com maior ou menor expressão, encontrar no exterior as oportunidades para a valorização dos seus recursos naturais ou adquiridos.

O precoce (à escala global) desenvolvimento do setor do turismo, mesmo quando a própria ideia de turismo não existia enquanto atividade económica (valorizando a sua difícil geografia) e a afirmação das produções agrícolas e artesanais tradicionais da madeira, são disso eloquente exemplo.

Mais do que explorar os modos de internacionalização possíveis (uma vez que todos eles deverão ser convocados e aproveitados) importa, por isso, considerar o que de novo existe nas formas concretas como as atividades económicas se organizam que possa ser utilizado de forma proactiva na RAM.

A transformação das novas cadeias de produção mais importante para a Região é, provavelmente, a forma como, nos nossos dias, se distribui o valor entre as diferentes fases do processo produtivo. A lógica de organização das cadeias globais de produção abandonou a noção clássica, em que a distribuição de valor acrescentado pelas diferentes fases tinha representação tendencialmente linear.

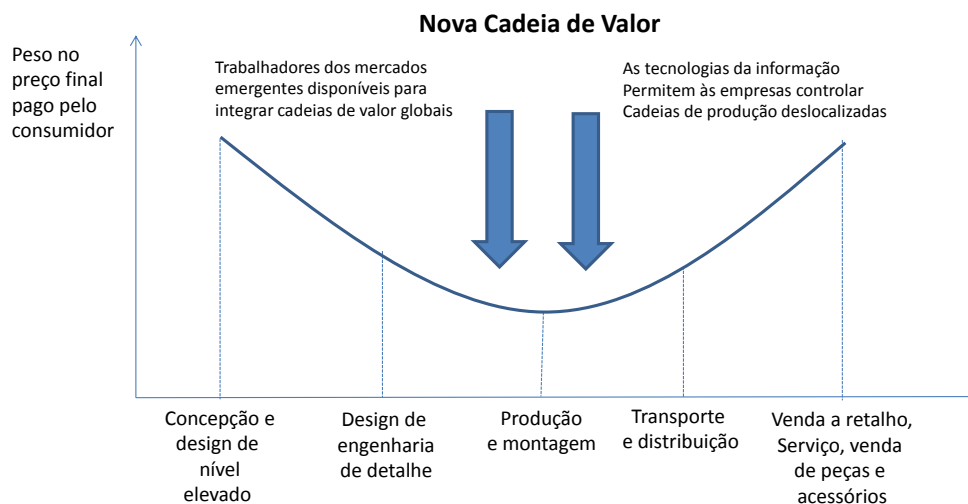
Figura 26. Distribuição do valor acrescentado na cadeia de valor tradicional



Fonte: Adaptado de Sérgio Rebelo (2012), *Megatrends in the World Economy*, mimeo.

Nas novas cadeias de produção global, o valor acrescentado da operação tende a concentrar-se nos extremos, sendo muito associado à conceção e à inovação e à detenção da relação com o cliente final, perdendo peso nas fases intermédias da produção. A fase do processo produtivo que se consegue atrair, ganhou uma importância acrescida.

Figura 27. Distribuição do valor acrescentado na nova cadeia de valor



Fonte: Adaptado de Sérgio Rebelo (2012), *Megatrends in the World Economy*, mimeo.

Para que a RAM possa integrar com sucesso as cadeias de produção globais, tem de, com uma estratégia de mudança articulada e bem concebida (integrando visão, competências, incentivos, recursos e um Plano de Ação), ser capaz de se colocar no mapa mental dos decisores nas empresas que funcionam como organizadores das cadeias de produção globais. Isto pressupõe conseguir evoluir das fases de produção que geram menor valor acrescentado para fases mais intensivas em conhecimento e “conexão” com os clientes finais, que permitem fixar uma maior parcela do valor acrescentado.

Os fatores-chave neste processo são a capacidade de ser detetado pelos potenciais investidores, combinando os incentivos que estes procuram para a localização das suas atividades e a qualificação dos recursos humanos com as competências básicas indispensáveis para a globalização.

A fixação de competências em fases mais intensivas em conhecimento tem hoje novas formas de organização que podem ser mobilizadas a favor de localizações com menor dotação relativa de fatores, pelo que tem de haver um alinhamento dos incentivos para que possam ocorrer na Região algumas das fases da produção, numa lógica de cadeia de produção global.

A este propósito, é útil reter, o conceito de *Empresa Metanacional*, desenvolvido por Santos e Williamson³. Este conceito define as empresas não como sendo orientadas para a detenção dos recursos

³ Ver SANTOS e WILLIAMSON (2001), *From Global to Metanational*, Harvard Business School Press, Boston, Massachussets.

que permitam a sua operação, mas no sentido de identificar, localizar e mobilizar os meios de que necessitam onde quer que eles se encontrem, integrando esses recursos da forma mais eficiente e flexível. A Figura seguinte representa as novas funções essenciais da organização das empresas globalizadas, sendo que o que é estratégico é a possibilidade de ser “detetável”, enquanto parceiro ou como local de fixação de parceiros num processo que ocorre à escala global. Apenas haverá lugar à mobilização de recursos locais e à sua utilização em processos produtivos, se a RAM e as empresas que aí se localizam puderem ser detetados pelos parceiros externos.

Figura 28. Empresa Metanacional: os níveis de competição na Economia do Conhecimento Globalizada



Fonte: Adaptado de SANTOS e WILLIAMSON (2001), pp. 6.

No essencial, estas novas formas de incorporação de territórios nas cadeias produtivas possibilitam à RAM ambicionar integrar-se nas fases de maior valor das cadeias produtivas.

A compensação dos custos de *ultra-perifricidade* nas fases de maior volume e menos valor (mais próxima do processo material de produção) poderá caracterizar-se por uma relação desfavorável na comparação entre custos e benefícios. Ou seja, a RAM não pode lutar por se integrar nas fases que exigem maior conexão física, mas pode utilizar as amenidades e infraestruturas do seu território para tentar atrair atividades passíveis de integração remota.

Qualquer estímulo ao desenvolvimento deverá, assim, ter em conta as características, naturais ou adquiridas, de maior relevância para a Região. Serve isto por dizer que a mobilização de atividades com elevado potencial de transformação, nomeadamente atividades mais intensivas em conhecimento - um exercício de elevado risco e incerteza já tentado insistentemente no passado com resultados modestos - tem forçosamente que ser acompanhado por um novo estímulo às atividades tradicionais, no sentido de

incentivar, como tem sido feito, à reconversão de atividades primárias (agrícolas e agroindustriais) e das indústrias tradicionais, p.ex., bordados e vimes.

Neste contexto, uma boa parte dos problemas (e dos sucessos) do passado pode ser encontrado na forma como se consideram as cadeias de produção para estas atividades. Mesmo se se deve ter em conta que as economias hoje não são mais passíveis de ser concebidas como economias completas, há que procurar identificar as debilidades nas cadeias produtivas que inibem a sustentação de *clusters* económicos de especialização.

A visão clássica (aditiva) da mudança, tem hoje de ser compreendida à luz das novas formas (multiplicativas) das decisões de investimento. Uma perspetiva interessante pode ser obtida com base na forma como se pode hoje conceber um produto de sucesso: numa operação aditiva a falta de uma parcela diminui o resultado mas não o anula; no caso duma multiplicação a presença de um zero na equação torna o resultado nulo. Esta perspetiva está presente na conceção de um produto de sucesso, cujos componentes se apresentam na Figura seguinte.

Figura 29. Componentes de um produto de sucesso



Fonte: Adaptado de JONES, C. (2010), *Intermediate Goods and Weak Links in the Theory of Economic Development*, Stanford GSB and NBER, August 31, 2010 – mimeo Version 5.0 e Kremer, M. (1993) “The O-Ring Theory of Economic Development”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 108, No. 3. (Aug., 1993), pp. 551-575.

A ideia subjacente ao modelo de base é a de que “uma cadeia tem a força do seu elo mais fraco”⁴. Uma das consequências práticas da *Teoria do o-ring*, em economia do desenvolvimento, é a necessidade de haver progressos nos diferentes domínios, não sendo suficiente obter a excelência em apenas alguns e resultados pouco significativos nos restantes.

⁴“Just as a chain is only as strong as its weakest link, problems at any point in a production chain can reduce output substantially if inputs enter production in a complementary fashion”, JONES, C. (2010), *Intermediate Goods and Weak Links in the Theory of Economic Development*, Stanford GSB and NBER, August 31, 2010, mimeo Version 5.0, pp1.

A experiência desta incompletude nas produções tradicionais da Madeira (Bordados e Cestaria) pode ser encontrada, p.ex., na incapacidade da Região em afirmar e valorizar a diferenciação dos seus produtos artesanais, quando comparados com produtos similares produzidos de forma industrial nos países emergentes. A certificação de origem (indispensável) não foi, ainda, suficientemente acompanhada por uma estratégia de apresentação (embalagem do produto) que o torne verdadeiramente apreciável pelo mercado na sua diferenciação de originalidade e genuinidade⁵.

Da mesma forma, a redinamização do turismo não deverá ser orientada para a criação de incentivos a uma estratégia concertada de atuação dos diferentes operadores na cadeia de produção. Deve evitar-se a insistência numa lógica de apoio à reconversão das unidades individualmente tomadas (ainda que essa necessidade possa ser muito evidente e justificada, numa análise retrospectiva) e do apoio a atividades complementares que não resulte duma intervenção que envolva e comprometa o conjunto dos atores. Esta individualização dos apoios não parece pertinente nem coerente se considerados os resultados perversos do passado, designadamente pelo incentivo a uma concorrência excessivamente focada com base no preço (a que os Sistemas de Incentivos dão sustentação) que tem degradado a qualidade da oferta e a imagem da Região no mercado.

No caso do turismo na RAM, o desenvolvimento de Estratégias de Eficiência Coletiva (muito presentes na arquitetura do QREN), pode ser uma forma de inspiração para a formulação estratégica para o futuro que a Região deve prosseguir, assegurando a maximização da cooperação entre os agentes, que não ponha em causa a competição entre eles, mas permita a criação de massa crítica para funcionarem coletivamente no mercado e conjuntamente suportarem investimentos que individualmente não são viáveis e que nas atuais condições a Administração Regional não tem condições de continuar a suportar.

Mas mesmo as atividades de especialização da Região podem promover a emergência de novas dimensões de organização de recursos da RAM, de que é exemplo a formação turística em que a Madeira pode razoavelmente esperar poder afirmar-se como um polo de excelência europeia e mundial na formação avançada em *Hospitality*, na medida em que possui a tradição e a capacidade económica e logística instalada para poder promover a ligação entre a produção, a formação e a investigação.

⁵ A possibilidade de ser oferecida ao cliente uma toalha bordada de muitos milhares de Euros num saco de plástico, quando o valor exigia uma apresentação em estojo de madeira, constitui expressiva evidência de uma relativa menor consideração que os próprios produtores locais têm dos seus produtos.

C.3. O PREE-RAM e as novas orientações comunitárias para o período 2014-2020

Nesta Secção sistematiza-se um conjunto de referências relevantes para a contextualização do PREE-RAM, designadamente as que remetem para as orientações estratégicas e operacionais do processo de programação dos Fundos Estruturais (2014-2020) e as que decorrem das perspetivas da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas, numa abordagem de renovação do estatuto destas regiões no contexto das políticas comunitárias de integração económica e coesão territorial.

3.1. Documentos de apoio à programação

As orientações comunitárias para o período de programação 2014-2020, assumindo as metas da Estratégia Europa 2020, introduzem algumas inovações no processo de elaboração dos novos Programas Operacionais, enquadrados ao nível europeu por um Quadro Estratégico Comum (QEC), que apresenta alterações de relevo face ao período anterior. Entre as alterações introduzidas destaca-se:

- uma maior flexibilidade na aplicação dos Fundos relativamente à possibilidade da existência de instrumentos de financiamento plurifundo (Fundo de Coesão, FEDER, FSE, FEADER e FEAMP); e
- a necessidade de o exercício de programação expressar *condições ex ante* que têm de ser identificadas pelo Estado Membro e pelas entidades gestoras, as quais fazem parte do racional de identificação das Prioridades de investimento, subordinadas estas às prioridades temáticas selecionadas para estruturar o QEC.

O enquadramento dos apoios ao desenvolvimento empresarial no próximo período de programação 2014-2020 surge equacionado nos documentos que deverão nortear o acesso e a mobilização de Fundos comunitários para apoiar o desenvolvimento da RAM, em geral, e o desenvolvimento empresarial, em particular. Entre esses documentos destacam-se os seguintes:

- Acordo de Parceria (de âmbito nacional);
- Diagnóstico prospetivo Regional; e
- Documento de Orientação Estratégica Regional *Compromisso Madeira@2020*.

As breves notas seguintes procuram sistematizar os principais elementos a reter desse conjunto de Documentos de apoio à programação.

(a) Orientações globais

O texto do Acordo de Parceria integra um conjunto relevante de orientações/pressupostos a ter presente pelas entidades gestoras e pelos beneficiários dos Fundos Estruturais:

- A programação e a aplicação dos fundos comunitários 2014-2020 devem estar centradas nos resultados a atingir com as intervenções cofinanciadas. A concretização deste desiderato, implica

desenvolver uma nova cultura de contratualização, suportada no planeamento cuidadoso das intervenções (tanto de natureza pública como privada) e em mecanismos robustos de monitorização, avaliação e governação, que assegurem uma assunção plena das responsabilidades contratuais, no âmbito de operações de cariz setorial ou territorial.

- Ao nível mais operacional, foi privilegiada a **programação multifundo** (FEDER e FSE), sobretudo no caso dos PO Regionais, procurando potenciar as sinergias entre as distintas áreas de intervenção dos Fundos e a lógica de intervenções articuladas nos territórios.
- Na programação estratégica foi criado um quadro de intervenções, segundo uma lógica de concentração dos instrumentos de apoio, evitando a dispersão de recursos e de mecanismos de financiamento que, frequentemente, se sobrepõem e concorrem entre si e não favorecem a apropriação pelos potenciais beneficiários das potencialidades de apoio existentes para enquadrar as suas iniciativas e opções de investimento.
- A complementaridade das intervenções do FEADER e do FEAMP (importantes no apoio a atividades económicas e empresariais regionais nos setores da Agricultura e Florestas e das Pescas e Aquicultura) com os Fundos da Política de Coesão (FEDER e FSE) foi concebida por forma a garantir que não existem nem sobreposições de elegibilidades, nem investimentos prioritários excluídos do acesso aos Fundos, não obstante a impossibilidade regulamentar de programação conjunta com estes dois Fundos.

Em matéria de financiamento, no período 2014-2020 e no âmbito do Quadro Estratégico Comum (QEC), o Acordo de Parceria identifica as seguintes dotações financeiras para a RAM:

- recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), via POR Madeira, 184M€;
- recursos do Fundo Social Europeu (FSE), via POR Madeira, 161,2M€; a estes montantes acresce, via PO Temático Nacional Inclusão Social e Emprego, o montante de cerca de 6M€ da Iniciativa Emprego Jovem;
- recursos do Fundo de Coesão (FC) no montante de 230M€, dos quais 130M€ transitam do passado com origem da Lei de Meios;
- recursos do Fundo Europeu da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (FEADER), via PO Agricultura e Desenvolvimento Regional da Madeira, 179,5M€;
- dotação do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos (FEAMP), a definir.

A estes montantes acresce a dotação específica adicional FEDER-RUP de 30€/ habitante (58,2M€) no quadro da Compensação de Sobrecustos resultantes da condição ultraperiférica.

As verbas com origem nestes *Fundos Estruturais* terão uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Estes recursos deverão maioritariamente financiar as áreas temáticas da Investigação e Inovação, do Apoio às PME's, da Transição para a Economia de baixo teor de carbono, do Potencial Humano e, também, da Inclusão Social e Emprego. A Madeira deverá, ainda, poder utilizar fundos europeus para financiar infraestruturas de transporte que promovam a mobilidade local e regional, tais como o transporte entre ilhas, o transporte marítimo com o Continente, o reforço da competitividade dos Portos e o investimento em novas infraestruturas aéreas relacionadas com a proteção ambiental.

(b) Orientações específicas (Desenvolvimento empresarial)

O esforço de Promoção do investimento empresarial no período 2014-2020 deverá ser prosseguido, reforçando a focalização no apoio a atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, bem como no apoio a projetos empresariais orientados para o investimento em inovação, criatividade, internacionalização e formação de competências, abordagens fundamentais para o reforço da competitividade das empresas, em particular das PME.

Este aspeto confere maior relevância estratégica e operacional à programação multifundo, nomeadamente tornando mais próxima e acessível a mobilização de recursos do Fundo Social Europeu, por parte das Empresas, estratégia que deverá contribuir de forma mais decisiva para a *qualificação dos processos de reestruturação e modernização empresarial* através quer da formação de empresários e gestores, quer da reconversão profissional e da formação técnica especializada.

Na esfera de articulação entre o FEDER e os Fundos que apoiam os investimentos nos domínios do Complexo Agroalimentar e Florestal (FEADER) e da Economia do Mar (FEAMP), são de destacar, pela particular relevância que revestem para o desenvolvimento económico-empresarial, as seguintes intervenções:

Tipo de intervenção	FEDER	FEADER	FEAMP
Investigação e Inovação relacionada com o Complexo Agroalimentar, das Florestas e do Mar	Apoio a projetos de investimento empresarial em inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais e do setor da pesca, desenvolvidos por grandes empresas, com investimento elegível acima de: 4 M€ no setor agroalimentar e floresta; e 12M€ no setor das pescas; Pesquisa e inovação para a observação e conhecimento do sistema oceano-atmosfera e atividades humanas.	Promoção de investimentos inovadores inseridos na Parceria Estratégica para a Inovação (PEI); Inovação ligada a projetos de investimento (explorações agrícolas, transformação e comercialização de produtos agrícolas).	Inovação ligada a projetos de investimento de I&D&I ligados ao setor da pesca.

(continua)

Tipo de intervenção	FEDER	FEADER	FEAMP
Competitividade e Internacionalização do Complexo Agroalimentar, das Florestas e do Mar	Apoio à competitividade da Economia do Mar, excluindo o setor da pesca; Apoio à internacionalização do Complexo Agroalimentar e Florestal e da Economia do Mar.	Apoio a atividades de produção relativa a produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais; Apoio de projetos de transformação e comercialização de produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais, com investimento elegível inferior de 4 M€; Apoio a Organizações de Produtores.	Apoio à atividade de captura e produção do setor da pesca; Apoio em projetos de transformação e comercialização de produtos do setor da pesca com investimento elegível inferior de 12 M€.

(c) Orientações Regionais

Os documentos elaborados pelo IDR, com contributos resultantes da participação dos Organismos do Governo Regional, apontam nas seguintes direções:

Sistemas de Incentivos e Instrumentos de Engenharia Financeira

De acordo com as Recomendações da *Avaliação dos Sistemas de Incentivos* (IESE para IDR, 2012), deve ser adotado um modelo de instrumentos de apoio às empresas simplificado em relação ao atual e onde a Engenharia Financeira teria um papel reforçado. O processamento dessas Recomendações e os contributos setoriais sistematizados, permitem identificar necessidades de atuação a preencher pelas vertentes seguintes:

✓ *Sistemas de Incentivos:*

- Os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas empresas devem ser seletivos, apostar claramente em estratégias empresariais orientadas para o reforço da competitividade através de alterações qualitativas no processo de produção e/ou de comercialização, ou de racionalização de custos e pela introdução de novas tecnologias; o investimento diretamente produtivo deverá ser apoiado apenas em operações de complementaridade efetiva com os fatores dinâmicos de competitividade.
- A componente Internacionalização deve ser valorizada, recriando, dentro de regras comunitárias restritivas no domínio da Concorrência, um modelo de apoio à expansão das empresas madeirenses para o exterior, designadamente para fora do espaço da União Europeia, adaptado às necessidades reais dos empresários que pretendem estabelecer canais para a Internacionalização.
- O modelo deverá funcionar com dois Sistemas de Incentivos principais, no quadro de financiamento FEDER: (i) um vocacionado para *I&DT* (fundamentalmente em

copromoção); e (ii) outro vocacionado para o *investimento empresarial* centrado na Inovação, enquanto dinamizadora de fatores de competitividade e emprego. Em ambos deverão ser introduzidas inovações organizacionais: nos I&DT, via criação de núcleos empresariais de I&DT; e no investimento empresarial, via envolvimento de organismos com capacidade de intervenção junto das empresas, acompanhando-as tecnicamente de modo a garantir o “good value for money” dos incentivos.

- Os Sistemas de Incentivos devem ter por base apoios reembolsáveis, com exceção dos apoios à criação e expansão de empresas inovadoras e qualificantes e salvaguardadas as especificidades do FEADER as quais permitem que, no âmbito do PRODERAM, existam incentivos não reembolsáveis.

✓ *Engenharia Financeira*

- Os apoios a projetos, tanto de novas empresas como de empresas existentes, que não se traduzam em mudança qualitativa significativa para as empresas promotoras ou para a competitividade da Região, devem ter acesso apenas às Linhas de Crédito ou a outros instrumentos de Engenharia Financeira e ser avaliados segundo os critérios de rentabilidade financeira na ótica empresarial incorporando uma margem de risco adequada à natureza do investimento.
- As Linhas de Crédito devem ser focalizadas nos seus objetivos de modernização empresarial e constituir instrumentos complementares dos Sistemas de Incentivos.
- Os projetos “start-up” ou inovadores com elevado risco devem ser canalizados para fundos de capital de risco ou “business angels” a criar.

Em matéria de regimes de incentivos recordem-se as outras ajudas ao investimento, já referidas no enquadramento dos apoios FEADER e FEAMP, aos seguintes setores:

(i) *Setor Agroalimentar*, no âmbito do Eixo/Objetivo Competitividade do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região, nomeadamente providenciando apoios ao investimento agrícola, sistemas de qualidade, desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas, instalação de jovens agricultores e desenvolvimento de pequenas explorações e comercialização de produtos florestais; e

(ii) *Setor das Pescas e Aquicultura*, na Prioridade referente à competitividade para viabilizar empresas (nomeadamente, na frota de pequena pesca costeira e PME’s de aquicultura) e nos investimentos produtivos na aquicultura.

Em termos operacionais, a conceção dos novos Sistemas de Incentivos deverá, ainda, assegurar a concretização das seguintes orientações a refletir, nomeadamente, na formulação dos critérios de seleção a fixar nos Regulamentos Específicos.

- *Focalização setorial* em atividades capazes de competir nos mercados regional e global, nomeadamente em segmentos dos bens transacionáveis expostos à concorrência externa;
 - *Focalização temática* concentrando apoios nos fatores dinâmicos de competitividade de natureza não diretamente produtiva, sobretudo imateriais;
 - *Focalização em empreendedorismo inovador e qualificante do tecido regional*, distinguindo entre empreendedorismo de base tecnológica e empreendedorismo de outra natureza;
 - *Reforço da eficácia territorial* dos incentivos: atacando de frente a questão da coesão territorial da Região visto os desequilíbrios regionais na concentração das empresas, da riqueza e do emprego já ter atingido níveis que são agora muito difíceis de contrariar; tem que haver uma estratégia concertada e transversal aos Sistemas de Incentivos regionais, no sentido de garantir uma discriminação positiva para o território exterior ao Funchal.
- ✓ *Compensação de sobrecustos*

Dadas as características do tecido empresarial madeirense e os efeitos da envolvente territorial no exercício da atividade empresarial, justifica-se uma componente de apoio mais centrada nas empresas e menos nos projetos apoiados, enquanto persistir a situação económico-empresarial e visando contribuir para níveis de sustentabilidade financeira que apoiem a manutenção das empresas preparando uma fase sequente de relançamento crucial também para a ultraperifericidade (cf. ponto seguinte 3.2.).

Esta integração de apoios na lógica do apoio à empresa, afigura-se crucial para o objetivo de reforço da competitividade do tecido económico regional e justifica a manutenção da experiência de *apoio ao funcionamento das empresas*, experimentada no âmbito do PO Intervir+ e destinada a compensar custos adicionais a que as empresas regionais estão sujeitas por força dos constrangimentos da Ultraperifericidade.

3.2. Estratégia Renovada da União Europeia para as RUP

O desenvolvimento socioeconómico não pode ser visto senão como o resultado da combinação da evolução de três níveis de funcionamento que são interdependentes e de cuja articulação podem resultar efeitos positivos ou negativos, caso expressivo da articulação entre as esferas social, política e económica. Se as estratégias desenhadas não incorporarem os incentivos adequados resultantes da evolução destes três subsistemas do sistema societário, então dificilmente os resultados pretendidos podem ser obtidos de forma consistente.

A evolução das articulações e dos (des)equilíbrios anteriores, explica o nível de gravidade que a situação da RAM atingiu, a qual pode ser facilmente considerada como uma situação de pré-ruptura que exige uma intervenção que vai muito para além das possibilidades transformacionais ou de sustentação de Sistemas de Incentivos públicos ao desenvolvimento.

A condicionalidade da política orçamental para Portugal e para a RAM, enquanto RUP, abrem no entanto, uma janela de oportunidade para a ambição de uma nova Estratégia de Desenvolvimento da Região, designadamente centrada na possibilidade de uma maior concentração de incentivos e na necessidade de obter resultados mais rápidos.

Em síntese, existe uma janela de oportunidade (eventualmente dolorosa) na conjugação dos diferentes instrumentos financeiros para poder desenhar incentivos mais atraentes para processos que contribuam para captar novas instituições e empresas que atuem em áreas onde a Madeira pode ter vantagens (nomeadamente, TIC, Mar e Turismo).

As RUP constituem um conjunto de regiões em que as questões ambientais, energéticas e de transportes, constituem desafios relevantes e fonte de sobrecustos de elevado significado, sendo de recordar o efeito que as catástrofes ambientais têm tido na Madeira nos últimos anos e a forma como essas catástrofes têm tido impacto na sociedade e na economia da Região.

No quadro da inovação estratégica para a RAM, o Ambiente, a Energia e os Transportes (e as consequentes necessidades em investimentos infraestruturais mas também de reparação e manutenção), têm forçosamente de ser considerados convocando uma mobilização combinada de recursos dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento.

A densidade e a complexidade das dimensões-problema em presença aconselha a que tais temas sejam encarados numa tripla lógica:

- Como *elementos de uma política de Compensação dos Custos de Ultrapericuidade*;
- Como *oportunidades de atração e fixação de atividades inovadoras e de I&DT*, onde a cooperação entre as RUP pode ter um papel de grande relevância na criação e animação de redes de geração de conhecimento e de oportunidades de experimentação e passagem para o mercado;
- Como *oportunidades de criação e sustentação de emprego*, assumindo aqui as dinâmicas de investimento (público e privado sustentável) um papel de grande relevância motora.

Em todos os domínios (Ambiente, Energia e Transporte) trata-se de assegurar a sustentabilidade social e ambiental dos processos de desenvolvimento que constitui uma base sobre a qual o mesmo deve (incontornavelmente) assentar.

Acresce que as RUP podem ter um papel mais ativo e, sobretudo, mais efetivo ao desempenhar funções de fronteiras externas da União Europeia em contextos geográficos afastados. Na África (Occidental e Oriental) e na América, a RAM pode servir de “posto avançado” para a política externa europeia e para o alargamento de mercados e espaços de estreitamento de laços políticos e comerciais.

Este papel pode ser desempenhado de uma forma que ultrapasse as dificuldades ainda existentes na relação entre metrópoles e espaços coloniais, sendo assente numa lógica de proximidade geográfica e de redução das assimetrias que persistem entre o continente europeu e os países vizinhos destas Regiões. Esta natureza de fronteira externa da União Europeia deve ser objeto de apoio específico por parte da União Europeia e de Portugal, devendo constituir parceiros privilegiados a incluir na formulação e concretização das políticas.

A criação de instrumentos e quadros institucionais adequados à *promoção da triangulação de relações económicas entre as empresas nacionais (e regionais) com os países vizinhos* (no caso da Madeira, Cabo Verde, Guiné Bissau e o Senegal parecem poder constituir alvos a privilegiar), pode constituir um elemento de reforço do potencial de crescimento das Regiões e um elemento que alimente – numa base de mútuo benefício – a geração de oportunidades de troca comercial e de investimento económico.

A oportunidade de captação de financiamento para o apoio a áreas de evidente necessidade (ambiente, energia e transportes) não pode, contudo, ser considerada em si mesma mas numa lógica integrada de renovação e inovação na Estratégia de Desenvolvimento da Madeira.

A existência de um espaço político autónomo para Madeira enquanto RUP, em resultado da sua geografia particular, tem de ser visto como um elemento que pode justificar a existência de alguma *autonomia na área da diplomacia económica* que, dentro dos limites das orientações gerais da diplomacia europeia e nacional, permita alguns graus de liberdade a ações próprias com objetivos especificamente moldados às capacidades e especificidades da Região.

Das 100 mil empresas multinacionais hoje existentes, mais de 70 mil estão sedeadas nos chamados países desenvolvidos, mas o número de EMN que surgem nas economias emergentes pode alterar rapidamente este cenário; estas empresas multinacionais têm hoje um peso no PIB global equivalente ao do conjunto do setor público de todos os países do mundo (cerca de 25%). Ou seja, cada vez mais o *alinhamento das estratégias de desenvolvimento tem de ser feito empresa a empresa* ou Estado a empresa e menos ao nível das relações Estado a Estado. A Região pode assumir-se aqui como um *layer* intermédio, com autonomia estratégica própria que pode e deve afirmar-se neste contexto.

Os instrumentos de captação de IDE dependem muito desta capacidade de autonomia no estabelecimento de relações diretas que, numa economia globalmente em arquipelização, como a RAM pode assumir-se como um pólo de atração com autonomia na área da diplomacia económica que hoje é

tomada com absoluta naturalidade pelas regiões de mais rápido crescimento no mundo, em particular as grandes áreas metropolitanas.

A Comunicação da Comissão de Junho de 2012 (*As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*), apresenta um conjunto de orientações (Eixos da Estratégia renovada da União Europeia e Propostas para o Futuro) que importa sistematizar na medida em que das mesmas decorrem elementos centrais no tocante à inovação e ao desenvolvimento empresarial, com destaque para o segmento das PME's.

A Comunicação investe também na abordagem da formação de competências, da dimensão social e de aspetos associados à concretização do Mercado Único e de outras políticas comunitárias, dos quais decorrem implicações para a configuração das políticas públicas das RUP, tendo sido as regiões convidadas a preparar Planos de Ação, em fase de discussão como é o caso da RAM.

Eixos da Estratégia Renovada RUP/ UE

II. Reforçar a competitividade, através da modernização e da diversificação das economias das RUP, do investimento e da inovação em setores de elevado potencial de crescimento e/ou de elevado valor acrescentado (tradicionais e emergentes), fornecer energia sustentável a custos razoáveis, apoiar o desenvolvimento do setor privado (sobretudo, as PME e as micro empresas) e a inovação em novos produtos e serviços.

Propostas para o futuro

1. Dimensão interna

- ✓ *Política de Coesão* (Apoio ao investimento no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de modo a reduzir permanentemente o fosso em relação ao resto da UE. A concentração temática de Fundos prevista pela proposta de reforma da política de coesão ajudará, em particular a: garantir a disponibilidade de um financiamento suficiente para apoiar a inovação no seu sentido mais lato; promover a modernização e a diversificação das economias; responder às principais necessidades em termos de recursos humanos; reforçar o setor das PME para criar e manter postos de trabalho; apoiar a adaptação às alterações climáticas, a sua minimização e o desenvolvimento de fontes de energia sustentáveis)
- ✓ *Setores tradicionais* (Agricultura e Desenvolvimento Rural; Pescas; Turismo; e Política cultural)
- ✓ *Setores emergentes* (Investigação e Inovação; Energia Sustentável; e Oportunidades Marítimas)
- ✓ *Desenvolvimento espírito empresarial* (Pequenas e Médias Empresas; e Empreendedorismo Social)

Propostas para o futuro

1. Dimensão interna

- ✓ *Integração no Mercado Único* (Redes transeuropeias; Mercado Único Digital; Auxílios estatais; Regras em matéria de contratos de direito público; Fiscalidade e alfândegas; Melhor informação; Educação e competências; Política de consumidores; e Saúde)
- ✓ *Proteger o ambiente das RUP* (Política de proteção civil da UE; Ação no domínio do clima; Biodiversidade e serviços ecossistémicos).

2. Dimensão externa

- ✓ *Energia*
- ✓ *Redes de comunicações eletrónicas*
- ✓ *PME a operar a nível internacional*
- ✓ *Meios alternativos de resolução de litígios entre empresas*
- ✓ *Mobilidade*

D. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL

D.1. Cenários contrastados de evolução da economia da RAM

A análise da economia regional nos seus diferentes setores, bem como os impactos previsíveis das políticas públicas, permitem sustentar os contornos-chave de diferentes cenários de evolução previsível. No entanto, importa ter presente que a adoção do próximo horizonte 2020 configura algumas limitações a um exercício de cenarização mais aberto, desde logo, por se tratar de um período curto de transição onde vão coexistir, por um lado, os efeitos prolongados dos processos de ajustamento macroeconómico e financeiro (nacional e regional) e, por outro lado, um enquadramento de prioridades para as políticas públicas regionais significativamente delineado pelas orientações da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas.

Sob este enquadramento relativamente fixista mas apelando a uma apropriação dinâmica de prioridades e apoios, os cenários desenhados partem de um desígnio central: a possibilidade de conjugar, num esforço voluntarista (campo de atuação das políticas públicas regionais e das estratégias dos atores de investimento), iniciativas visando a melhoria da competitividade da Região, no contexto do aproveitamento e maximização das vantagens decorrentes da mundialização da economia.

A construção de cenários alternativos contrastados, visa uma melhoria das condições de análise e reflexão em torno de opções estruturantes orientadas para uma estratégia de desenvolvimento empresarial que inspire a identificação dos Eixos do Plano Referencial Estratégico e a sua formulação em consonância com a definição estratégica do desenvolvimento regional no horizonte 2020.

Os cenários traçados contêm elementos comuns mas, sobretudo, procuram colocar em evidência as diferenças resultantes, quer do peso das tendências naturais e/ou induzidas pelas dinâmicas de investimento no Documento de Orientação Estratégica Compromisso Madeira@2020, quer também de atitudes mais voluntaristas de iniciativa pública e/ou mais socialmente consensualizadas (p.ex., de iniciativa associativa e das Organizações da Economia Social).

Na montagem da Tabela seguinte foram sistematizados: (i) os *Pressupostos base*, dos quais derivam no exercício de quantificação, comportamentos diferenciados para o Produto a Produtividade; (ii) as dimensões analíticas e as *Variáveis económicas estratégicas* retidas na construção dos cenários; e (iii) os comportamentos distintos de *Posicionamento dos “stakeholders”* públicos, associativos e privados.

Os cenários foram designados da seguinte forma: A. *Estagnação e reforço da condição periférica*; B. *Internacionalização com diversificação económica*; C. *Modernização extrovertida*.

Tabela 29. Cenários contrastados de desenvolvimento económico, segundo elementos-chave de análise e prospetiva

A Estagnação e Reforço da condição periférica	B. Internacionalização com Diversificação económica	C. Modernização Extrovertida
Pressupostos de base		
• Crescimento moderado do PIB, inferior ao crescimento de produtividade (incorporação de inovação e conhecimento inevitável nas atividades de especialização). • Evolução condicionada pelo peso e comportamento (incerto) das atividades predominantes na estrutura económica, acentuando as características periféricas, com massificação nas zonas melhor dotadas de equipamentos. • Ausência de efeitos de arrastamento positivos das dinâmicas de retoma das atividades turísticas, com prolongamento da estagnação/recessão das atividades relacionadas com o modelo de especialização atual, geradoras de emprego no passado.	• Crescimento mais elevado do PIB, com ganhos moderados de produtividade, num quadro de aumento do peso do turismo não compensado pelo crescimento de setores intensivos em tecnologia e conhecimento. • Retorno do investimento realizado, sobretudo nas infraestruturas viárias e de transporte, com alavancagem da economia, através de uma diversidade gradual do padrão de especialização existente • Maior articulação entre a ação pública e as dinâmicas empresariais, diminuindo a dependência do investimento público e das ajudas não reembolsáveis às empresas.	• Crescimento mais elevado do PIB, acompanhado pelo aumento da produtividade, num quadro de transformação do padrão setorial, fruto da emergência e desenvolvimento de atividades de elevado valor acrescentado, com mudança gradual do modelo de especialização. • Dinamização de atividades emergentes num interface mais próximo das dinâmicas de economia global e menor articulação com as atividades já existentes de matriz tradicional. • Evolução dependente das mudanças de orientação das procuras de destino turístico, conjugando as características de forte atomização com uma especialização muito dependente (sazonal e mono-produto).
Variáveis económicas estratégicas		
• Crescimento a ritmo moderado do Produto que induz uma relativa estagnação do rendimento disponível das famílias, com implicações modestas na <i>evolução do consumo privado</i>. Os sinais de retoma circunscrevem-se à recuperação de níveis de crescimento anteriores à crise. • Níveis acentuados de dualismo, em segmentos modernos beneficiários da atividade económica financeira geradores de fluxos de consumo privado com significado dirigidos a bens duradouros, habitação, transporte individual e lazer. • Dificuldades de consolidação orçamental, num contexto de crescimento moderado do Produto, com implicações no volume da receita fiscal, mantendo os níveis de consumo público em níveis próximos da fase recessiva pós-crise de 2008.	• Relançamento do consumo privado a partir de 2016 com base na melhoria do rendimento disponível e no reajustamento do padrão de consumo das famílias, mais centrado na aquisição de bens duradouros. • Prolongamento do esforço de contenção dos gastos públicos com medidas de consolidação orçamental e recuo das funções do Governo Regional, mantendo taxas de crescimento negativas do consumo público, num contexto de dificuldades persistentes de financiamento do setor público. • Deterioração das condições de financiamento do setor financeiro que irá prolongar as repercussões negativas sobre o volume de crédito concedido à economia, por mais alguns anos.	• Retoma lenta do consumo privado no 2º período da década tendo por base uma ligeira melhoria dos níveis de rendimento das famílias que recuperam gradualmente o seu padrão de gastos nos domínios da qualidade das dietas alimentares, da educação, da saúde, da energia e dos serviços pessoais, segmentos afetados durante a recessão pós-2008. • Intervenções de consolidação orçamental face à persistência das dificuldades de financiamento do setor público, com implicações na evolução negativa do consumo público. • Persistência do condicionamento dos recursos de financiamento aos setores público e privado até meados de 2016, com impacto negativo no lançamento de novos investimentos também afetados pela desaceleração da procura externa.

(continua)

Tabela 29. Cenários contrastados de desenvolvimento económico, segundo elementos-chave de análise e prospetiva (cont.)

A Estagnação e Reforço da condição periférica	B. Internacionalização com Diversificação económica	C. Modernização Extrovertida
Variáveis económicas estratégicas (cont.)		
• Recuperação lenta da atividade económica, com dinâmica de desenvolvimento de atividades de valor acrescentado, favorecidas pelas orientações/prioridades de financiamento do novo ciclo de programação dos fundos estruturais. • Dinâmica lenta de criação de emprego mas que absorve ativos dotados de maiores qualificações, suportando aumentos acentuados da produtividade do trabalho. • Recuperação lenta da procura externa com reflexos na estagnação de atividades tradicionais que suportaram o modelo de especialização regional. • Interrupção do ciclo de investimento público de completamento do ciclo de infraestruturação (ordenamento do território, saneamento básico, rede viária, ligações transeuropeias, ...).	• Congelamento dos investimentos públicos do ciclo de infraestruturação (ordenamento do território, saneamento, transporte marítimo) e o abrandamento da procura externa dos principais parceiros. • Relançamento do investimento público e privado, a partir de 2016, com base na melhoria das condições de acesso ao crédito e no início de um novo ciclo de programação de fundos estruturais (2014-2020). As prioridades de financiamento às empresas, com recurso a ajudas públicas, reforçarão exigências de inovação e melhoria da capacidade competitiva dos projetos apoiados, privilegiando os investimentos orientados para a produção de bens transacionáveis, energias renováveis, e atividades do Cluster do Mar. • Melhoria das condições de financiamento ao setor público e de concessão de crédito ao setor privado, após um período de suspensão do investimento infraestrutural, a par da entrada em velocidade cruzado do novo ciclo de programação dos Fundos Estruturais, deverão contribuir para um relançamento sustentado da procura de matérias-primas (consumos intermédios e equipamentos, com impacto acentuado na procura de importações). • Integração nas dinâmicas internacionais através de aposta decisiva na qualificação: dos serviços e do turismo, dos recursos humanos (investimento na formação, em novas tecnologias, nas ciências do mar, da terra e do ambiente) e dos investimentos produtivos (com captação de novos investidores p. ex., através da diáspora madeirense).	• No 2º período da década deverão existir condições para concretizar importantes investimentos públicos de completamento do ciclo de investimento infraestrutural, com concretização condicionada pela Grande Recessão. • Relançamento de atividade económica privada a centrar-se nos investimentos do complexo de atividades do turismo e do lazer (PIN, etc.) e na produção de bens e serviços, especialmente transacionáveis mas também nos não transacionáveis da fileira do habitat e dos transportes. • Melhoria da capacidade de penetração de mercado nos segmentos mais dinâmicos dos bens transacionáveis (atividades tradicionais que evoluem positivamente na sua trajetória de reconversão económica), com bom aproveitamento das prioridades dos Fundos Estruturais. • Menor crescimento nos ramos de atividade caracterizados pela intensidade do conhecimento e tecnologia que tende a potenciar o respetivo volume de importações de bens e serviços. • Atração de novas atividades, p. ex., no setor de serviços, decorrentes da melhoria das infraestruturas de comunicação (portos e aeroportos), com maior capacidade de atrair novos e mais diversificados fluxos turísticos.

(continua)

Tabela 29. Cenários contrastados de desenvolvimento económico, segundo elementos-chave de análise e prospetiva (cont.)

A Estagnação e Reforço da condição periférica	B. Internacionalização com Diversificação económica	C. Modernização Extrovertida
Posicionamento dos Stakeholders		
•Dinamismo empresarial influenciado pela preponderância do setor público (relevância para as políticas públicas regionais no desempenho das estratégias privadas). •Crescimento lento, desordenado e dependente das ajudas públicas (Sistemas de Incentivos pouco seletivos e recurso à compensação por sobrecustos). •Reestruturações empresariais reativas, sem perspetiva estratégica e de antecipação com recurso à IDI&I. •Afirmação problemática dos princípios da coesão social e de dinâmicas que atenuem o dualismo económico e social gerado pelas dinâmicas de atividade viradas para o exterior e das estruturadas em torno das economias de proximidade.	•Cooperação acrescida com redefinição de papéis das entidades públicas e dos parceiros privados. •Crescimento lento das dinâmicas económicas privadas mas articulado com as orientações das políticas públicas regionais (nomeadamente, IDI&I e Sistemas de Incentivos). •Procura de integração de atividades no tecido económico-empresarial existente, com reestruturação gradual deste. •Voluntarismo nas intervenções públicas no quadro de parcerias público/privado e regional/nacional/europeu. •Atuação planeada e sistemática da iniciativa pública cumprindo um papel de Administração “estratégica” orientador da integração das iniciativas parcelares.	•Cooperação muito limitada entre as dinâmicas de iniciativa privada e a regulação das políticas públicas regionais. •Crescimento subordinado a estratégias de ajustamento dinâmico às flutuações conjunturais. •Dualismo dos segmentos de atividades, entre as iniciativas dependentes do exterior e as restantes (economia tradicional e a atividades dinamizadas pelo PIDT&I). •Fracca capacidade de acumulação de capital, fruto da dispersão das iniciativas e atores agindo em mercados não estabilizados e com práticas de gestão de recursos em função da conjuntura (em boa parte decorrentes da sazonalidade da atividade turística).

Os Cenários traçados apresentam, no essencial, as seguintes características:

CENÁRIO A – ESTAGNAÇÃO E REFORÇO DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA

Este Cenário pode caracterizar-se como de “evolução na continuidade”, possuindo inegáveis riscos decorrentes da reprodução, num contexto internacional mais concorrencial, de um dinamismo concentrado nas atividades turísticas e no impulso dos investimentos públicos, confrontados com acentuadas dificuldades de cofinanciamento.

Neste perfil de “evolução na continuidade”, o predomínio da gestão conjuntural e a menor capacidade de mobilização pública e empresarial, constituem fatores que podem contribuir para acentuar uma dimensão de subdesenvolvimento numa Região já possuidora de níveis de produtividade e de PIB *per capita* inferiores à média comunitária.

Trata-se de um Cenário que traduz uma evolução condicionada pelos recursos existentes, com capacidade autónoma limitada, acentuando uma dinâmica periférica face ao exterior, com o crescimento turístico a determinar o ritmo da retoma dos setores com maior dinamismo (retoma ligeira da construção civil e atividades complementares da imobiliária turística, serviços genéricos pouco especializados, comércio e distribuição, restauração,...). No essencial, corresponde à reprodução do modelo de sustentação económica tradicional e sem um contributo impulsionador dos serviços que se prevê venham a ser concentrados nos próximos anos na ARDITI/SRIDTI, prolongando um modelo de relativa inércia e incapacidade de relacionamento ativo com o tecido empresarial, o qual é indispensável ao adensamento da cadeia de valor do Cluster Turismo/Lazer.

Este Cenário compreende, ainda, restrições importantes em matéria de dinamização das economias urbanas com lenta recuperação das atividades do comércio e serviços, sem estímulos das políticas públicas em matéria de reabilitação urbana, uma fileira de atividades interessante na ótica do emprego e da absorção de médias e altas qualificações.

A maior exposição ao prolongamento da crise das unidades empresariais com expressão empregadora, a dificuldade de manter uma dimensão humana no uso da paisagem, a ausência de projetos mobilizadores na esfera da inclusão social, tenderão a gerar situações de impasse e manter/agravar fenómenos de exclusão social, acentuando o dualismo socioeconómico já existente.

CENÁRIO B – INTERNACIONALIZAÇÃO COM DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Este Cenário é aquele que mais partido procura tirar das dinâmicas externas e internas, orientadas para a criação de condições indispensáveis à valorização do papel da Região no quadro nacional e internacional, apostando numa estratégia mais cooperativa, combinando concertação estratégica dos diferentes agentes com requalificação do papel da intervenção pública regional.

Trata-se de um Cenário determinado por uma maior articulação entre as dinâmicas “sob impulso do exterior” (novas infraestruturas, investimento produtivo mais qualificado, crescimento da procura de recursos humanos mais avançados,...) e as “impulsionadas de dentro”: dinamismo económico na reestruturação das áreas tradicionais da agricultura com valorização destes produtos, no aproveitamento mais ativo das ajudas FEADER; e sustentabilidade da atividade industrial, turismo e serviços internacionais, nomeadamente com base nas vertentes não produtivas do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

A renovação dinâmica da iniciativa pública, através de um posicionamento mais próximo de uma função reguladora (e não interventora) assente em serviços e departamentos que atenuam os custos de contexto valorizam a contratualização, com regras claras de utilização dos recursos públicos. Esta ótica de incentivo à dinamização de oportunidades poderá beneficiar da possibilidade de qualificar áreas de localização empresarial, robustecer as articulações das valências culturais, desportivas, lúdicas e recreativas com o núcleo duro do Turismo (alojamento hoteleiro e restauração), incluindo uma renovada articulação com a paisagem e o ambiente, com implicações na recomposição dos produtos turísticos.

Em matéria de competências, o Cenário compreende maiores exigências na qualificação dos recursos humanos (reconversão profissional, formação técnica especializada, formação em inovação e gestão, ...), por forma a gerar uma massa crítica de suporte a ideias e projetos novos, bem como a capacidades de iniciativa dotadas de maior apetência pelo risco. Esta nova dinâmica seria, particularmente, orientada para fazer da Região um local de referência nas novas tecnologias e na “sociedade da informação e do conhecimento”, potenciando as componentes de intervenção previstas no PIDT&I, nas áreas estratégicas selecionadas pelo Plano.

A procura de novos investimentos mais orientados para a valorização dos recursos e do conhecimento, em articulação com uma aposta estratégica no ensino superior e na formação avançada, nas atividades de ciência e tecnologia, poderá conduzir à redefinição das condições da atratividade empresarial, produzindo novos polos de acumulação de capital fora dos setores tradicionais, nomeadamente nos setores selecionados no âmbito da estratégia do PIDT&I.

Este Cenário procura enquadrar pela positiva os dilemas resultantes da natureza dual da economia madeirense, colocando-se na perspetiva da valorização dos produtos locais nos mercados internacionais tanto pela via de uma maior integração com o produto turístico, como pela via da redinamização do investimento de reestruturação das atividades produtivas, apoiado pelas políticas públicas (nomeadamente, PO Agricultura e Desenvolvimento Rural – FEADER – e Sistemas de Incentivos do PO RAM 2014-2020).

CENÁRIO C – MODERNIZAÇÃO EXTROVERTIDA

Este é o Cenário que mais fortemente faz depender a produção de resultados da iniciativa externa, em particular, nas atividades turísticas e de serviços, valoriza a iniciativa empresarial, é tendencialmente menos sensível à qualificação e à estabilidade dos empregos gerados, e minimiza a intervenção reguladora do Estado, apesar de ser muito dependente do ritmo das intervenções públicas necessárias à construção de argumentos para a capacidade competitiva regional (infraestruturas, qualificação do território, redução de custos de contexto, ...).

No entanto, a concretização deste Cenário tende a ser impulsionada, sobretudo, por iniciativas e dinâmicas de capitais exteriores, nomeadamente via crescimento extensivo da atividade turística.

O forte investimento na inovação e em serviços de alto valor acrescentado, ligados à indústria dos conteúdos (economia da cultura, economia e sociedade digital,...), bem como uma participação mais intensiva em Redes internacionais que potenciem atividades e serviços na área da energia, do ambiente e das demais áreas estratégicas do PIDT&I, domínios em que a ARDITI e a Universidade, com a colaboração daquelas Redes, dispõem de argumentos para produzir resultados a curto/médio prazo.

Este Cenário potencia argumentos como a localização, associada às vantagens da Biodiversidade, à dotação de infraestruturas e equipamentos, nomeadamente de mobilidade física de pessoas e aos mercados externos, como agentes de dinamização económico-empresarial. Em contrapartida, atribui menor relevo à coesão do tecido económico, mas pressupondo o estímulo constante da qualificação dos recursos humanos e da qualidade ambiental, articulada com a qualidade de vida urbana.

Esta é a trajetória de evolução mais liberal no enquadramento das atividades económicas, remetendo a ação pública para uma atuação de retaguarda, com impacto centrado em atividades de natureza extraeconómica.

Paralelamente, ainda que seja um Cenário limitado na visão da articulação entre as novas e as velhas realidades empresariais, como assenta no desenvolvimento de um polo extrovertido de atividades, pode induzir um novo dinamismo às atividades existentes.

Em síntese, trata-se do Cenário que contém um maior risco estratégico, dado que aposta em atividades de forte concorrência internacional com menor recurso à mediação pública e a recursos de amortecimento, em conjunturas menos favoráveis.

D.2. Análise comparativa dos Cenários e construção de uma Estratégia consolidada

2.1. Quadro geral de Orientação das intervenções e Impactos previsíveis

As tendências mais marcantes no horizonte 2020 deverão corresponder: (i) por um lado, à dinâmica dos processos de globalização, os quais limitam a força dos mercados domésticos e locais e tornam imperativa uma lógica de competitividade empresarial marcada pelos mercados mundializados, onde se afere a viabilidade dos bens, serviços e empresas; e (ii) por outro lado, à emergência das relações entre a economia e o uso do espaço e o ambiente, como elementos nucleares do modelo de crescimento.

Num quadro global e de assunção plena das restrições ambientais, os eixos nucleares de intervenção residem na articulação do crescimento com a reconstrução de um modelo que combine de forma equilibrada a dinâmica social e económica, a abertura à inovação, a flexibilidade e a qualidade dos processos e organizações, a gestão cuidada dos recursos, a valorização dos direitos sociais, numa lógica de atuação integrada.

A análise comparativa realizada em função das três dimensões analíticas selecionadas - *Pressupostos de base*, *Variáveis económicas estratégicas* e *Posicionamento dos stakeholders* – permite diferenciar claramente o alcance e o sentido de evolução subjacente a cada um dos cenários, bem como os riscos inerentes aos mesmos no contexto regional.

Os Cenários extremos (A e C), correspondem a duas facetas diferenciadas pertencentes a uma atitude global semelhante: a incapacidade e a expectativa de realizar apostas partindo da definição de uma visão estratégica para a Região. No Cenário A, apostando numa forte intervenção pública, em muitas situações substituindo-se ao desenvolvimento do mercado e hipertrofiando as iniciativas privadas, enquanto o Cenário C, tendendo para uma versão neoliberal do papel das instituições públicas.

O Cenário B – *Internacionalização com Diversificação económica*, por seu lado, valoriza um esforço mais globalizado dos diferentes agentes públicos, associativos e privados de forma a dar resposta, quer às evidentes dificuldades do “ponto de partida”, quer a explorar as oportunidades que se abrem, tanto pelo peso estruturante dos investimentos públicos realizados no ciclo anterior de infraestruturação e dos novos instrumentos das políticas públicas financiadas pelos FEEI, como a partir da procura tendencial que impulsiona o crescimento das atividades ligadas à renovação do modelo de especialização, à sociedade de conhecimento, à qualificação avançada dos recursos humanos (ensino superior e formação técnica especializada) e às atividades científicas de conhecimento e inovação.

Este Cenário, aposta a fundo numa viragem global da Madeira para o mundo exterior e valoriza as formas de regulação pública e as sinergias privado-público, bem como a consolidação do Sistema Regional de Inovação e os Clusters de atividades emergentes (Energias Renováveis, Economia do Mar, Bio-sustentabilidade, Saúde,...) como vetores estratégicos para a modernização sustentada da Região.

Tabela 30. Síntese das principais Orientações e Impactos dos Cenários Contrastados de Desenvolvimento

Orientação das intervenções	Impactos previsíveis
Cenário A – Estagnação e Reforço da condição periférica	
• Crescimento moderado com lenta retoma do investimento empresarial. • Absorção lenta de força de trabalho, com qualificações crescentes, compensada quantitativamente por uma persistência de níveis razoáveis de empregos menos qualificados. • Centramento das apostas económicas no produto turístico como único referencial da economia madeirense, procurando obter as melhores <i>performances</i> para manter a capacidade concorrencial da especificidade do Destino. • Atitude pouco sinérgica da ação pública e privada, com exceção das atividades turísticas, via apoio à promoção externa.	• Dinâmica lenta na renovação do tecido económico e empresarial. • Risco estratégico significativo em função incapacidade de manter os níveis de investimento público. • Níveis de desemprego resilientes, criando situações de desemprego estrutural elevado e de dupla pressão de desemprego de menores qualificações e incapacidade de absorção da força-de-trabalho qualificada. • Agravamento de assimetrias territoriais. • Cenário pouco desejável de novo dualismo social e económico, com fratura entre ilhas de modernidade e vastas zonas de crise, acentuar da recessão demográfica e baixo nível de redistribuição do rendimento.
Cenário B – Internacionalização com Diversificação económica	
• Aproveitamento concertado da renovação do tecido económico existente e da sua valorização, nomeadamente, nas atividades agrícolas e das indústrias alimentares com a atração de novas atividades vocacionadas para incorporar conhecimento científico e técnico (dinamizando a procura de técnicos e de quadros) e pelo reforço das instituições de C&T existentes e da transformação do Sistema Regional de Inovação. • Reestruturação das atividades tradicionais, valorizando-as nos mercados globais, com criação e reforço dos polos de especialização (produtos agrícolas e alimentares: frutos subtropicais e vinhos, flores; ...). • Aumento da riqueza, com transformação setorial através do desenvolvimento de atividades de elevado valor acrescentado acompanhado de mudança de modelo de especialização.	• Dificuldades em concretizar com eficácia políticas ativas de requalificação e empregabilidade dos recursos humanos e de novos serviços públicos, suportados em novas tecnologias. • Limitada capacidade de suportar estratégias autónomas de desenvolvimento. • Limitada capacidade de ajustar a procura e a oferta de quadros técnicos orientados pela nova aposta nas qualificações requeridas pela “sociedade do conhecimento” e pelas dinâmicas presentes na Região. • Maiores virtualidades no desempenho do mercado de trabalho, após absorção de efeitos de transição, com descida sustentada do desemprego para níveis próximos de 10%. • Cenário desejável mas que implica transformações rápidas da estrutura produtiva e dinamismo dos setores modernos e abertos ao exterior.
Cenário C – Modernização extrovertida	
• Dinâmica de criação de empresas e empregos no setor dos serviços, em particular nas atividades turísticas. • Rentabilização das relações internacionais no quadro das vantagens induzidas pelas infraestruturas e equipamentos. • Atomização de iniciativas dos agentes económicos públicos e privados em mercado aberto.	• Dependência das atividades locais face à procura externa. • Menor importância das relações com atividades já instaladas na agricultura e na indústria. • Trajetória acentuada de descida do desemprego, com acentuada procura de trabalho pouco qualificado (após ultrapassagem da fase recessiva). • Manutenção de uma ocupação extensiva dos territórios densamente ocupados e dotados de serviços e infraestruturas. • Cenário pouco desejável de pauperização da economia regional atenuada por bons desempenhos conjunturais, mas acentuando a vulnerabilidade económica estrutural.

2.2. Quantificação das variáveis chave de caracterização dos Cenários

No quadro da **Elaboração do Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM)**, a Construção de Cenários Prospetivos de Desenvolvimento da Economia Regional no horizonte 2020 tem um papel relevante, por um lado, na definição de futuros possíveis para a Região e, por outro lado, na sequente identificação dos Desafios e Necessidades de intervenção no horizonte 2020.

O exercício realizado passou por construir três cenários, sendo um de *manutenção das tendências pesadas do passado*, um de *valorização dos aspetos positivos presentes e/ou desejados* (nomeadamente em função dos objetivos da estratégia Europa 2020 e da promoção do crescimento inteligente e inclusivo) e um outro de *acentuação dos traços estruturais negativos identificáveis* na Região.

A modelação crítica do comportamento da evolução da produção de riqueza na Região foi abordada através de uma metodologia que trabalha a evolução a partir de **uma ótica do PIB agregado**, que pode ser suportada pelas estimativas de longo prazo produzidas pelo FMI para as economias nacionais, mediada no caso da Madeira por um parâmetro de repartição regional estimado em função do seu comportamento passado em diferentes etapas de ciclos económicos. Ou seja, uma ótica de PIB determinado pela procura mundial, o que corresponde à lógica do modelo de simulação da economia mundial utilizado pelo FMI.

O ensaio de quantificação apresentado é uma simulação mecânica em que não há ajustamentos automáticos entre as variáveis, antes se baseia em metas fixadas pela Equipa Técnica suportadas pelo desempenho passado da Região e da sua comparação com outras economias comparáveis. O ensaio produz resultados consistentes e úteis para os efeitos de exemplificação pretendidos no exercício de cenarização, já que incorpora elementos informativos de diversas proveniências, que no limite são os que viabilizam e sustentam a utilização de modelos de sub-réplica em que estruturas dinâmicas conhecidas para economias tomadas como referência são aplicadas a economias que revelam sinais ou vontade de seguir trajetórias semelhantes.

Como opção técnica, a quantificação dos cenários foi efetuada com base em intervalos quinquenais (2005, 2010, 2015 e 2020) e por economia e comodidade de apresentação dos resultados. Esta opção apresenta duas vantagens significativas: por um lado permite ter dois anos de observações estatisticamente estáveis e, por outro lado, engloba os anos em que os efeitos da crise são mais evidentes na Região (2010 a 2013) num intervalo onde se utilizam taxas médias de crescimento, permitindo “alisar” os registos extremos que se verificam pontualmente neste período.

O modelo parte de duas trajetórias fundamentais: (i) a evolução da população residente; e (ii) o crescimento do PIB em termos reais (a preços constantes).

A Tabela seguinte apresenta a síntese dos resultados dos Cenários.

Cenário A – Estagnação e Reforço da condição periférica	2005	2010	2015	2020
População	245.800	258.800	251.814	243.347
Emprego	117.300	119.800	116.741	119.660
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	0,75	1,50
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	13.910	15.507
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	0,50	1,00
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	30.005	31.535
Cenário B – Internacionalização com Diversificação económica	2005	2010	2015	2020
População	245.800	258.800	251.814	243.347
Emprego	117.300	119.800	119.939	124.436
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	1,80	2,25
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	14.650	16.944
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	1,00	1,50
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	30.758	33.136
Cenário C – Modernização extrovertida	2005	2010	2015	2020
População	245.800	258.800	251.814	243.347
Emprego	117.300	119.800	119.331	126.843
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	2,20	3,00
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	14.940	17.923
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	1,50	1,75
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	31.527	34.384

A prioridade estratégica parece evidente, sob este prisma e vai no sentido de criar uma hierarquia de cenários desejáveis. No entanto, como se assinalou anteriormente, torna-se necessário considerar que os riscos e incertezas associados à concretização dos cenários esboçados são diferentes, como são diferentes os impactes nas tendências associados a um menor grau de concretização das tendências-objetivo definidas para cada um dos cenários. A Tabela seguinte resume e qualifica os riscos e incertezas, bem como a tendência mais provável associada às possíveis divergências face aos estimadores tomados como centrais para a trajetória em cada Cenário.

Tabela 31. Risco, incerteza e tendências de divergência dos Cenários

	Risco de concretização	Incerteza de concretização	Concretização face a choques externos
A	Baixo - Prolongamento de tendências anteriores em atividades bem conhecidas da Região.	Baixo - Prolongamento das tendências anteriores na concretização do Cenário	Inferior - Vulnerabilidade elevada a choques externos mesmo com concretização bem-sucedida face às expectativas que podem fazer deslizar as previsões para o intervalo inferior de estimação.
B	Médio - Desenvolvimento articulado das estruturas existentes, a partir de um modelo que é relativamente bem conhecido	Elevado - Cenário muito exigente em termos da coordenação das políticas públicas e da mobilização de agentes regionais.	Superior - Cenário em que os riscos e incertezas são internos pelo que os choques externos têm um impacto limitado e a probabilidade de superar as expectativas é mais elevada.

(continua)

Tabela 31. Risco, incerteza e tendências de divergência dos Cenários

(cont.)

	Risco de concretização	Incerteza de concretização	Concretização face a choques externos
C	Elevado - Salto qualitativo e criação de "implantes" produtivos com ténue ligação ao tecido empresarial existente, sem mercado local ou sequer conhecido.	Médio - Modelo que tem sido utilizado com sucesso nas economias emergentes, com fatores competitivos conhecidos (preço e adequação das qualificações) e, embora muito dependente de agentes externos, encontra na Região condições de aplicação	Inferior - Vulnerabilidade elevada a choques externos mesmo com concretização bem-sucedida face às expectativas que podem fazer deslizar as previsões para o intervalo inferior de estimação.

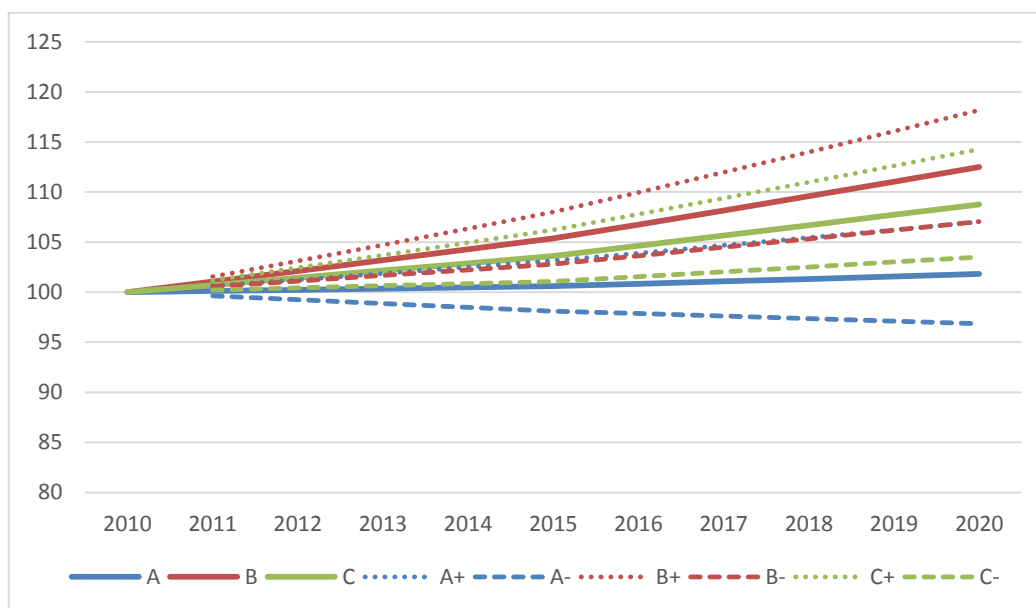
Estas considerações podem ser parametrizadas em termos da probabilidade isolada e cumulativa da sua ocorrência, para o que se estimam os valores apresentados na Tabela seguinte. O exercício pretende evidenciar que, sendo certo que as escolhas estratégicas devem assentar em estimativas quantitativas prudentes dos efeitos dos cenários, não se podem ignorar os riscos e incertezas associados.

Tabela 32. Parametrização probabilística de Riscos e Incertezas

Probabilidades Cenários	Probabilidade de concretização		Probabilidade de aproximação ao intervalo inferior	Probabilidade total do estimador central
	Riscos	Incetezas		
A	80%	80%	80%	16,00%
B	70%	60%	10%	58,50%
C	60%	70%	50%	32,50%

A concretização desta parametrização na trajetória associada ao crescimento do PIB em cada Cenário é apresentada na Figura seguinte.

Figura 30. Efeito da concretização dos riscos e incertezas sobre a trajetória do PIB da RAM



A análise do comportamento do PIB torna evidente que: a hierarquia dos cenários altera-se com o Cenário B a tornar-se preferível; e existe a possibilidade de ocorrerem tendências regressivas na trajetória estimada do PIB.

A evolução das principais variáveis económicas apresentada na caracterização do Cenário B (prolongamento de tendências, capacidade/ margem de manobra interna, regulação das estruturas existentes, retoma controlada do crescimento económico, abertura à diversificação económica setorial no quadro de um modelo de especialização económica com players regionais dotados de capacidade estratégica e potencial de integração de “inputs” de IDT&I, ...), a par das expectativas empresariais processadas no âmbito das Entrevistas e das sessões de Focus-group realizadas no decurso do Estudo - fundamentam a convicção segundo a qual o Cenário *Internacionalização com Diversificação Económica* tem condições para nortear a evolução da economia regional no horizonte 2020.

2.3. Orientação estratégica do Desenvolvimento económico-empresarial

Os aspetos desenvolvidos na apresentação dos Cenários contrastados, os elementos de avaliação das atividades económicas, bem como a valia e as conclusões dos Documentos elaborados no quadro do Diagnóstico Prospetivo Regional 2014-2020, permitem enunciar elementos-chave para uma *Orientação estratégica* do desenvolvimento económico-empresarial.

Esta Orientação deve contribuir para afirmar a Madeira no contexto nacional e internacional, seguindo um comportamento de relançamento económico, com arbitragem entre riscos internos e choques externos por parte das políticas públicas regionais e um envolvimento dinâmico dos principais agentes económicos associativos e privados da Região.

⇒ **Abertura ao Mundo.** A RAM tem de aprofundar a transformação das vantagens da localização, potenciando o aproveitamento das suas infraestruturas aeroportuárias, portuárias e rodoviárias, definindo políticas ativas de captação de investimentos industriais e de serviços, em particular nas áreas com condições de afirmação (fileiras agrícola e alimentar, logística, serviços e indústrias e atividades de lazer, biodiversidade e atividades da economia do mar) e nas associadas ao desenvolvimento acelerado de capacidades nas áreas centrais da “nova economia”.

A transformação das atividades agrícolas para produtos mais valorizados nos mercados mundiais, aproveitando as condições climáticas favoráveis para a obtenção de produtos específicos e em períodos do ano que os podem tornar mais atrativos e sustentando um processo de humanização da paisagem (imagem de marca da Madeira), deve evoluir para uma maior integração com as atividades turísticas.

⇒ **Dinamismo empresarial**, criando empresas e empregos, com exploração das sinergias entre iniciativas públicas e privadas, em particular nos domínios menos desenvolvidos e em áreas cujo risco económico é mais elevado mas que são decisivas para a qualidade de vida das populações, num quadro global de reforço da iniciativa empresarial e do investimento privado na Região.

A aposta decidida nas atividades de ensino, formação, ciência e tecnologia, poderá sustentabilizar a criação de unidades empresariais dirigidas não para o escasso mercado interno, mas numa perspetiva de circulação do conhecimento, baseada nas novas tecnologias de comunicação, para os mercados mundiais. Igualmente, em novas atividades empresariais que potenciem a melhoria da gestão ambiental o turismo de natureza e sustentem uma ocupação humanizada da paisagem, com eventual alargamento a iniciativas de parceria entre as populações e instituições e núcleos de atividades que sustentem a transformação do mundo rural.

⇒ **Formação de Competências**, garantindo um salto de escala de qualidade em aproximação a opções mais exigentes de formação técnica especializada, designadamente: (i) *Componente de apoio ativo à competitividade económica* [Formação de quadros médios e superiores em inovação e gestão empresarial, programas de formação avançada e de estágios no exterior (empresas e unidades de I&D, p.ex.), em parceria com entidades de reconhecido mérito internacional]; (ii) *Componente da coesão social* (dinamização de iniciativas capazes de potenciar políticas ativas do emprego, de modo a minorar as situações de exclusão do mercado de trabalho e favorecendo a criação de “empregos de proximidade” que suportem serviços às populações em áreas carenciadas, mas também a valorização social das atividades ligadas à “economia do conhecimento”).

⇒ **Qualificação da vida urbana e rural**. A densidade populacional e a pressão urbanística podem levar à degradação dos valores paisagísticos e à saturação da capacidade de carga de sistemas e redes. Esta pressão urbana, em resultado dos investimentos turísticos e da concentração dos equipamentos públicos e da deslocalização de populações e atividades vindas das zonas rurais, irá colocar novos problemas da qualidade de vida urbana.

As necessidades de mais e melhores serviços e equipamentos, deve estimular intervenções com impactos a nível económico-empresarial (oportunidades de negócios, procura dirigida à fileira da construção e dinamização do emprego): (i) desenvolvimento de novas atividades adaptadas aos espaços rurais: telemedicina, acesso eletrónico aos procedimentos da Administração Local e Regional,...; (ii) construção/reabilitação de equipamentos de suporte a atividades lúdicas/culturais/recreativas; (iii) melhoria do ambiente e da imagem urbana (com reabilitação dos espaços públicos, limpeza regular e inserção de arte pública de qualidade); e (iv) criação de empregos

de proximidade (gestão de iniciativas e de equipamentos coletivos, apoio/atendimento de grupos sociais desfavorecidos e marginalizados, ...).

⇒ **Cooperação institucional**, procurando superar debilidades nos domínios da qualificação das procuras e iniciativas de projeto, da promoção externa do destino Madeira e outros recursos, de forma a obter uma dinâmica consolidada, que estimule a manifestação de novos agentes económicos e sociais. No quadro desta cooperação, deve ser mobilizada a participação de entidades como a Universidade da Madeira, a Agência de Desenvolvimento Regional - ADERAM, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial - IDERAM, o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira - IVBAM, a Agência Regional de Energia e Ambiente – AREAM e a ACIF, entre outras. Trata-se de um trabalho que não sendo fácil conta, todavia, com fortes experiências de cooperação anterior pelo que possui uma margem de progressão bastante elevada em vista da promoção consistente da capacidade competitiva das empresas e dos recursos da Região.

E. PLANO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

E0. Enquadramento global

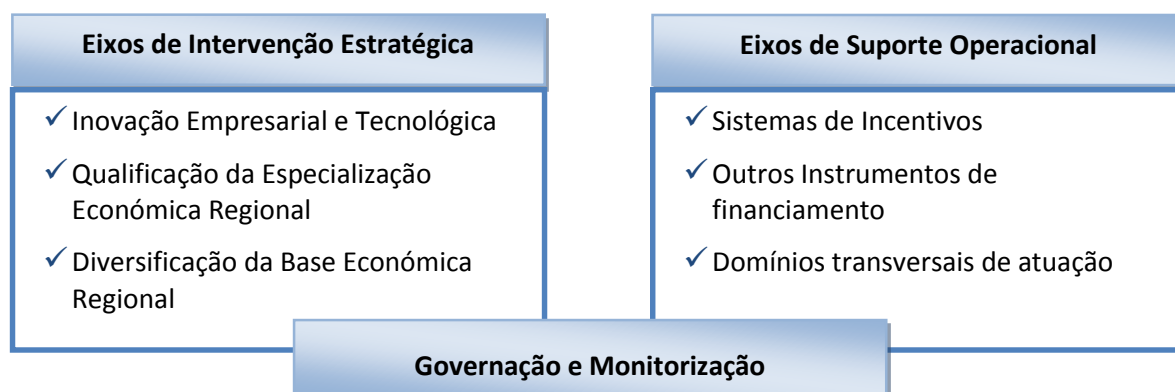
A formulação do *Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM)*, no horizonte de 2020, apresentada de formada detalhada neste Capítulo, deve ser contextualizada à luz das seguintes dimensões:

- ✓ Elementos de Diagnóstico das tendências de evolução recente da Economia da RAM, com particular incidência nas dinâmicas de especialização, empresariais e de emprego;
- ✓ Cenários de evolução da economia da RAM, no horizonte 2020 contrastados entre a continuidade e perspectivas de mudança regulada e extrovertida.
- ✓ Orientações estratégicas constantes da Estratégia Europa 2020 enquanto quadro de referência das prioridades da Política de Coesão, designadamente dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento que enquadram o acesso e a utilização dos Fundos Estruturais.
- ✓ Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo das RUP da União Europeia, designadamente os Eixos da Estratégia renovada referentes aos setores tradicionais e setores emergentes e ao desenvolvimento do espírito empresarial.
- ✓ Acordo de Parceria que enquadra a programação do desenvolvimento regional no horizonte 2020 em Portugal com particular focagem nas prioridades da Inovação e da Competitividade e Internacionalização.
- ✓ Documento de Orientação Estratégica Compromisso@Madeira2020, designadamente nas seguintes vertentes do Diamante estratégico:
 - *I&D, Inovação e Energia* - Inserir a Madeira nas redes europeias e mundiais de I&DT através de incentivos dirigidos à fixação de investigadores e de empresas geradoras de inovação para a Competitividade e o Emprego. Promover a utilização de energias renováveis e a eficiência energética.
 - *Competitividade e Internacionalização* – Alargar da base económica regional com novas atividades exportadoras de bens e serviços de elevado valor acrescentado. Promover a integração de níveis mais elevados de I&D e Inovação no Cluster do Turismo e Lazer, aumentando a sua ligação à economia da Região (setores tradicionais, cultura e património natural).

Na ótica do desenvolvimento económico-empresarial da Região as vertentes identificadas constituem um adequado **quadro de referência de objetivos estratégicos** para o Plano de Referência e Estratégia e

devem adquirir substância de programação e regulação, centrada nos Eixos de estruturação constantes do Diagrama seguinte.

Arquitetura do Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte 2020



As Seções seguintes (E1 a E5) sistematizam os elementos materiais que concretizam a perspetiva de intervenção estratégica e operacional aqui apresentada.

E1. Prioridades de Desenvolvimento Empresarial

O *Documento de Orientação Estratégica Compromisso@Madeira2020* refere que “O foco da estratégia de desenvolvimento económico regional deve privilegiar o alargamento e diversificação da base económica, através da criação de condições de apoio à emergência de novas atividades orientadas para os mercados externos, que contribuam para aumentar e diversificar a oferta regional de bens e serviços transacionáveis e de elevado valor acrescentado”.

A promoção da competitividade da economia regional passa pela concretização de um exercício complexo que combine a recuperação da competitividade do Cluster do Turismo (enquanto setor com capacidade motriz para assegurar a recuperação do crescimento e da criação de emprego), com o alargamento da base económica regional.

A atividade económica regional extrovertida, em consequência da importância do turismo na dinâmica empresarial e de emprego, tem dependido fortemente de atividades de investimento em bens não transacionáveis, nomeadamente nos setores da construção (imobiliária turística, habitação e infraestruturas), o que correspondeu a um ciclo que importa ultrapassar, através da obtenção de efeitos significativos em domínios chave de transformação do tecido empresarial de que se destacam: o fomento e a valorização económica de atividades de I&I; a densificação das relações intersetoriais regionais; a valorização económica do património natural e cultural; a redução da dependência energética, seja pelo aumento da eficiência, seja pelo aumento das fontes renováveis na produção; e a melhoria das competências do capital humano.

Dada a dimensão do mercado interno (em termos de população residente) a promoção da competitividade da economia regional tem de ser orientada para o exterior, através da promoção de exportações e do aproveitamento da capacidade aquisitiva dos turistas e dos consumos intermédios do cluster turístico (exportações indiretas).

Tal significa que qualquer densificação do tecido económico regional, exige uma estratégia muito focada no aumento significativo das trocas internas entre as empresas do cluster turístico e os ramos de atividade, a montante e a jusante. Esta densificação tem uma larga margem de progressão relativamente aos setores primários regionais (agricultura e pescas, sobretudo), mas pode ainda ter desenvolvimentos interessantes no domínio da pequena indústria e dos serviços.

A competitividade das empresas da Região tem, igualmente, de ser focada no aumento da sua dimensão, de modo a ultrapassar gradualmente os sobrecustos da insularidade, o que implica uma especial atenção relativamente ao apoio ao crescimento das empresas existentes e à atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). A criação de condições para a afirmação das empresas regionais no mercado global é um objetivo de grande importância que passa em larga medida pelo incentivo ao seu crescimento, mesmo quando o conteúdo inovador é limitado, mas que deve ser orientado para o aumento do valor acrescentado da produção, única forma de ultrapassar de forma sustentada os sobrecustos de transporte das exportações de produtos e também das importações.

Naturalmente que a promoção do empreendedorismo (de base tecnológica e outro) constitui também um elemento essencial desta estratégia, sendo vital para a Região a recuperação da perda de tecido empresarial quer enquanto elemento de diversificação (em que o empreendedorismo de base tecnológica e a incorporação de inovações são muito relevantes), quer de densificação (onde os requisitos tecnológicos e a inovação devem ser menos exigentes). Uma estratégia realista de promoção do empreendedorismo e do intraempreendedorismo (a partir das empresas existentes) é, assim, incontornável.

O facto de a Região poder dispor de instrumentos de compensação dos custos da ultraperifericidade deve ser usado como um elemento adicional de reforço aos incentivos às dimensões de crescimento, internacionalização, inovação e empreendedorismo que balizam a estratégia de promoção da competitividade do tecido empresarial.

Inovação Empresarial e Tecnológica

A inovação empresarial e tecnológica assume na RAM um papel central na transformação do modelo de desenvolvimento económico.

Com efeito, a ultraperifericidade da Região e a exiguidade do seu mercado interno tornam inviável qualquer estratégia de diversificação da sua especialização económica que assente em atividades económicas cuja base de sustentação seja o prolongamento dos setores predominantes (na banda alargada das atividades ligadas ao turismo).

O esgotamento da trajetória de crescimento baseada no setor do turismo, do imobiliário e das infraestruturas implica a realização de um salto qualitativo na estrutura produtiva que só pode ser conseguido com uma reconversão muito relevante da forma como os agentes económicos incorporam elementos de inovação e conhecimento nas suas atividades produtivas.

Mesmo quando se tem de considerar que a qualificação da especialização económica da Região e a diversificação da sua base, designadamente a partir das empresas e atividades existentes, são elementos estratégicos de elevado valor absolutamente incontornáveis, cabe contudo ter em consideração que mesmo se o motor do crescimento no curto prazo continuará a estar muito dependente do desempenho do turismo, a reconfiguração a prazo da economia regional dependerá da sua capacidade de aumentar o conteúdo em conhecimento das suas atividades produtivas.

Uma parte deste aumento de intensidade em conhecimento e qualificação da produção regional terá de ser obtido através da capacidade de atração de IDE. Quer porque a Região tem uma restrição severa ao seu potencial de conhecimento pela limitação do *stock* de capital, quer porque a integração de redes globais de produção implica a conexão com redes produtivas existentes e a ligação através do IDE é uma forma de assegurar essa conexão e integração.

A dinamização de intervenções orientadas para a Inovação Empresarial e Tecnológica deve partir de duas bases estratégicas essenciais: (i) Competências e recursos disponíveis e mobilizáveis; e (ii) Capacidade de atração de investimento estruturante em novas áreas de desenvolvimento.

No primeiro vetor, importa verificar quais as áreas estratégicas com maior potencial de desenvolvimento, de criação de massa crítica e de desenvolvimento de inovação e tecnologia com base na especialização do território e capacidade de intervenção no mercado alargado (nacional, Europeu, Global). As atividades ligadas à natureza, biodiversidade, sustentabilidade, ambiente e saúde e bem-estar, enquadram-se neste vetor.

No segundo vetor trata-se de uma opção voluntarista, baseada na existência de recursos naturais, quadros técnicos e competências, que podem ser valorizadas por operadores internacionais com capacidade de intervenção global. As indústrias criativas e de entretenimento, enquadram-se neste vetor.

Este processo deve ser baseado em duas tecnologias de base de carácter transversal: (i) as Tecnologias de Informação e Comunicação; e (ii) as Biotecnologias e Ciências da Vida.

Em termos de Áreas de Especialização, e também na relação com algumas dimensões de experiência acumulada, de recursos de investigação e participação em redes internacionais, estas bases estratégicas apontam para os perfis seguintes:

- especialização no domínio da longevidade, qualidade de vida, bem-estar e saúde (com forte interações com o Cluster Hospitality);
- valorização dos recursos biológicos e minerais do Arquipélago e da sua Zona Económica Exclusiva;
- procura de novas formas de energia sustentável, combinada com forte investimento na eficiência energética e na redução das emissões de carbono em setores estratégicos regionais como os transportes e a gestão dos resíduos ; e
- atração de empreendedores, artistas e técnicos ligados ao setor das indústrias criativas e de entretenimento que considerem a Madeira como local de trabalho e residência.

A ARDITI deverá ter um papel charneira em toda a estratégia para a Inovação e para a atração de investimento estruturante de base tecnológica, dinamizando as intervenções da Universidade, do CEIM, dos Centros de Investigação, dos Laboratórios e das Empresas Inovadoras e de Base Tecnológica.

A utilização do sistema regional de I&DT como motor do desenvolvimento constitui, todavia e inevitavelmente, um processo lento e complexo quer do ponto de vista da sua preparação para a produção de conhecimento fundamental e aplicado, quer do ponto de vista da aquisição das competências sistémicas de articulação com o tecido empresarial, sobretudo, num contexto em que a produção de conhecimento economicamente valorizável é um processo altamente competitivo e realizado à escala global.

Esta transformação profunda do modelo de funcionamento da economia da Região exige, assim, que se consiga **obter resultados significativos a diferentes níveis:**

- Na definição do Plano de Ação do PIDIT&I, enquanto instrumento de desenvolvimento do SRDITI e no sentido de orientar os respetivos esforços de estruturação e de atividades motoras, para áreas que podendo ter uma mais rápida absorção pelo tecido empresarial, simultaneamente, possam permitir a sua credibilização e integração nas redes internacionais de I&DT.

- No modelo de funcionamento do SRIDTI, encontrando uma forma de aproximação às empresas existentes e à atração de IDE, através de processos de transferência de tecnologia, para que os incentivos disponibilizados e os investimentos realizados possam gerar retorno económico e social relevante e se gerem mecanismos de sustentação social, política e económica, num contexto em que os efeitos de *supply push* de conhecimento economicamente útil funcionem como força motriz da transformação pretendida.
- Na forma como as empresas incluem processos cada vez mais sofisticados de inovação (organizacional e tecnológica) nos seus planos de negócios, proporcionando um *driver* de *demand pull* que se combine virtuosamente (e as condicione no sentido desejado) com as competências que vão sendo geradas no sistema de I&DT.
- Na forma como a emergência de experiências bem-sucedidas de desenvolvimento empresarial baseado na inovação e no conhecimento possam gerar um ambiente social e economicamente favorável à emergência de iniciativas de empreendedorismo e *intrapreneurship* que promovam a transformação estrutural do tecido empresarial regional.
- Na forma como as estruturas da envolvente empresarial (públicas e privadas) se qualificam para apoiar de forma eficaz e eficiente os esforços das empresas e das instituições do SRIDTI na sua aproximação recíproca e nas suas ligações ao exterior, integrando redes de investigação, inovação e produção de bens e serviços de alto valor acrescentado baseados no conhecimento.
- Na utilização da dotação adicional específica a título de Compensação de Sobrecustos, segundo uma abordagem mais centrada nas empresas e menos nos projetos, que deve ter carácter seletivo e assegurar que os seus impactos serão avaliados numa perspetiva macroeconómica, no contexto de uma Região Ultraperiférica caracterizada por uma fraca densificação das relações intersetoriais. A atribuição de apoios ao funcionamento das empresas deve assentar numa discriminação positiva quanto à dimensão, à localização da empresa e dos projetos e à criação de postos de trabalho.
- No esforço decorrente para o Orçamento Regional da atribuição de apoios ao funcionamento das empresas que será tanto mais justificável quanto maior for o esforço de investimento da empresa na sua modernização, através da prioridade aos respetivos fatores de competitividade que lhe permita ultrapassar debilidades estruturais e enfrentar melhor a concorrência no mercado global.

Qualificação da Especialização Económica Regional

A RAM tem hoje uma clara especialização no setor do turismo que não pode ser vista como parte do problema mas como parte da solução.

Esta afirmação do potencial de crescimento e qualificação com base no turismo tem de ter em conta que este setor é o único com potencial de arraste a curto e médio prazos sobre a economia da Região e como tal a estratégia de desenvolvimento regional não pode deixar de suportar de forma clara, decidida e decisiva o setor do turismo, designadamente:

- na recuperação da capacidade competitiva que tem sofrido uma erosão nos últimos anos, sendo que os sinais positivos de recuperação registados podem servir para escorar o trabalho mais imediato;
- na estruturação de mecanismos de inovação na gestão e na formação de produtos turísticos de maior valor acrescentado e de maior competitividade; e
- no lançamento de um programa ambicioso que promova a cooperação entre os agentes privados e entre estes e os agentes públicos (regionais e nacionais) que podem contribuir para a melhoria da imagem da Região e da sua notoriedade nos diferentes mercados onde atua e onde poderá e deverá atuar.

Atentas as características particulares do Destino Madeira e Porto Santo, a eficiência energética e ambiental do setor pode constituir, simultaneamente, um valioso elemento de contribuição para o aumento da competitividade (pelos custos) e de diferenciação aumentando o prémio do Destino face a outros com maior capacidade de concorrência pelo preço (atuando do lado da receita).

Sendo o turismo um setor internacionalizado e transacionável por natureza, a extroversão que este proporciona à economia da Região tem de ser valorizado, como um ativo inestimável, sobretudo, tendo em conta a crescente competitividade dos mercados mundiais nas indústrias do lazer e do entretenimento. A globalização vem introduzir elementos irreversíveis colocando na construção das atuais cadeias de valor internacionais destinos turísticos mais longínquos e trazendo para a competição concorrentes cada vez em maior número e com renovados argumentos competitivos.

A atividade turística na RAM tem, contudo, uma oferta estruturada com um nível de evolução e complexidade significativo:

- no espetro de atividades complementares estruturadas que detém;
- na importância e notoriedade do seu calendário de eventos de perfil alto;
- na qualidade das infraestruturas hoteleiras e complementares;

- na diversificação dos pontos de atração, de que o turismo de cruzeiros conheceu um apreciável desenvolvimento (ainda que ameaçado por fatores concorrenciais externos); e
- pela existência de ativos complementares, de que os produtos tradicionais da Região (bordados, vinho, flores, ...) são referências incontornáveis.

O segmento da *Hospitality* deve ser encarado com especial atenção na medida em que, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, em 2020 estima-se que os consumidores tipo com maior peso nas atividades turísticas sejam os Seniores: passam de 15%, em 2009, para 22%, em 2020.

Na estruturação da cadeia de valor internacional esta vertente da procura tenderá, assim, a ganhar peso e a Região tem argumentos importantes para absorver fluxos de procura sénior, designadamente: (i) a qualidade de diversas valências do Cluster de atividades de Saúde; (ii) a rede de SPA de várias unidades hoteleiras; e (iii) a oferta de formação escolar e profissional do Cluster Turismo/ Lazer.

A infraestruturação da Região (sobretudo, no domínio rodoviário e aeroportuário) permite hoje que se possa considerar que, terminado o ciclo do investimento, o fator determinante será a capacidade da valorização económica do investimento realizado. Esta abordagem ganha uma expressão mais significativa se se considerar o investimento privado realizado nas unidades hoteleiras existentes.

Nesse sentido, o aprofundamento dos meios de valorização das vertentes cultural, histórica, natural e ambiental tem um carácter estratégico no desenho de novos produtos e novas atividades turísticas em nichos e mercados orientados para segmentos da procura com maior segmentos, valor acrescentado que a Região tem de ganhar ou recuperar como forma de promover um maior ritmo de crescimento e a recuperação do emprego perdido.

Em particular, o Mar apresenta-se na RAM como um ativo claramente menos explorado que os seus outros ativos naturais. Mas o património histórico-cultural e o património edificado têm também sido menos intensamente utilizados na caracterização da oferta turística e esse é um caminho de evolução que não pode ser descurado.

As recentes distinções da Região pela qualidade da sua oferta turística têm de ser muito rapidamente capitalizadas na promoção, não podendo esta ser efetuada sem uma intervenção estruturada e participativa dos agentes associativos e privados do setor, na medida em que a promoção institucional da Região não pode mais ser encarada como uma mera contrapartida, devendo, pelo contrário, ser vista como uma efetiva parceria entre os agentes públicos, associativos e privados, partilhando riscos, custos e benefícios.

O desenvolvimento de estratégias de *competição* não constitui ainda um elemento importante do acervo do setor turístico regional, mas a sua inclusão nos elementos distintivos da economia da Região não pode deixar de constituir um objetivo operacional que o Sistema de Incentivos contribua para estimular,

eventualmente, podendo constituir um elemento chave na transformação da economia regional: pelo potencial de transformação que tem sobre as atividades ligadas ao turismo e pela indução de comportamentos virtuosos nas restantes áreas do tecido económico regional.

Em síntese, na ótica da evolução na cadeia de valor de especialização regional, abrem-se oportunidades de intervenção do regime de incentivos nos seguintes domínios de fomento de novas atividades empresariais:

- Exploração do potencial de geração de “spin-offs” a partir da Universidade da Madeira;
- Incentivos à criação de atividades que funcionem como “linkages” a montante e a jusante da atividade de excelência turística regional;
- Incentivos à emergência de negócios complementares da excelência turística baseada na oferta hoteleira e que se prende por exemplo com a combinação de recursos de gestão e de infraestruturas para o fomento do turismo rural;
- Aposta na fileira energias alternativas - excelência turística com fomento de “spin-offs” empresariais na área da engenharia do ambiente e na incorporação de conhecimento ao serviço da excelência energética de suporte à atividade hoteleira;
- Construção de uma nova fileira de atividades e serviços na área do turismo de excelência-saúde, captando uma larga franja da procura turística de médio e rendimento elevado que demanda a RAM; nesta fileira, avulta a relevância potencial dos serviços avançados de apoio ao turismo sénior, em torno das áreas da geriatria e da investigação médica associada.

Diversificação da Base Económica Regional

Um dos maiores problemas da economia da RAM prende-se com a exiguidade da diversificação da sua base económica. Esta constatação decorre de dois vetores convergentes, que importa considerar:

- por um lado, constitui uma característica das economias insulares de pequena dimensão, que a globalização dos mercados de produtos veio agravar ao ampliar o efeito das economias de escala sobre a redução dos preços, quando comparados com os custos de transporte;
- por outro lado, é uma característica intrínseca da Região dada a influência determinante que o modelo de crescimento baseado no turismo e na construção (edifícios e infraestruturas) teve na determinação das rentabilidades relativas das diferentes atividades económicas.

Este traço estrutural, ainda que comum a um conjunto mais vasto de regiões com características semelhantes, não pode ser considerado como uma inevitabilidade.

Na realidade, o turismo (considerado na sua mais lata aceção) constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades económicas (novas ou recuperadas) que sejam orientadas para a substituição de importações, para a exportação (p.ex., através da ancoragem das novas atividades no mercado local que o setor turístico proporciona), seja ainda na exploração mais intensiva do potencial de exportação indireta proporcionado pela população flutuante que os fluxos turísticos representam.

Uma oportunidade evidente que permanece em larga medida por explorar prende-se com o **alongamento da cadeia económica da hotelaria e restauração** quer no setor primário, quer no setor secundário, quer, ainda, no setor terciário qualificado.

O desenvolvimento de uma estratégia concertada entre agentes do setor no sentido de proporcionar uma oferta estruturada e altamente qualificada de serviços para exportação através dos fluxos de pessoas associados ao turismo, poderá constituir uma constelação de atividades, que vão dos serviços de saúde aos serviços pessoais qualificados.

A retenção de uma parte mais importante do valor acrescentado gerado pelo turismo através da diminuição da componente importada das exportações do setor tem de constituir uma aposta determinada da Região que, uma nova Estratégia de Desenvolvimento Regional, tem de ser capaz de enquadrar através de um sistema adequado (eficaz e eficiente) de incentivos.

O abandono da focalização das iniciativas de empreendedorismo nos bens não transacionáveis para se adotar uma estratégia criativa de pequenas (ou grandes) iniciativas empresariais orientadas para a exportação e para a população flutuante deve constituir uma prioridade de primeira linha, ao mesmo nível e com a mesma intensidade que o incentivo a atividades de substituição de importações.

Este processo é tão difícil e complexo como o que se espera atingir no aumento da intensidade em inovação (sendo dele também largamente tributário e contribuinte), no que se refere ao desenvolvimento do SRIDTI e na sua articulação com o tecido empresarial. Tal como este exige sistemas inteligentes e estáveis de incentivo e estímulo ao investimento, constituindo um objetivo que resulta de uma observação e aproveitamento inteligentes das oportunidades e capacidade de risco, p.ex., da capacidade de desenvolver mecanismos de financiamento adequados, dada a aversão ao risco que o sistema financeiro convencional continuará a manter no horizonte deste Plano Referencial.

Outro domínio de diversificação que conta com argumentos competitivos na Região reside no **desenvolvimento de produtos e serviços TIC** e do comércio eletrónico, atividades que conheceram algum desenvolvimento na Região ao longo da 1ª década do século XXI. A recessão económica prolongada tem afetado a procura desses serviços por parte das empresas. A par da debilidade da procura de serviços (e-government, e-commerce, etc.) existe uma baixa apropriação e adoção de aplicação de competências TIC nas empresas e em outras organizações, p.ex., da economia social.

Neste contexto, importa que no âmbito da Prioridade de investimento orientada para dinamizar o crescimento e a inovação das PME's se atue de modo a estimular o desenvolvimento de produtos e serviços TIC e a dinamizar a procura empresarial nestes domínios e respetivas competências.

Esta prioridade estratégica da diversificação de base económica regional deverá beneficiar da criação e estímulo de fatores facilitadores e indutores integrando os fatores dinâmicos de competitividade e através da definição das responsabilidades e do nível de intervenção de cada um dos stakeholders (estruturas associativas, entidades públicas, organizações de produtores).

O potencial de **clusterização de recursos e atividades no domínio da Economia do Mar** deve merecer um novo olhar por parte das políticas públicas e dos operadores económicos, com destaque para as pescas e a aquacultura marinha, a atividade marítimo-portuária, a pesca desportiva, a observação de cetáceos e a talassoterapia, a par de recursos de I&D existentes no espaço da UMa.

No plano económico-empresarial, as atividades marítimo-portuárias associadas à vertente cruzeiros e às atividades do Registo Internacional de Navios, em combinação com o “core business” do Centro Internacional de Negócios da Madeira, representam os principais segmentos com clara inserção de mercado podendo agregar/estimular um conjunto relevante de atividades relacionadas e de suporte (cf. A. Oliveira das Neves, “Economia Azul - Contributos do Mar da Madeira”, in *Espaço Global*, IDR, Novembro de 2013).

Finalmente, refira-se o contributo potencial das Estratégias de Desenvolvimento Local que deverão focar-se no aproveitamento e valorização das especificidades sub-regionais proporcionando recursos que contribuam para responder às necessidades dos espaços económicos de pequena dimensão, sem escala e massa crítica, os quais carecem da animação socioeconómica suscetível de gerar oportunidades económicas/ de negócio e de criar emprego.

Estas estratégias, que poderão ser enquadradas no âmbito do DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) com financiamento FEDER e FSE, deverão contribuir para potenciar recursos e dinâmicas locais, criando condições para alargar a base de negócio (interna ou externa) centrada, nomeadamente, no seguinte tipo de operações:

- qualificação e dinamização dos pequenos aglomerados populacionais e de centros rurais;
- atividades relacionadas com o turismo, o artesanato e os produtos de qualidade;
- aposta na qualidade dos produtos tradicionais de qualidade com aumento de valor decorrente da transformação, divulgação e comercialização, incluindo a exportação;
- iniciativas locais de emprego e de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo; e
- melhoria do acesso a serviços coletivos de proximidade, p. ex., através das TIC.

E2. Sistemas de Incentivos

2.1. Prioridades de desenvolvimento empresarial e Sistemas de Incentivos

Os Sistemas de Incentivos a desenvolver na RAM deverão incorporar o cruzamento das prioridades de desenvolvimento empresarial com um conjunto limitado de objetivos estratégicos em face dos quais sejam desenhados os instrumentos que possam contribuir para os alcançar.

<i>Prioridades de desenvolvimento empresarial</i>	• Inovação • Qualificação • Diversificação
<i>Objetivos estratégicos</i>	• Articulação Empresas/Inovação • Empreendedorismo • Internacionalização • Crescimento
<i>Objetivos operacionais/ Ações</i>	• Apoio à I&DT e à cooperação entre as empresas e os centros de produção de conhecimento • Promoção da inovação organizacional e dos fatores imateriais de competitividade • Promoção da inovação tecnológica • Atração de Investimento Direto Estrangeiro • Incentivo à internacionalização das empresas • Aumento da notoriedade da RAM enquanto destino turístico • Promoção do empreendedorismo • Promoção da eficiência energética e a redução das emissões de CO2 • Incentivo ao emprego e à qualificação dos recursos humanos • Promoção do equilíbrio territorial da atividade económica • Adoção de Instrumentos de Engenharia Financeira • Apoio ao tecido empresarial através de ajudas ao funcionamento como compensação por sobrecustos.

No enquadramento dos dispositivos de financiamento, definidos pela União Europeia para o período 2014-2020, os Sistemas de Incentivos a desenvolver deverão combinar elementos de diferentes Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento da Política de Coesão, sendo de destacar os constantes da Tabela seguinte (a **negrito** as Prioridades mais diretamente ligadas ao desenvolvimento empresarial) que procuram estabelecer uma relação virtuosa entre:

- apoios ao investimento empresarial (de natureza económico-produtiva material), presentes nas Prioridades de Investimento, sobretudo, dos Objetivos Temáticos da Inovação e Competitividade;
- apoios à qualificação dos recursos humanos tanto na vertente do ensino superior e da formação avançada, como nas modalidades de aprendizagem ao longo da vida;

- (iii) apoios ao emprego, nas óticas do rejuvenescimento qualificado (estágios profissionais), do empreendedorismo e da formação de reconversão (adaptação de empresas, empresários e gestores); e
- (iv) intervenções no domínio da capacitação institucional, com destaque para a redução de custos de contexto e simplificação administrativa na relação das empresas com os Organismos da Administração Regional.

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.
3. Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)	3.1 Promoção do espírito empresarial facilitando, p. ex., o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas.
	3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.
	3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação. Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade.
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência Europeia dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	10.2 Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do Ensino Superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações.
	10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais.
11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.

2.2. Prioridades de Investimento orientadas para o Desenvolvimento empresarial

Relativamente ao campo de intervenção das Prioridades de Investimento do Objetivo Temático orientado para o Reforço da Competitividade das Pequenas e Médias Empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP), o PO RAM 2014-2020 formulou quatro grandes objetivos específicos associados às Prioridades de Investimento selecionadas.

Prioridade de Investimento 3.1. *Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas*

Objetivo Específico: *Estimular a conceção de projetos criativos capazes de dinamizar o investimento privado, proporcionar negócios inovadores e impulsionar a criação de emprego.*

A promoção do empreendedorismo constitui uma dimensão essencial para aumentar a capacidade de assegurar a competitividade das economias num contexto de concorrência acrescida. Na RAM um dos efeitos mais relevantes da crise tem sido a destruição de boa parte do seu tecido empresarial, em especial nas empresas de menor dimensão, tendência que importa reverter, lançando um processo de recomposição das atividades económicas (em direção a atividades emergentes e com procura dinâmica) e em que existem componentes de rejuvenescimento dos promotores e das iniciativas empreendidas.

A dinamização do empreendedorismo qualificado e criativo necessita do reforço das redes ligadas aos centros de produção de conhecimento gerando novas empresas, novos negócios e iniciativas coletivas que contribuam para ultrapassar as dificuldades resultantes da ausência de economias de aglomeração, própria de economias periféricas. Uma parte relevante dos processos de empreendedorismo a captar devem ser gerados em torno dos setores em que a Região possui uma maior massa crítica (Cluster do Turismo). Ainda que com menor componente tecnológica, estes processos não têm necessariamente menor intensidade de inovação.

Os processos de empreendedorismo em regiões periféricas ganham sustentação se ocorrerem a partir do tecido empresarial existente (intrapreneurship), permitindo que as novas iniciativas empresariais possam beneficiar do apoio de empresas instaladas no mercado, mas a partir das quais se podem identificar novas oportunidades nas mesmas atividades da empresa que origina ou apoia novas iniciativas ou em outros domínios de atividade.

Esta Prioridade tem como principais resultados esperados os seguintes:

- Lançamento na RAM de um número significativo de novas iniciativas empresariais em domínios diversificados da atividade económica que possam contribuir para o crescimento e o emprego;

- Estímulo do espírito empresarial e da criação de empresas, e.g., em domínios da Especialização Inteligente Regional, incluindo o setor criativo (aumento da proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento);
- Aumento da massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou exploração de economias de escala, através do estímulo à cooperação entre empresas;
- Promoção do empreendedorismo visando consolidar uma cultura empresarial capaz de dinamizar o tecido empresarial;
- Promoção de novos métodos de trabalho para que se desenvolvam projetos integrados entre unidades de I&D e Empresas que facilitem o respetivo acesso a mercados nacionais ou internacionais, através da criação de centros de trabalho em rede e a distância;
- Criação de novas dinâmicas de iniciativa empresarial nos diversos concelhos da RAM, que contribuam para a criação de emprego sustentado e a geração de riqueza, para atenuar as assimetrias territoriais de desenvolvimento;
- Transferência de atividades, nomeadamente, industriais para locais adequados criando melhores condições de produtividade dos fatores materiais e imateriais;
- Concretização de projetos/ações em áreas estratégicas de desenvolvimento regional identificada pela RIS3.

No âmbito desta Prioridade de Investimento serão apoiadas as seguintes ações:

- Investimentos em cooperação de empresas residentes com novas empresas resultantes de projetos de empreendedorismo;
- Investimentos que visem fomentar o empreendedorismo através de ações que incrementem a realização dos projetos, designadamente através de dispositivos de incubação de novas empresas;
- Lançamento de um programa de benchmarking de inovação, com ênfase na análise comparativa entre setores/atividades regionais e europeias;
- Promover modalidades de intervenção facilitadoras de uma cultura de inovação e empreendedorismo;
- Investimentos em projetos integrados entre unidades de I&D e Empresas que promovam as competências regionais potenciando a capacidade de competir nos mercados nacionais e internacionais;
- Investimentos em projetos que promovam a revitalização de setores tradicionais;
- Investimentos em projetos que qualifiquem a oferta turística.

Prioridade de Investimento 3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização

Objetivo Específico: *Promover as capacidades das empresas e outras entidades económicas regionais apoiando o investimento de suporte à sua transformação organizacional e na melhoria do potencial de internacionalização e promoção dos ativos da Região.*

A RAM apresenta um nível significativo de internacionalização da sua economia, seja pela importância do turismo na economia regional, seja pela importância do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e da sua Zona Franca Industrial. No entanto, a exiguidade do mercado interno impõe a necessidade de extroversão da sua estratégia de crescimento.

A promoção das empresas regionais e das suas ofertas de bens e serviços no exterior corresponde a prioridades que devem ser apoiadas quer no domínio de projetos empresariais específicos, quer (e especialmente) através do apoio a iniciativas públicas e/ou coletivas das empresas que visem aumentar a notoriedade e relevância do destino turístico e da economia da Madeira.

Com a adoção desta Prioridade de Investimento, a RAM pretende obter, entre outros, os seguintes resultados relevantes:

- reforço da orientação exportadora das PME e outras empresas regionais;
- aumento da notoriedade internacional da RAM enquanto Região produtora de bens e serviços de qualidade seja nas suas produções tradicionais, seja em novas ofertas de elevado valor acrescentado e intensivas em conhecimento;
- aumento da notoriedade internacional enquanto Região turística com uma oferta diferenciada e característica, onde o seu património natural e cultural e a qualidade ambiental são fatores diferenciadores;
- aumento do número de turistas e diversificação dos mercados emissores;
- melhoria do grau de penetração das empresas turísticas da Madeira em mercados-alvo determinados;
- aumento da densificação do cluster do turismo, incluindo a produção de bens e serviços especialmente destinados aos turistas, no sentido de aumentar o valor acrescentado gerado para a economia da Região;
- aumento das atividades transacionáveis de bens e serviços de qualquer natureza, em particular aquelas que se destinem a mercados não tradicionais da Região e que tenham maiores efeitos na densificação do tecido empresarial económico regional;
- aumento das exportações através da combinação das respetivas capacidades produtivas para aumentar a massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou explorar economias de escala,

apoiando investimentos em cooperação de empresas residentes ou de empresas residentes com empresas não residentes.

No âmbito desta Prioridade de Investimento serão apoiadas as seguintes ações:

- Investimentos que visem a clusterização de atividades do turismo, incluindo a produção de bens e serviços especialmente destinados aos turistas;
- Investimentos que visem o aumento das exportações regionais de bens e serviços de qualquer natureza elegível, em particular aquelas que se destinem a mercados não tradicionais da Região e que tenham maiores efeitos na densificação do tecido empresarial económico regional e cujo contributo para a balança comercial da região seja positivo;
- Investimentos promovidos pelas empresas na sua promoção em mercados externos, em particular nos mercados regionais a que a Região tem acesso pela sua posição geográfica e nos mercados extracomunitários;
- Apoio a investimentos em cooperação de empresas residentes ou de empresas residentes com empresas não residentes com o objetivo de promover a orientação para os mercados externos, através da combinação das respetivas capacidades produtivas para aumentar a massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou explorar economias de escala;
- Ações de promoção da Região, seja no domínio da promoção do Destino Madeira seja na promoção da Região enquanto produtor de bens e serviços de qualidade.

Prioridade de Investimento 3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

Objetivo Específico: Desenvolver ações vocacionadas para a melhoria da capacidade competitiva das empresas regionais com o objetivo de consolidar o crescimento económico e acrescentar valor aos processos e aos bens e serviços

O grau de abertura elevado da economia da RAM tem sofrido de forma particularmente aguda os efeitos da crise que afeta as economias ocidentais desde 2008. Esta conjuntura macroeconómica e financeira desfavorável tem limitado a expressão económico-empresarial de capacidades avançadas existentes na Região e mobilizáveis através de estratégias de cooperação e organização em rede, orientadas para desenhar estratégias de negócio das PME e de outras empresas, com potencial de modernização nas mais diversas atividades relacionadas e de suporte dos setores de especialização regional.

Com a adoção desta Prioridade de Investimento, pretende-se colocar as atividades de inovação ao serviço da modernização das PME, através das seguintes principais vias:

- Qualificação das estratégias de negócio tendo por suporte o reforço da dotação de fatores imateriais de competitividade (posicionamento estratégico, gestão e organização, TIC, marketing, eco-eficiência, sistemas de qualidade e certificação, informação de competências, ...);
- Reforço dos investimentos de carácter inovador e qualificados.

Com o relançamento económico e da iniciativa de investimento empresarial a curto/médio prazo, a RAM espera poder incentivar de forma decisiva a promoção de investimentos orientados para o crescimento das empresas através da adoção de processos de inovação que aumentem a sua capacidade competitiva nos mercados onde estão presentes e em novos mercados, aumentando o VAB Regional, a sua sustentabilidade económica e o emprego qualificado.

O Objetivo Específico associado a esta Prioridade de Investimento traduz um importante desafio à renovação económica de tecido empresarial da RAM através da incorporação de fatores estratégicos de competitividade no desenvolvimento de novos bens e serviços, concretizando no terreno económico-empresarial as competências resultantes do investimento em I&DT.

No setor do desenvolvimento de produtos e serviços TIC e comércio eletrónico, que conheceu algum desenvolvimento na Região ao longo da 1ª década do século XXI, importa relançar dinâmicas passadas superando a recessão económica prolongada que tem afetado a procura por parte das empresas. A par da debilidade da procura de serviços (*e-government*, *e-commerce*, etc.), existe uma baixa apropriação e adoção de aplicação de competências TIC nas empresas e em outras organizações, e.g, da economia social.

No âmbito desta Prioridade de Investimento, orientada para dinamizar o crescimento e a inovação das PME's, importa que se atue de forma combinada de modo a estimular o desenvolvimento de produtos e serviços TIC e a dinamizar a procura empresarial nestes domínios e respetivas competências.

A Prioridade está orientada para criar incentivos à sustentabilidade do tecido empresarial através da modernização das empresas, atuando de forma conjugada com os incentivos à internacionalização e à promoção da I&I, apostando no acesso e mobilização de instrumentos financeiros e incentivos reembolsáveis como alavancas económicas que permitem reduzir os custos da reestruturação e mecanismos de redução de incerteza.

Paralelamente, pretende-se obter maior eficiência no funcionamento das empresas pela adoção de inovações que permitam aumentar a eficiência energética e a qualificação dos processos produtivos, podendo contribuir para a redução de importações.

No âmbito desta Prioridade de Investimento serão apoiadas as seguintes ações:

- Investimento no desenvolvimento de produtos e serviços;

- Investimentos que visem o aumento das vendas no mercado local através de inovações de processo, produto ou organização da gestão e aplicações de e-commerce;
- Investimentos que promovam, de forma sistemática e integrada, a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação como instrumento de um marketing mais dinâmico, visando uma maior divulgação dos recursos patrimoniais (cultura, natureza, ...) da RAM;
- Apoio a investimentos em cooperação de empresas residentes ou de empresas residentes com empresas não residentes através da combinação das respetivas capacidades produtivas para, aumentando a massa crítica e/ou poder negocial no mercado, explorar economias de escala;
- Investimentos em projetos de qualificação das estratégias das PME (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.);
- Investimentos que visem o reforço das capacidades de organização e gestão das PME;
- Investimentos em ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME;
- Apoio a projetos de investimento produtivo coerente com a estratégia de desenvolvimento regional por parte de PME;
- Investimentos que visem o aumento da qualificação do emprego nas empresas da Região através de desenvolvimento de competências e técnicas especializadas;
- Investimentos que visem a sustentação do emprego nas empresas regionais.

Prioridade de Investimento 3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação

Objetivo Específico: Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego; e Compensação dos custos adicionais das empresas inerentes à condição de Região Ultraperiférica.

As PME enfrentam elevadas taxas de juro e restrições no acesso a capitais. Adicionalmente há falhas de mercado ao nível da disponibilidade de capital para partilha de risco do empreendedorismo e inovação. Estes constrangimentos condicionam os seus processos de crescimento, inovação e internacionalização.

Verifica-se uma reduzida capacidade das PME em acederem a financiamento internacional ou a mecanismos de financiamento não bancário (emissão de dívida). O mercado financeiro revela-se conservador e com pouca disponibilidade para promover formas inovadoras de financiamento.

As ações a desenvolver visam contribuir para o acesso ao financiamento em quantidades e custos adequados, mitigando os efeitos que a fragmentação existente nos mercados financeiros tem tido na competitividade e capacidade concorrencial das empresas portuguesas, em particular das PME.

Serão valorizadas formas inovadoras de financiamento que combinem capital de risco, business angels e garantias, alargando o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias, bem como instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME, promovendo o acesso das PME aos mercados de capitais reduzindo a sua dependência do financiamento bancário.

É expectável contribuir para a mitigação das condições adversas de financiamento das PME portuguesas a aferir através de um indicador relativo ao financiamento global a PME.

A título de compensação de sobrecustos, no período 2007-2013, a dotação adicional para a Região, contribuiu para compensar os custos adicionais resultantes dos respetivos “handicaps” naturais, através da redução das despesas correntes das micro e pequenas empresas existentes há mais de 2 anos. Esta solução revelou-se eficaz na atenuação dos efeitos da crise pós-2008 nas empresas apoiando a sustentação da atividade económica e contribuindo para a manutenção de postos de trabalho.

Segundo o Estudo de Avaliação dos Sistemas de Incentivos e dos Instrumentos de Engenharia Financeira em vigor na RAM, 2007-2013 (IDR, 2012), face aos objetivos e ao modelo adotado, os apoios oriundos da dotação adicional produziram resultados eficazes para os projetos apoiados, tendo contribuído para manter 9.958 postos de trabalho e reduzindo, em cerca de 13,8%, o custo para as empresas das despesas correntes que foram apoiadas.

Nas Recomendações da Avaliação, refere-se que este instrumento de compensação deverá ser usado como um elemento adicional de reforço aos incentivos às dimensões de crescimento, internacionalização, inovação e empreendedorismo e, ainda, para financiar os instrumentos de engenharia financeira.

No enquadramento dos mecanismos de Política de Coesão para as RUP, afigura-se indispensável a manutenção deste mecanismo, numa lógica da compensação dos custos de ultraperifericidade para o segmento empresarial.

Tendo em vista a redução dos efeitos negativos da situação de ultraperifericidade da RAM, considera-se a possibilidade de virem a ser apoiados outros projetos e a compensação devida, no âmbito da prestação de serviços decorrentes das obrigações e contratos de serviços públicos.

Como resultados esperados, destaca-se:

- Reforço dos apoios ao funcionamento da empresa em contexto de crise contribuindo para a manutenção de níveis de atividade e emprego e preparando o relançamento económico;
- Reforço da competitividade dos Sistemas de Incentivos a criar;
- Aceleração do esforço de investimento por parte dos empresários madeirenses;
- Efeito indireto no combate à evasão fiscal.

No âmbito desta Prioridade de Investimento serão apoiadas as seguintes ações:

Ações que visem melhorar as condições de financiamento das empresas para a modernização, inovação e internacionalização, promovendo mecanismos de apoio ao financiamento das estratégias de investimento e consolidação das estratégias empresariais, nomeadamente:

- Instrumentos de capitalização através de fundos de capital de risco, *business angels*, mecanismos de quase-capital e de *mezannine finance*;
- Instrumentos de financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazo das empresas;
- Financiamento da inovação e projetos em domínio de risco numa perspetiva integrada (capital e dívida);
- Consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;
- Dinamizar instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME.

Relativamente à Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade, os recursos do SI Funcionamento/Compensação de Sobrecustos serão utilizados de forma combinada com os demais Sistemas de Incentivos e instrumentos de engenharia financeira pelas empresas beneficiárias, de acordo com as respetivas estratégias de financiamento ao investimento e à atividade empresarial.

A utilização da dotação específica pelas empresas deve contribuir para manter condições mínimas de capacidade financeira que as ajudem a vencer as dificuldades conjunturais, assegurando limiares de viabilidade económica, com implicações positivas sobre a manutenção do emprego, tendo por base os seguintes princípios orientadores:

A dotação adicional deve assumir-se como complementar da dotação principal, alavancando e reforçando a eficácia das medidas e ações previstas para fortalecer a capacidade competitiva da Região e dos seus agentes.

A utilização da dotação adicional deve ter caráter seletivo e os seus impactos terão de ser avaliados numa perspetiva macroeconómica, num contexto de uma RUP caracterizada por uma fraca densificação das relações intersetoriais, com uma abordagem mais centrada nas empresas e menos nos projetos.

A atribuição de apoios ao funcionamento das empresas deve assentar numa discriminação positiva quanto à dimensão, à localização da empresa e à criação de postos de trabalho.

No âmbito desta Prioridade de Investimento serão apoiadas as seguintes ações:

- Apoio ao funcionamento das Micro e Pequenas e Médias empresas de qualquer natureza e de qualquer forma jurídica, nos setores de atividade a fixar em Regulamento Específico
- Financiamento de entidades públicas, no âmbito das obrigações e contratos de serviço público.

[Tipologia de Investimento desenvolvida em regulamentação complementar específica de Sistema de Incentivos e/ou de outros instrumentos financeiros de apoio à atividade produtiva].

Tabela 33. Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Instrumentos de Intervenção para a promoção empresarial na RAM

Prioridades de Investimento	Apoio à I&DT e à cooperação entre as empresas e os centros de produção de conhecimento	Promoção da inovação organizacional e dos fatores imateriais de competitividade	Promoção da inovação tecnológica	Atração de IDE	Incentivo à internacionalização das empresas	Aumento da notoriedade da RAM enquanto destino turístico	Promoção do empreendedorismo	Promoção da eficiência energética e a redução das emissões de CO2	Promoção do equilíbrio territorial da atividade económica	Apoio ao tecido empresarial através da compensação dos sobrecustos de funcionamento	Incentivo ao emprego e à qualificação dos recursos humanos
1.2 A promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.											
3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas.											
3.2 O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização.											
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.											
3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação.											
4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.											
6.3 A proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.											
8.3 O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas.											
8.5 A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.											
9.5 A promoção da economia social e das empresas sociais.											
9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.											
10.2 A melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações.											
10.3 A melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, a atualização das aptidões e das competências dos trabalhadores e o aumento da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho.											
11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.											

A articulação ao nível dos SI pode ser declinada de duas formas: por um lado, tendo em conta a relação entre as prioridades estratégicas a incluir nos SI da RAM para o período 2014-2020 e as Prioridades de Investimento estabelecidas pela União Europeia para o mesmo período, que se apresenta na Tabela 34; e, por outro lado, considerando a relação que se estabelece entre as prioridades estratégicas a incluir nos SI da RAM para o período 2014-2020 e os Instrumentos definidos neste Plano Referencial, relação que se apresenta na Tabela 35.

Tabela 34. Objetivos Temáticos, Prioridades de Investimento e Prioridades Estratégicas do SI

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Articulação Empresas/Inovação	Empreendedorismo	Crescimento	Internacionalização
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.2 A promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...				
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas.				
	3.2 O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização.				
	3.3 Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.				
	3.4 Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação.				
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.				
6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	6.3 A proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.				
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	8.3 O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas.				
	8.5 A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.				
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	9.5 A promoção da economia social e das empresas sociais.				
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.				
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	10.2 A melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações.				
	10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, (...)				
11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.				

Tabela 35. Prioridades Estratégicas do SI e Instrumentos de intervenção

	Articulação SRIDT/empresas	Empreendedorismo	Crescimento	Internacionalização
<i>Apoio à I&DT e à cooperação entre as empresas e os centros de produção de conhecimento</i>				
<i>Promoção da inovação organizacional e dos fatores imateriais de competitividade</i>				
<i>Promoção da inovação tecnológica</i>				
<i>Atração de IDE</i>				
<i>Incentivo à internacionalização das empresas</i>				
<i>Aumento da notoriedade da RAM enquanto destino turístico</i>				
<i>Promoção do empreendedorismo</i>				
<i>Promoção da eficiência energética e a redução das emissões de CO²</i>				
<i>Promoção do equilíbrio territorial da atividade económica</i>				
<i>Apoio ao tecido empresarial através da compensação dos sobrecustos de funcionamento</i>				
<i>Incentivo ao emprego e à qualificação dos recursos humanos</i>				

2.3. Características dos Sistemas de Incentivos, segundo os objetivos estratégicos

Os Sistemas de Incentivos a desenvolver para o período 2014-2020 devem ter um carácter de transversalidade, promovendo operações que possam contribuir de forma positiva para as diferentes prioridades (regionais, nacionais e europeias) de investimento no sentido de constituírem operações que permitam, tanto quanto possível, uma integração harmoniosa das diferentes necessidades e potencialidades para o investimento empresarial na Região.

Assim, uma operação deverá ser avaliada nos seus méritos tendo em conta o conjunto destas prioridades e que seja majorada a contribuição para a integração de resultados em diferentes dimensões, devendo evitar-se sistemas de “banda estreita” que, tal como a experiência demonstra, acabam por condicionar a formatação dos projetos aos Regulamentos e limitam a capacidade de desenhar projetos que se adequem aquelas necessidades e potencialidades.

Trata-se de apoiar iniciativas que contribuam para qualificar a procura de apoios ao investimento económico-empresarial, sobretudo, daqueles que se revelam mais prenunciadores de mudança de paradigma de investimento e estratégia empresarial. A qualificação da procura pode ocorrer, p.ex., mediante a concentração coordenada de apoios à formação, de consultoria técnica especializada e de ações piloto a desenvolver pelo promotor/ beneficiário. Ou seja, acrescentar às despesas elegíveis outros

apoios, segundo a lógica de capacitação técnica e organizativa, fundamentada no carácter inovador dos projetos.

De forma sintética as características mais relevantes dos Sistemas de Incentivos a desenvolver deverão permitir acolher diferentes instrumentos de promoção empresarial que se especificam de seguida.

Objetivo estratégico: Articulação Empresas/Inovação

Tipologia de operações:

- ✓ Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação;
- ✓ Desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o Ensino Superior, em especial no domínio do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público;
- ✓ Apoio tecnológico e investigação aplicada;
- ✓ Criação de redes e de parcerias entre Instituições de Ensino Superior, Centros de Tecnologia e Investigação e Empresas;
- ✓ Reforço das aplicações de IDT+I no turismo e desenvolvimento regional;
- ✓ Transferência de tecnologia e de conhecimento, com vista ao incremento de interações entre unidades científicas e tecnológicas e o meio e a iniciativa empresarial, por forma a promover processos/projetos relativos à oferta e procura tecnológicas.

Critérios fundamentais de seleção:

- ✓ Contribuição da operação para o desenvolvimento de atividades de I&I, nomeadamente as que possam ocorrer no quadro do SRDITI;
- ✓ Contribuição da operação para qualificar, densificar e diversificar a base económica regional;
- ✓ Contribuição da operação para criação de emprego na Região e em particular de emprego qualificado e altamente qualificado.

Objetivo estratégico: Empreendedorismo

Tipologia de operações:

- ✓ Iniciativas empresariais podendo ser ou não de base tecnológica, tendo em especial atenção os projetos desenvolvidos de empreendedorismo feminino e aqueles que sejam promovidos por jovens possuidores de níveis mais elevados de qualificação académica.
- ✓ Apoio a investimentos em cooperação de empresas residentes com novas empresas resultantes de projetos de empreendedorismo através da combinação das respetivas capacidades produtivas para, aumentando a massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou explorar economias de escala;
- ✓ Desenvolvimento do espírito empreendedor de modo a proporcionar uma abordagem prática à atividade profissional empreendedora que se pretende estimular;
- ✓ Reforço dos espaços e das modalidades de intervenção para a inovação e o empreendedorismo;
- ✓ Dinamização de polos de desenvolvimento nos diversos concelhos da RAM, contribuindo para a fixação de populações locais através da criação de empregos.

Critérios fundamentais de seleção:

- ✓ A contribuição da operação para o desenvolvimento de atividades de I&I, nomeadamente as que possam ocorrer no quadro do SRDITI;
- ✓ A contribuição da operação para densificação e diversificação da base económica regional;
- ✓ a contribuição da operação para criação de emprego na Região e em particular de emprego qualificado e altamente qualificado;
- ✓ A contribuição da operação para o aumento da eficiência energética e a redução das emissões de CO₂;
- ✓ A contribuição para o equilíbrio territorial da atividade económica, através de uma distribuição mais harmoniosa do tecido empresarial no território;
- ✓ Operações que contribuam para o maior número de Prioridades de Investimento escolhidas pela RAM e as que contribuam para a valorização económica do património natural e cultural da RAM.

Para além da relevância a atribuir aos incentivos à Inovação, ao Crescimento e à internacionalização, a **promoção do espírito empreendedor** deve ser adequadamente estimulada.

A experiência regional em matéria de incubação de empresas tem-se revelado insatisfatória quer na relativa escassez de iniciativas, quer na sustentabilidade das experiências apoiadas. A possibilidade de dinamizar um programa coerente de apoio ao empreendedorismo na Região pressupõe uma identificação seletiva de centros de recursos (seleção, aconselhamento, *mentoring*, apoio técnico e tecnológico, metodologias de formação, plataformas digitais, ...) que poderiam constituir o nexo de racionalidade e competência para apoiar a montante viveiros de empresas (Prioridade de investimento 3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas)⁶, ou seja, os potenciais “alfobres” de futuros empreendedores.

A estruturação de uma Incubadora de empresas de base tecnológica, deveria combinar um papel de apoio a empreendedores com maior experiência, com projetos e redes sólidas, oriundos do meio académico ou empresarial. Nesta última vertente, uma estreita ligação com madeirenses espalhados pelo mundo, deveria beneficiar de prioridade tanto em termos de escoamento, como de financiamento ou de relocalização de negócios que enfrentam a incerteza nos espaços onde atualmente se situam (Venezuela, África do Sul, ...).

A reorientação de investimentos realizados (Laboratórios, Centros de Transferência de Tecnologia, Centro de Vigilância Tecnológica e Inteligência Competitiva, ...), com o objetivo de se adaptarem às novas prioridades estratégicas às suas Infraestruturas especializadas vocacionadas para dar resposta e apoio a projetos inovadores e a novas empresas, deverá ser incentivada.

Objetivo estratégico: Crescimento

Tipologia de operações:

- ✓ Aumento da eficiência na operação das empresas regionais através da introdução de fatores materiais e imateriais de competitividade;
- ✓ Ações que visem o aumento das vendas no mercado local através de inovações de processo, produto ou organização da gestão;
- ✓ Investimentos que visem a sustentação do emprego nas empresas regionais;
- ✓ Investimentos que visem o aumento da qualificação do emprego nas empresas da Região;
- ✓ Apoiar projetos que visem a relocalização das empresas da Região para Parques Empresariais;
- ✓ Apoio a investimentos em cooperação de empresas residentes ou de empresas residentes com empresas não residentes através da combinação das respetivas capacidades produtivas para, aumentar a sua competitividade pelo aumento da massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou explorar economias de escala.

(continua)

⁶ Na PI 8.3. Emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, também se pressupõe a apoiar o empreendedorismo como parte integrante das políticas ativas de emprego.

Objetivo estratégico: Crescimento

CrITÉRIOS fundamentais de seleção:

- ✓ A contribuição da empresa e da operação para o desenvolvimento de atividades de I&I, nomeadamente as que possam ocorrer no quadro do SRDITI;
- ✓ A contribuição da operação para densificação e diversificação da base económica regional;
- ✓ A contribuição da operação para criação de emprego na Região e em particular de emprego qualificado e altamente qualificado;
- ✓ A contribuição da operação para o aumento da eficiência energética e a redução das emissões de CO₂;
- ✓ A contribuição para o equilíbrio territorial da atividade económica, através de uma distribuição mais harmoniosa do tecido empresarial no território;
- ✓ Operações que contribuam para o maior número de Prioridades de Investimento escolhidas pela RAM e as que contribuam para a valorização económica do património natural e cultural da RAM.

A Prioridade de Investimento 3.4. (Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação), está orientada para criar incentivos relevantes à sustentabilidade do tecido empresarial através da modernização das empresas, atuando de forma conjugada com os incentivos à internacionalização e à promoção da I&I, sobretudo, apostando em instrumentos financeiros como alavancas económicas que permitem reduzir os custos da reestruturação e mecanismos de redução de incerteza.

No entanto, a relevância das matérias referentes ao objetivo de reforço da competitividade das PME sugere a necessidade de uma adequada coordenação da concentração de recursos podendo justificar-se que os apoios ao crescimento, à inovação à internacionalização venham a ser objeto de integração.

Com efeito, as características do tecido de PME regionais aconselha a centrar os apoios dos Sistemas de Incentivos na inovação dos modelos de negócio quer nos investimentos corpóreos (nova maquinaria, equipamentos ou software, ...), quer na incorporação de I&D empresarial desenvolvida internamente ou adquirida no exterior, consultoria técnica, etc.

Em termos operacionais, existem duas alternativas para a apreciação dos projetos que se candidatam a incentivos com estes objetivos:

- (i) conduzir a análise técnica das candidaturas conferindo prioridade à integração das vertentes inovação e internacionalização na conceção dos projetos e respetivas componentes de investimento; ou
- (ii) estabelecer majorações para a segunda dimensão dos projetos, ou seja, majorar inovação se existir uma estratégia clara de internacionalização e majorar a internacionalização se o projeto abordar o mercado com inovação no modelo de negócio (a nível tecnológico e organizacional).

Objetivo estratégico: Internacionalização

Tipologia de operações:

- ✓ Aumento da penetração das empresas turísticas da Madeira em mercados-alvo determinados, incluindo estudos de mercado, investimento produtivo que se destine a cobrir requisitos específicos determinados e validados dos segmentos-alvo a atingir e processos de reestruturação empresarial no domínio dos fatores dinâmicos de competitividade consistentes com os objetivos da operação;
- ✓ Entrada das empresas turísticas da Região em novos mercados, incluindo estudos de mercado, investimento produtivo que se destine a cobrir requisitos específicos determinados e validados dos segmentos-alvo a atingir e processos de reestruturação empresarial no domínio dos fatores dinâmicos de competitividade consistentes com os objetivos da operação;
- ✓ Ações que visem o aumento da incorporação de produção local de bens e serviços nos consumos intermédios do Cluster do Turismo, incluindo a produção de bens e serviços especialmente destinados aos turistas, no sentido de aumentar o valor acrescentado retido pela economia da Região através da exportação de serviços turísticos, visando a substituição de importações e o aumento da qualidade e diferenciação dos produtos turísticos da região;
- ✓ Investimentos que visem o aumento das exportações regionais de bens e serviços de qualquer natureza elegível, em particular aquelas que se destinem a mercados não tradicionais da Região e que tenham maiores efeitos na densificação do tecido empresarial económico regional e cujo contributo para a balança comercial da região seja positivo;
- ✓ Investimentos das empresas na sua promoção externa, em particular, nos mercados regionais a que a Região tem acesso pela sua posição geográfica e mercados extracomunitários;
- ✓ Investimentos que visem a preparação das empresas exportadoras para aumentarem a incorporação de produtos produzidos localmente nos seus consumos intermédios, designadamente através do apoio à sua capacidade logística e de conservação e o desenvolvimento de novas soluções organizativas que favoreçam este objetivo;

Tipologia de operações:

- ✓ Apoio a investimentos em cooperação de empresas residentes ou de empresas residentes com empresas não residentes com o objetivo de promover o aumento das exportações através da combinação das respetivas capacidades produtivas para, aumentando a massa crítica e/ou poder negocial no mercado e/ou explorar economias de escala;
- ✓ Investimentos que visem o apoio à internacionalização ativa das empresas através do estabelecimento de subsidiárias no exterior (dentro dos limites e elegibilidades previstos na regulamentação comunitária), evidenciado e verificado o aumento do produto e do emprego regional, sendo em particular de interesse os investimentos em que a internacionalização e o investimento externo das empresas regionais tenha uma contribuição positiva para o reforço da sustentabilidade e competitividade das empresas regionais e o aumento da qualificação do emprego local;
- ✓ Ações de promoção da Região nos domínios da promoção do Destino Madeira e da Região enquanto produtora de bens e serviços de qualidade (setores tradicionais e novos setores de atividade), designadamente em atividades de I&I resultantes da consolidação do SRDITI e da cooperação entre empresas e entidades de IDT. Estas podem ser promovidas por entidades públicas, entidades público-privadas ou enquanto ações coletivas do setor empresarial, desde que os seus objetivos estejam alinhados com os objetivos estratégicos setoriais quando existam planos setoriais relevantes e com o PAR Madeira@2020;
- ✓ Operações que contribuam para o maior número de Prioridades de Investimento escolhidas pela RAM e as que contribuam para a valorização económica do património natural e cultural da RAM.

Crítérios fundamentais de seleção:

- ✓ A contribuição da empresa e da operação para o desenvolvimento de atividades de I&I, designadamente as que possam ocorrer no quadro do SRDITI;
- ✓ A contribuição da operação para densificação e diversificação da base económica regional;
- ✓ A contribuição da operação para criação de emprego na Região e em particular de emprego qualificado e altamente qualificado;
- ✓ A contribuição da operação para o aumento da eficiência energética e a redução das emissões de CO₂;
- ✓ A contribuição para o equilíbrio territorial da atividade económica, através de uma distribuição mais harmoniosa do tecido empresarial no território;
- ✓ Operações que contribuam para o maior número de Prioridades de Investimento escolhidas pela RAM e as que contribuam para a valorização económica do património natural e cultural da RAM.

E3. Outros Instrumentos de apoio financeiro

As dinâmicas empresariais regionais deverão continuar a beneficiar, no horizonte 2020, de instrumentos complementares de apoio ao funcionamento da atividade empresarial (em sede acesso a Linhas de Crédito e Compensação por Sobrecustos associados à ultraperifricidade) e ao financiamento do investimento em particulares condições de risco empresarial (Instrumentos de Engenharia Financeira associados ao risco).

3.1. Engenharia Financeira

(a) Relevância dos mecanismos de Engenharia Financeira

No quadro das políticas públicas de apoio à competitividade das empresas, as medidas de Engenharia financeira visam suprir ou, pelo menos, mitigar as necessidades de financiamento das empresas. Introduzida desde o início desde a década de noventa, a Engenharia Financeira assumiu mais recentemente uma relevância crescente no quadro das políticas financiadas pelos fundos estruturais, quer quanto à natureza das medidas (com a introdução de novos instrumentos de financiamento) quer quanto ao tipo de investimentos (da aplicação inicial restrita ao financiamento das empresas, foi-se estendendo ao financiamento de grandes infraestruturas - PPP e o mecanismo europeu dos *Project Bonds* - e ao domínio das políticas prosseguidas no quadro do FSE (microcrédito, e mais recentemente, o *crowdfunding*⁷).

Desde o início da crise das dívidas soberanas na Europa, o problema do financiamento das PME agravou-se substancialmente. De facto, as políticas de *deleverage* das economias europeias implementadas como medida de ajustamento às crises financeiras têm tido como consequência uma situação de escassez crescente de meios de financiamento nas economias, *credit crunch* que atinge com particular severidade os países sujeitos a programas de ajustamento. Ainda que a diminuição do crédito tenha afetado a totalidade dos agentes económicos – Estado, Famílias e Empresas – tem sido as PME o agregado que mais tem sentido a escassez de liquidez das economias. A acrescer ao problema das dificuldades de acesso está o aumento do diferencial de taxas de juro para as PME portuguesas, fruto do contágio das *yields* das *bonds* soberanas dos países com Programas de Ajustamento. Neste momento as PME portuguesas pagam um *spread* superior a 4 pontos percentuais quando comparado com as empresas alemãs ou francesas.

⁷ *Crowdfunding* é um mecanismo de financiamento coletivo que opera através de plataformas que angariam pequenos montantes para financiar projetos. Começou inicialmente nas áreas de criação artística e de projetos na área social (onde as “recompensas” aos financiadores são simbólicas ou de reconhecimento social); mais recentemente o crowdfunding vem sendo utilizado para angariar financiamento para pequenos projetos inovadores e investidores diversos que são recompensados com partes do capital ou com o reembolso de capital e juros.

As políticas públicas, designadamente a regulamentação dos fundos estruturais da UE, vem reconhecendo, por outro lado, vantagens na utilização de medidas de Engenharia Financeira por três razões fundamentais:

- (i) As medidas de Engenharia Financeira, produzem um efeito alavanca muito mais poderoso do investimento, com uma relação muito mais favorável do rácio despesa pública/investimento empresarial total. De facto, enquanto nos tradicionais incentivos reembolsáveis ou a fundo perdido a relação é igual á taxa de incentivo, em alguns mecanismos de Engenharia Financeira, como é o caso das linhas de crédito com a intervenção pública centrada no mecanismo da garantia e na bonificação da taxa de juro, a relação revela-se muito mais favorável;
- (ii) Os fundos de Engenharia Financeira, descontados os “defaults” nos financiamentos diretos ou garantidos ou os insucessos (menos valias) na aplicação de capital de risco, são reembolsáveis o que pode fazer com sejam reutilizados ou "preservados" para necessidades futuras; esta possibilidade de revolving do orçamento inicial ganha naturalmente relevo acrescido em regiões com menores dotações orçamentais em fundos estruturais.
- (iii) Os mecanismos de Engenharia Financeira apresentam uma intensidade de auxílio de Estado menor do que aos incentivos diretos e tem a vantagem de melhorar o funcionamento dos mercados financeiros, em lugar de subsidiar diretamente as empresas criando a ilusão de que os apoios públicos podem substituir-se aos bancos no financiamento da economia.

A oportunidade, em consequência da emergência da crise financeira e do crédito para as empresas aliada às vantagens para a aplicação dos fundos estruturais, explicam a prioridade que a Comissão Europeia quer atribuir à utilização dos mecanismos de Engenharia Financeira, sobretudo nas políticas de apoio às PME.

(b) Modelos de utilização e articulação com Sistemas de Incentivos

Tratando-se de instrumentos de natureza diversa, a utilização de Sistemas de Incentivos e dos mecanismos de Engenharia Financeira deverá ser articulada de modo a evitar um processo de “concorrência” entre eles ou uma intensidade excessiva de financiamento que poderá pôr em causa a racionalidade das intervenções. Em matéria de articulação é possível identificar dois tipos básicos:

Opção 1: para cada tipologia de investimento opta-se apenas por um dos instrumentos – ou Sistemas de Incentivos ou Engenharia Financeira, dependendo a opção da natureza e da prioridade da tipologia de investimento que se pretende apoiar;

Opção 2: um mesmo projeto de investimento pode beneficiar de Sistemas de Incentivos e de instrumentos de Engenharia Financeira como uma intervenção complementar (exs: projetos de

empreendedorismo – atribuição de um incentivo e intervenção de capital de risco para start-up; financiamento da contrapartida privada em projetos apoiados por Sistemas de Incentivos); nesta opção de cumulação dos dois tipos de projetos existem ainda duas hipóteses: (i) a cumulação refere-se ao projeto no seu conjunto, mas cada componente incide sobre despesas elegíveis diferentes; (ii) ou os dois instrumentos podem incidir sobre as mesmas despesas elegíveis, casos em que se deverá assegurar que as regras de auxílios de Estado e de financiamento dos fundos estruturais são respeitadas.

A adoção de instrumentos de Engenharia Financeira, as diversas tipologias de investimento, deve procurar formas de articulação com os Sistemas de Incentivos. Dada a sua grande adaptabilidade, os mecanismos de Engenharia Financeira são suscetíveis de utilização em todas as prioridades de investimento apoiáveis, desde as prioridades de maior valia estratégica (inovação e internacionalização) até outras de espectro mais alargado com o apoio ao investimento menos diferenciador.

Na Tabela seguinte é apresentada uma matriz que resume as recomendações em matéria de utilização dos mecanismos de Engenharia Financeira.

Matriz de Recomendações sobre o Uso da Engenharia Financeira

Tipo de Investimentos		Sistemas de Incentivos	Engenharia financeira		
			Capital	“Quase capital”	Dívida
Inovação	I&DT	SI (subsídio não reembolsável)	Seed Capital		
	Criação de empresas	SI (misto de não reembolsável com reembolsável)	FCR Start-up Business Angels		Linhas de crédito especiais
	Inovação de produtos ou processos	SI (subsídio reembolsável)	FCR de inovação Business Angels	Linhas de financiamento especiais	Linhas de crédito (parte não financiada pelos SI)
Internacionalização	Promoção e Cooperação	SI (subsídio reembolsável nas despesas elegíveis)	FCR de inovação e Internacionalização	equivalentes a capital	
Crescimento e Modernização (sem inovação relevante)	Fatores dinâmicos (materiais e imateriais)	Sem SI			Linhas de financiamento (normais)

O perfil de recomendações apresentadas decorrem da adoção de três princípios:

- ✓ A baixa capitalização das empresas regionais, à semelhança do que sucede no País, aconselha um uso muito mais intensivo de mecanismos de reforço de capital, apostando na intervenção dos fundos de capital de risco nas suas diversas tipologias (“seed capital”, “start-up”, inovação e internacionalização) e na atividade de “business angels”. Justifica-se que seja estudada a

viabilidade do lançamento de novos instrumentos direcionados para as micro iniciativas inovadoras, como o “crowdfunding”, bem como de linhas de financiamento com características especiais (amortização “bullet”, no final de um período de empréstimo com maturação alongada; remuneração mista de juros e de participação em resultados; ...);

- ✓ A inovação, enquanto a prioridade mais relevante, deverá ser apoiada com um leque diversificado de instrumentos quer no âmbito da Engenharia Financeira (capital de risco, *business angels* para iniciativas de menor dimensão, linhas de financiamento especiais, etc.), quer através dos Sistemas de Incentivos (não reembolsáveis para os projetos de I&D e reembolsáveis para os de inovação produtiva);
- ✓ As componentes menos prioritárias (modernização sem inovação relevante e financiamento sem investimento relevante) não deverão ter acesso aos Sistemas de Incentivos, sendo apoiados através de Linhas de Crédito com bonificações e garantias mais limitadas.

(c) Recomendações para a eficácia no uso da Engenharia financeira

A adoção de instrumentos de Engenharia Financeira tem de ter em consideração um conjunto de preocupações que, a não serem adequadamente atendidas, poderão levar à ineficácia da aplicação deste tipo de instrumentos traduzida na falta de utilização efetiva dos orçamentos alocados ou no desvio de objetivos estratégicos prosseguidos no âmbito dos programas. De entre essas preocupações, salienta-se as seguintes:

- ✓ Após anos de aplicação de Sistemas de Incentivos de apoio direto e em situação em que se coloque a opção entre estes e os mecanismos de Engenharia Financeira, as empresas optam claramente pelos primeiros. No caso dos mecanismos de capital, acresce ainda a dificuldade na aceitação da partilha do capital com entidades externas, criando barreiras culturais que têm explicado a reduzida participação dos fundos de capital de risco em programas públicos de apoio às empresas. Assim sendo, a oferta de instrumentos de Engenharia Financeira, sobretudo os relativos ao capital, deverá ser precedida ou acompanhada de medidas direcionadas de mobilização/originação da procura que deve envolver não só os intermediários financeiros, mas também a Autoridade de Gestão e os organismos intermédios envolvidos.
- ✓ O domínio da inovação financeira é um mundo complexo e em mudança contínua que requer competências específicas que não estão, regra geral, internalizadas nas entidades públicas que intervêm na gestão dos programas; torna-se assim absolutamente necessário que na conceção e regulamentação das medidas de Engenharia Financeira e, sobretudo, na negociação de condições com os intermediários financeiros (bancos e sociedades gestoras de fundos), a gestão do

programa esteja dotada de capacidades próprias que reduzam a assimetria de informação e conhecimento, complementadas, sempre que necessário, com *expertise* externa independente.

- ✓ A dimensão mínima dos fundos ou iniciativas de Engenharia Financeira é crítica para a viabilidade do seu funcionamento eficaz, designadamente, face à natureza das equipas técnicas de avaliação e acompanhamento de projetos e das campanhas de dinamização necessárias; esta constatação implica restrições na utilização de Engenharia Financeira em programas/regiões com menos recursos financeiros que deverão ser ultrapassadas, no caso do capital de risco, com a utilização preferencial de fundos com abrangência nacional através de “gavetas” específicas com uma política de investimentos sustentada nos objetivos da RAM.
- ✓ O modelo de remuneração das sociedades gestoras dos FCR terá de ser cuidadosamente definido de modo a evitar o efeito perverso de taxa de remuneração incidir sobre o capital do Fundo, constituindo assim um incentivo para a não aplicação dos fundos (o investimento faria reduzir a comissão recebida e ainda pro cima gera maiores custos de acompanhamento das participações.
- ✓ Na contratualização com os intermediários financeiros (bancos, sociedades de capital de risco, etc.) importa assegurar que os fundos públicos sejam canalizados para a competitividade empresarial tendo em atenção questões como: (i) evitar a transferência para os fundos públicos da carteira de empresas com pior *rating*; (ii) evitar um aumento dos *spreads* que anule os efeitos da bonificação pública nas empresas; (iii) assegurar níveis mínimos de seletividade em financiamento com altas coberturas das garantias públicas.
- ✓ Assegurar um modelo de remuneração pela gestão de fundos de capital de risco que favoreça a aplicação dos fundos, evitando que a comissão de gestão seja exclusivamente calculada em função do capital do fundo, introduzindo uma componente majorada em função do capital investido.
- ✓ Procurar minimizar as incertezas quanto à elegibilidade dos instrumentos de Engenharia Financeira nos fundos estruturais e assegurar a sua compatibilidade com as regras de auxílios de Estado, durante a fase de negociação do PO, recorrendo sempre que necessário, a pareceres específicos da DG Regio e da DG Concorrência.
- ✓ Prestar atenção às regras de validação da despesa elegível no âmbito do FEDER, evitando transferir automaticamente o modelo aplicado aos Sistemas de Incentivos de comprovação analítica das despesas do investimento apoiado, que dificilmente será bem protagonizado pelos intermediários financeiros.

3.2. Compensação de Sobrecustos

A abordagem do reforço da Coesão económica, social e territorial da União Europeia tem uma relevante componente orientada para reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, designadamente as zonas rurais, as zonas afetadas pela transição industrial e as regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes.

A RAM acrescenta à insularidade a condição de ultraperifericidade, sucintamente caracterizada por:

- localização insular distanciada das regiões centrais, com exiguidade do mercado regional;
- distância económica acentuada face às principais regiões de valorização de mercado das suas produções e serviços;
- défice de meios de transporte e de comunicação, geradores de custos acrescidos de operação;
- dependência do Continente nas ligações à União Europeia e ao resto do Mundo.

As limitações estruturais resultantes da condição ultraperiférica do Arquipélago, ao agravarem os custos de deslocação, condicionam a atratividade e acessibilidade do Destino Madeira, com implicações na criação de valor das atividades de especialização regional, designadamente do complexo de atividades do Turismo/Lazer e do setor agrícola condicionado, também, pelos fatores relacionados com a própria geografia de relevo acidentado que caracteriza o Arquipélago e com reduzida dimensão do mercado, sobrecustos de transporte e dificuldades de acesso aos mercados externos.

A localização geográfica das ilhas da Madeira e do Porto Santo não lhes permite aceder às redes transeuropeias de energia, com implicações objetivas que se traduzem em sobrecustos de operação e na necessidade de duplicar investimentos, nomeadamente, em capacidade de produção e armazenamento de energia. Para além destes constrangimentos específicos, são de assinalar outros problemas comuns que também justificam respostas por parte da política pública, como seja o elevado peso das importações de combustíveis na balança comercial, os efeitos dos preços da energia na competitividade das empresas e da economia regional.

As condicionantes ultraperiféricas do Arquipélago, obrigam a um esforço de investimento em infraestruturas portuárias desproporcional para a economia regional e sem paralelo, em termos relativos, com os investimentos que são necessários realizar pelos diversos Estados-Membros e outras Regiões no âmbito das suas políticas de transporte.

No enquadramento dos mecanismos de Política de Coesão para as RUP afigura-se, assim, indispensável a manutenção de mecanismos redistributivos, numa lógica da compensação dos custos de ultraperifericidade.

A condição ultraperiférica da RAM permite-lhe beneficiar de uma dotação financeira adicional, ao abrigo do artº 349 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e conforme consta no Projeto de Regulamento (CE) N.º 246/2013, artigo nº 84, alínea e) do Ponto 1. O cálculo da dotação de sobrecustos deverá ter por base a média do número de habitantes dos anos de 2007 a 2009.

As intervenções a título de Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade têm em vista assegurar o cumprimento das referidas disposições regulamentares e integram a compensação dos custos adicionais relacionados com as desvantagens/ efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais. Assim, são assumidas intervenções relativas a:

- Transporte marítimo e aéreo de matérias-primas ou produtos intermédios;
- Telecomunicações e Energia – custo adicional respeitante ao custo adicional para os agentes económicos regionais diretamente decorrente da distância, da insularidade, da dimensão do mercado e da topografia;
- Processo Produtivo, Comercialização, Venda e Distribuição – correspondente ao custo adicional para os agentes económicos regionais;
- Sobrecustos transversais indiretos, nomeadamente os decorrentes dos custos adicionais derivados da situação de ultraperifericidade resultantes da necessidade de recurso a pessoal técnico qualificado, bem como no domínio de I&D e Inovação os custos adicionais de acesso às bases de conhecimento e da vigilância tecnológica.

A aplicação de tais princípios conduz ao seguinte modelo de utilização dos recursos em benefício direto das empresas no quadro do PO:

- O financiamento complementar acima referido terá as seguintes características:
 - Carácter plurianual, ou seja, será concretizado ao longo de vários anos;
 - Incidirá sobre o volume de negócios da empresa no ano da aprovação do projeto e nos anos posteriores, até ao limite temporal de 2022;
 - Corresponderá no máximo a 10% do volume de negócios da empresa, em cada ano;
 - Corresponderá ao mais baixo valor dos seguintes limites: (i) 10% das receitas anuais de vendas obtidas pelo beneficiário; ou (ii) 10% do volume de negócios anual líquido do beneficiário;
 - No caso do financiamento complementar ficará limitado a um valor absoluto definido à partida, aquando da atribuição do incentivo ao investimento, o qual será função das despesas de investimento corpóreo e incorpóreo que são considerados elegíveis;

- O cálculo do valor máximo absoluto a atribuir a cada projeto será, igualmente, função da ventilação das despesas elegíveis do projeto entre corpóreas e incorpóreas, sendo o projeto tanto mais apoiado quanto maior percentagem de investimento imaterial apresentar.

Para além de responder aos princípios enunciados acima, este modelo de utilização dos recursos evidencia as seguintes características, defendidas pela Comissão Europeia:

- Critérios muito claros e transparentes na afetação das verbas às empresas, evitando qualquer sobreposição ou duplicação de financiamento;
- Distinção inequívoca entre despesas elegíveis a financiar pelas duas dotações.

O financiamento dos custos adicionais no âmbito desta Intervenção deve ser estabelecido e executado no respeito pela disciplina comunitária em matéria de concorrência.

Os apoios ao funcionamento (que constituem a base da compensação de sobrecustos de natureza permanente) deverão privilegiar uma ligação a investimentos de expansão, modernização ou inovação das empresas, contribuindo para criar um círculo virtuoso em termos económicos.

E4. Condições de Suporte

Esta Secção sistematiza um conjunto de vertentes de intervenção que se afiguram relevantes para a concretização da estratégia de desenvolvimento económico-empresarial e que são relativamente exteriores aos instrumentos de natureza financeira. Trata-se, sobretudo, de domínios em que a intervenção de outros agentes (que não os do interface Inovação ou dos Sistemas de Incentivos e instrumentos financeiros) pode produzir contributos indispensáveis para melhorar o desempenho das empresas existentes e para atrair novos investimentos:

- *Atração de investimento externo* (CINM e diplomacia económica; Qualificação e promoção do Acolhimento empresarial);
- *Formação de competências*, em ajustamento dinâmico às necessidades do desenvolvimento económico e da capacidade competitiva das empresas; e
- *Associativismo empresarial*.

4.1. Atração de Investimento estrangeiro

(a) Centro Internacional de Negócios da Madeira

A RAM tem beneficiado desde há mais de duas décadas de um regime fiscal favorável para as atividades empresariais desenvolvidas na Zona Franca ou Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), nomeadamente permitindo benefícios fiscais em sede de IRC que melhoram sensivelmente as condições de competitividade da Região.

O cancelamento deste regime em Maio de 2010, por iniciativa do Governo da República, tornou evidente (pela negativa) a particular relevância deste instrumento fiscal para a Região:

- quebra de confiança dos empresários e operadores económicos em geral, com deslocalização massiva de atividades do CINM para outras jurisdições europeias;
- redução estimada da coleta em IRC, à taxa de 5% vigente no regime do CIMN, superior a 150 milhões de euros (2013 e anos seguintes), montante mais de uma vez e meia superior à totalidade da receita fiscal adicional prevista do PAEF (150,9 contra 89,9 MEuros) e à média anual da totalidade dos fundos estruturais atribuídos à Madeira (150,9 contra 97,9 MEuros) - cf. dados da Circular da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira de 9 de Outubro de 2013.

A aprovação pela Comissão Europeia em 2 de Julho de 2013 do Auxílio Estatal referente à alteração do regime da Zona Franca da Madeira, no sentido pretendido e notificado por Portugal, aumenta em 36,7% os limites máximos aos respetivos benefícios fiscais em sede de IRC (plafonds), um limiar que reforça sensivelmente as condições competitivas não só das empresas instaladas e em operação, mas também os argumentos para atrair novas empresas à Região.

Desse ponto de vista, esta correção do regime do CINM traduz o reconhecimento do papel do Centro e contribui para que o mesmo prolongue o seu papel de instrumento de dinamização do crescimento e sustentabilidade económica da Região pela via do argumento fiscal, importante nas decisões de localização e investimento das empresas.

Nesta perspetiva, importa explorar em profundidade as potencialidades que o Centro Internacional de Negócios possa oferecer na atração de atividades de matriz de diversificação da base económica regional num objeto de concretização gradual e persistente.

(b) Internacionalização e Diplomacia económica

A capacidade da RAM para conseguir promover as ligações adequadas aos agentes que possam determinar a localização na Região de empresas seminais que possam configurar a consolidação ou emergência de setores de suporte à diversificação da base económica, constitui uma variável crucial para o desenvolvimento económico regional.

Este processo é cada vez mais um processo empresa a empresa ou Estado a empresa, reconfigurando o paradigma tradicional da diplomacia económica clássica (Estado a Estado). Trata-se de um processo crítico do desenvolvimento económico para o qual as instituições do Governo Regional, mas também as empresas madeirenses com poder de dominação de mercado, se têm de preparar e no qual devem focalizar as suas estratégias negociais de atração e adaptação.

Neste entendimento, importa desenvolver uma abordagem de *diplomacia económica regional*, que organize, de forma coerente e racional um conjunto de iniciativas, parte das quais objeto de proposta no âmbito de Estudo para o IDE⁸ e aqui adaptadas/ atualizadas.

✓ *Atuação pública global para a Internacionalização*

- Participação ativa das estruturas públicas da Região na promoção, dinamização e concretização dos processos de internacionalização (*outward* e *inward*) do património de conhecimento e de recursos da RAM;
- Estabelecimento de contactos e diligências do Governo Regional com possíveis investidores estrangeiros, tendo como finalidade reunir capitais externos para investir na Região, não só em atividades já existentes, mas sobretudo, no lançamento de novas atividades de alto valor acrescentado e grande potencial de crescimento a nível global, assim contribuindo, de forma mais efetiva, para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Regional de Inovação/ Desenvolvimento competitivo;
- Requalificação das organizações regionais orientada para a redução de custos de contexto, a simplificação administrativa e do acesso e mobilização de instrumentos de financiamento; esta requalificação deverá contribuir para ganhos de eficiência e produtividade com reflexos na capacidade competitiva de muitas atividades e da Região, como um todo;
- Facilitação dos processos de internacionalização por parte da Administração Pública Regional mediante a agilização das formalidades burocráticas que envolvem as empresas e a sua atividade, autónoma ou quando integradas em redes de cooperação para a internacionalização;
- Promoção da Cooperação intra-regional orientada para uma gestão mais integrada do desenvolvimento regional, através de Parcerias e Redes, contribuindo para a mudança da cultura relacional dominante na Região;
- Desenvolvimento da Marca Madeira (com sequente divulgação e gestão no mercado), capitalizando a perceção geral existente sobre a mesma na perspetiva turística e alargando a sua abrangência, de forma sustentada e estruturada, a outras áreas de atividade económica;
- Apoio a desenvolvimento de projetos-piloto de internacionalização e ações voluntaristas que visem a internacionalização das empresas regionais (estudos de mercado, estudos e ações com a finalidade de desenvolvimento de oportunidades de negócio);
- Redefinição do papel da Administração Pública Regional enquanto facilitadora dos processos de internacionalização e dinamizadora da envolvente empresarial, através do estímulo à criação de

⁸ *Factores Críticos de Sucesso na Internacionalização da Economia da Região Autónoma da Madeira*, Brainy Partner Madeira - Serviços integrados de Consultoria e Projeto, 2008.

uma rede global de facilitadores e mobilizadores de iniciativas e projetos. Neste enquadramento, deverá ser avaliada a viabilidade técnico-económica e financeira da criação de um Fundo de Apoio para a Internacionalização que deve assegurar a coordenação das intervenções do Governo Regional nesta matéria e proporcione um enquadramento favorável ao financiamento das iniciativas e a mobilização de recursos privados, na perspetiva de parceria e partilha de riscos público-privada.

✓ *Atuações de Diplomacia económica*

- Adoção e implementação de um programa estruturado de diplomacia económica que estimule o potencial de investimento da diáspora madeirense, que evidencie as vantagens competitivas da Região e que promova uma atuação ativa nas vertentes de captação de investimento direto e do desenvolvimento das empresas da Região através de operações baseadas em transações e de ações de investimento direto;
- Organização de ações externas de diplomacia económica afirmando as vantagens competitivas da Região, nos diferentes domínios de atuação (inovação, competitividade económica, desenvolvimento sustentável, ...).

4.2. Qualificação e Promoção do Acolhimento Empresarial

Na vertente da Qualificação, importa proceder a um levantamento sistemático das necessidades de melhoria das infraestruturas existentes (acessibilidades e ordenamento interno dos Parques) e avaliar as condições para estruturar uma componente de serviços comuns a prestar às empresas que passaria a integrar o *layout* dos Parques.

A promoção económica dos Parques Empresariais tem de assumir uma razoável componente voluntarista, no que se refere à tomada de iniciativa, numa lógica que favoreça negociações institucionais que permitam "jogar em antecipação" na disputa pelas localizações interessantes de novos investimentos produtivos que valorizem os recursos económicos existentes (recursos naturais, dotação de equipamentos públicos, ...).

Na vertente da Promoção, a natureza e a dimensão dos recursos existentes, em matéria de oferta de solo infraestruturado dos Parques Empresariais da Região deparam-se com uma forte competição que se estabelece entre espaços de localização alternativa, mas também a relativa incerteza que paira sobre operações mais pesadas de investimento.

A relação empresa/território e a própria decisão de investimento conhece, atualmente, uma forte presença de "filtros intermédios" que vale a pena ter em consideração na definição dos destinatários-alvo. Estão neste caso, as Associações Empresariais, as Câmaras de Comércio e Indústria Luso-estrangeiras, os departamentos setoriais de apoio à atividade económica mais próximos da relação de

exercício da atividade económica com destaque para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), entidades de consultoria que desempenham uma função de intermediação de interesses entre as empresas que aconselham e os espaços concorrentes de implantação possível de investimentos em busca da melhor localização.

Para fazer chegar a mensagem ao mercado de implantação, afigura-se necessário programar recursos, definir níveis de responsabilidade e protagonismo entre os diversos agentes públicos (IDE, Madeira Parques Empresariais, ...) e associativos (Associações Empresariais) a envolver na promoção e, finalmente, produzir os instrumentos que interferem nos processos decisórios.

Tipologia de ações de promoção, segundo a responsabilidade de iniciativa

Modalidades de intervenção	Iniciativa/responsabilidade
1. Apresentação dos Parques Empresariais da Região às Câmaras de Comércio Luso-estrangeiras, com sede em Portugal	Entidade gestora (Madeira Parques Empresariais - MPE) IDE-RAM: Preparação Dossier
2. Recurso a consultores de empresas com o objetivo de prospeção oportunidades de investimento	Entidade gestora (MPE) IDE-RAM: Acompanhamento
3. Sensibilização das estruturas da AICEP em diversos países, na ótica da exploração de oportunidades de negócios e de investimento	Entidade gestora (MPE) IDE-RAM: Estudo de mercados prioritários; acompanhamento
4. Negociação direta com agentes de iniciativa empresarial e entidades de tutela para captação de oportunidades de investimento interessantes	Entidade gestora (MPE) IDE-RAM: Preparação de dossiers com origem em estudos de mercado e consultorias
5. Participação em feiras internacionais divulgando recursos e potencialidades da Região e da sua rede de Parques Empresariais e captando investidores em fase de procura de localização	Entidade gestora (MPE) Câmaras Municipais e Associações Empresariais IDE-RAM: Preparação de "stand" e instrumentos de divulgação
6. Embaixadas regulares junto das cidades geminadas e com acordos de cooperação, numa ótica de reciprocidade económica em matéria de troca de produtos e de negociação de instrumentos	Entidade gestora (MPE) Câmaras Municipais e Associações Empresariais IDE-RAM: Instrumentos de divulgação

4.3. Formação de Competências

As debilidades ainda existentes em matéria de qualificação dos recursos humanos, desenham um conjunto coerente de necessidades de formação, nomeadamente nas seguintes *componentes*:

- *Apoio ativo à Competitividade económica* compreendendo a formação de empresários e gestores (p.ex., formação em inovação e gestão) e de ativos empregados em atividades económicas regionais, da especialização e emergentes, conjugadas com a necessidade de reforçar a sua competitividade em contextos globais.
- Prestação de serviços a empresas e entidades institucionais, no âmbito da educação e formação profissional: formação de quadros médios e superiores, *formação* empresarial e *programas de formação* avançada e de estágios no exterior (em parceria com entidades de reconhecido mérito

internacional), formação em línguas estrangeiras, formação a distância, organização de processos formativos, *e-learning*, *taylor-made-training*, etc.).

A Formação dos atores em termos de cultura empreendedora (Madeira Empreende), mas também de conhecimento dos mercados e das diversas formas de presença na cena económica internacional da inovação, assim como dos novos desafios organizacionais e tecnológicos que as empresas enfrentam (em particular, em ambientes periféricos) e de quais as possibilidades de minimizar essas dificuldades - constituem intervenções que devem ser realizadas numa perspetiva de reposicionamento dos elementos com maior capacidade técnica, intelectual e de gestão.

O esforço de formação deverá ser orientado para a criação de produtos e serviços com teste inicial de mercado e depois de adaptado e com resultados animadores, criada a empresa. Este tipo de ação necessita de uma forma de financiamento específico, que só está parcialmente disponível no ambiente universitário ou em empresas já consolidadas no mercado.

A abertura deste processo a empreendedores que querem iniciar o seu projeto, poderá ser um elemento diferenciador importante e motivador de instalação na Região Autónoma da Madeira.

Acresce o peso importante das ofertas formativas da Universidade da Madeira, abrangendo o reforço da sua vocação na formação técnica pós-graduada e das ofertas das Escolas Profissionais da Região, em fase de consolidação educativa e institucional. Este crescimento tem margem de progressão pela crescente importância que as atividades formativas assumem, nomeadamente, no tecido empresarial e laboral, também na ótica da aprendizagem ao longo da vida.

Na componente da Coesão social existem, igualmente, importantes necessidades (e oportunidades), nomeadamente, na: dinamização de iniciativas capazes de potenciar políticas ativas do emprego, de modo a minorar a exclusão do mercado de trabalho de certos grupos - jovens, trabalhadores menos qualificados muitas vezes oriundos de empresas em dificuldades - e favorecendo a criação de “empregos de proximidade” que suportem serviços às populações em áreas carenciadas e a valorização social das atividades ligadas à “indústria do conhecimento”.

Ainda neste domínio das competências, importa considerar o apoio decidido ao recrutamento de competências humanas de fora da Região, necessárias ao reforço da gestão competitiva das empresas e cuja especialização ou qualificação não existam ou escasseiem na RAM (designadamente, através das estruturas ligadas ao Ensino Superior e à ARDITI).

4.4. Associativismo empresarial

As estruturas associativas empresariais têm, cada vez mais, um papel decisivo na construção de novas formas de atratividade dos territórios e regiões, a favor do desenvolvimento económico. Tal significa que

têm que adaptar-se e estruturar-se em função das novas realidades, cumprir novos papéis, investir em novas funções, em prol do desenvolvimento económico e do desenvolvimento empresarial dos seus associados.

Os vetores essenciais de atuação associativa de base empresarial da Madeira situam-se na definição de um quadro de referência para desenvolver a iniciativa do associativismo que contribua para fundamentar as respostas regionais a grandes desafios:

- ✓ **Sustentar a renovação dos processos de acumulação de capital a nível regional**, ultrapassando os limites de dualismo económico persistente e inserindo globalmente a economia regional na economia global.
- ✓ **Sustentar uma estratégia de aglomeração**, que impulse a economia regional para a condição de nó de uma rede global, ganhando capacidade para atrair investimentos, quadros técnicos, novas dinâmicas culturais, científicas e formativas.

A construção de um quadro de referência para a intervenção associativa, equilibrado, consistente e estrutural que transporte a economia regional até ao final da segunda década do século XXI, deverá ser efetuada numa lógica, simultaneamente, voluntarista e realista, que combine as preocupações imediatas e concretas dos associados, com projetos, iniciativas e as formas de dinamização da ação coletiva que prossigam objetivos de futuro, na relação empresarial com a Estratégia Europa 2020.

Com essa finalidade, as estruturas associativas empresariais devem apostar em novos serviços, dinâmicas e projetos que criem, eles próprios, a sua procura. Os respetivos planos de trabalho têm que possuir um objetivo concreto: contribuir para a construção de uma nova atratividade da Região, num contexto de grande mobilidade dos investimentos, dos fluxos financeiros e dos fluxos de visitantes.

- ✓ Os processos de modernização e articulação internacional das Associações Empresariais devem evoluir em torno de prioridades estratégicas concretas:
- ✓ *Fixação de competências que reforcem a capacidade competitiva regional*, abrangendo a formação empresarial, técnica e especializada, a difusão das NTIC e dos serviços avançados e o estímulo ao empreendedorismo.
- ✓ *Abertura do conjunto da economia regional à economia global*, apostando em formas de circulação do capital, que produzam, simultaneamente, a valorização dos produtos regionais e abram novas formas de acrescentar valor aos produtos e serviços centrais da especialização económica madeirense.

- ✓ *Cooperação entre agentes e instituições*, redefinindo os papéis das entidades públicas e privadas, incentivando as dinâmicas assentes no risco, na valorização do mercado e na dinâmica empreendedora privada.

O contributo do associativismo empresarial para a concretização destas prioridades no quadro mais vasto da abordagem aos desafios da competitividade e da globalização, pressupõe o fortalecimento da capacidade de projeto e de empreendimento de iniciativas por parte de Associações Empresariais e, também, por parte das Associações de Municípios e de Desenvolvimento Local e das Associações Profissionais. Esta capacitação é indispensável na ótica da promoção e gestão do desenvolvimento regional e aconselha a um investimento sólido na fixação de competências junto destas entidades, em domínios específicos (internacionalização, marketing, merchandising, qualidade da formação,...), que constituem áreas para suscitar abordagens de sensibilização para a modernização das empresas.

E5. Governação e Monitorização do Plano

5.1. Enquadramento institucional da dinamização económica e empresarial

No âmbito do *Estudo de Avaliação Impactos dos Sistemas de Incentivos adotados pela Região e cofinanciados pelos Fundos Comunitários*⁹ foram abordados os resultados da promoção e gestão do desenvolvimento empresarial, sendo de destacar como principais elementos de proposta os seguintes que, no essencial se mantêm atuais com os ajustamentos institucionais, entretanto, ocorridos:

- ✓ *Maior consciência e reflexão prospetiva* que antecipem o estrangulamento previsível do modelo de especialização turístico-imobiliário da economia regional e deem origem a novas opções que contribuam para uma efetiva mudança de ciclo.
- ✓ *Prioridades de intervenção seletivas a associar à mudança de ciclo - Triângulo competitividade empresarial/desenvolvimento sustentável/qualificação de recursos humanos:*
 - Projetos empresariais assentes em vantagens competitivas, que enriqueçam os elos regionais da cadeia de valor, com inovação/serviços de excelência e empregos qualificados;
 - Intervenções de desenvolvimento sustentável, que conciliem criativamente o crescimento do emprego e o equilíbrio ambiental;
 - Ações de qualificação dos recursos humanos, num contexto de fixação de competências regionais para a inovação e o desenvolvimento regional.

⁹ Estudo IESE/Quatenaire Portugal para IDE-RAM, 2007.

- ✓ *Enquadramento institucional do investimento empresarial. A Vocação e atividade do Instituto de Desenvolvimento Empresarial devem compreender:*

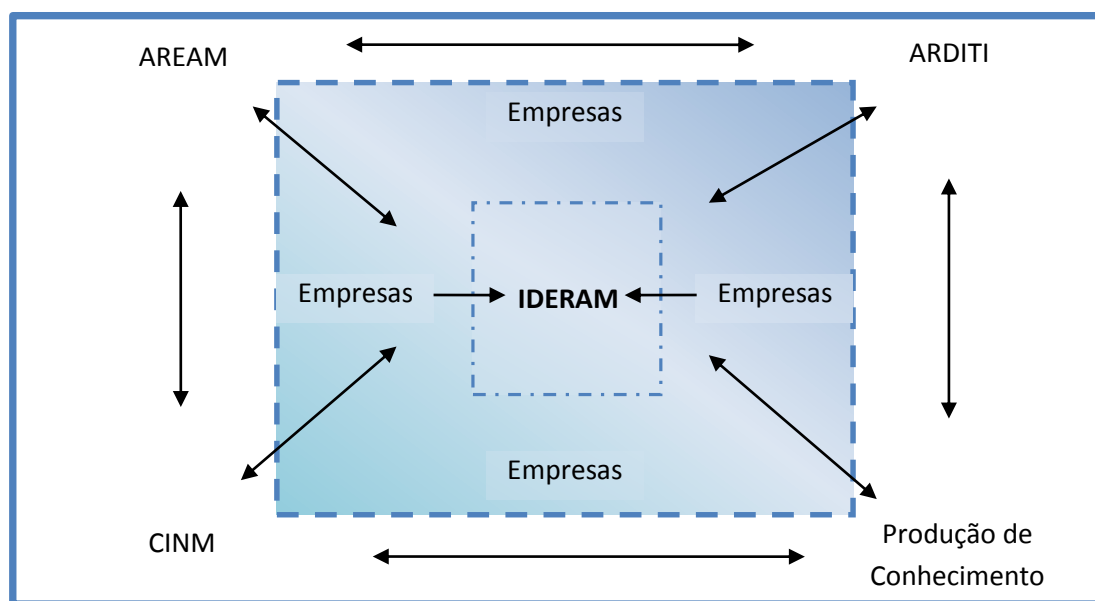
- Função reguladora que discipline, oriente, acompanhe e fiscalize a atividade económica e os resultados e impactos públicos da atuação dos agentes regionais, privados e associativos;
- Prática regular de parceria e contratualização orientada para a realização de iniciativas conjuntas, para a promoção de programas e instrumentos de apoio ao investimento, para a gestão, acompanhamento e serviços de apoio à atividade económica, em geral, e à atividade empresarial, em particular.

Estes vetores são determinantes para a dinamização da atividade económica e para a sustentação da iniciativa empresarial na Madeira, a par de formas renovadas de participação das Associações Empresariais, as quais devem assegurar (na relação direta com os associados) uma maior eficácia na absorção dos Sistemas de Incentivos.

- ✓ *Redefinição dos interfaces entre a regulação pública, o tecido empresarial e a inovação e modernização das atividades tradicionais, suscitando novas oportunidades económicas.*

- **Intervenções de matriz integrada nas empresas**, suscetíveis de definir um conjunto de necessidades em matéria de inovação tecnológica, organizacional e de mercado, e envolvendo uma componente de recrutamento de recursos humanos avançados e de investimentos em formação.
- Indução de procura de incentivos ancorada em processos de consultadoria-formação a PME e articulando as intervenções FEDER e FSE, visando abordagens integradas de estratégia empresarial suscetíveis de incrementar aquela procura.

- ✓ *Outra filosofia de organização dos recursos regionais em matéria de relacionamento com as empresas. A articulação entre as entidades de regulação e interface e as empresas potencialmente utilizadoras de Sistemas de Incentivos orientados para objetivos de inovação e competitividade, constitui um desafio fundamental para assegurar melhores condições de procura, bem como maior eficácia e eficiência na utilização de recursos.*



Esta abordagem tem em vista criar condições institucionais para que as prioridades de investimento na inovação permaneçam à margem das empresas e sejam organizadas precisamente em função do potencial de prestação de serviços de inovação ao tecido empresarial, o que pressupõe mobilização de conhecimento científico e tecnológico pertinente para o perfil de especialização produtiva atual e para a diversificação produtiva viável.

5.2. Monitorização - Sistema de Indicadores

O Plano Referencial Estratégico incorpora uma vertente que deve permitir, ao longo da sua implementação, ir avaliando o respetivo grau de concretização de objetivos e resultados de modo a ser possível introduzir, com oportunidade, as alterações que se considerarem necessárias.

Esta ideia central corresponde a encarar a *Monitorização* como uma Função do Processo de Planeamento que garante uma avaliação *in continuum* tornando mais efetiva essa mesma função, ou seja, mais apropriada em cada momento e em cada situação.

No fundo, trata-se de criar condições para ir avaliando ao longo do tempo, o grau de concretização das diversas vertentes do Plano e de poder corrigir a sua “trajetória” em tempo oportuno, de modo a fazer repercutir no próprio processo as recomendações da Função Monitorização, corrigindo caminhos, procedimentos e soluções tornando o Plano um instrumento vivo de orientação das políticas, com maior probabilidade de se ajustar às dinâmicas e forças que se manifestam.

A Função Monitorização focaliza-se na avaliação da correspondência entre os resultados esperados, expressos através da sua estrutura original de intenções e que passa a constituir o referencial fundamental para os resultados efetivamente obtidos, na sequência da concretização das medidas e ações, ao longo do tempo.

O Plano Referencial Estratégico comporta dimensões dinâmicas que não se esgotam apenas na orientação pela ação, numa lógica de meios-fins:

- ✓ Instrumento que procura influenciar o comportamento dos atores, numa perspetiva de interação recursos/escolhas/resultados;
- ✓ Estrutura de referência para a tomada de decisão pelos múltiplos atores (económicos, do interface Sistema Regional de Inovação/Empresas e da própria Administração Pública Regional);
- ✓ Instrumento de comunicação veiculando visões de futuro, ideias e estratégias a partilhar.

Na avaliação do Plano preconiza-se uma perspetiva de *eficácia/desempenho* que inclua dimensões que podem contribuir para que o Plano possa ser considerado como referência de apoio à decisão pública, associativa e privada, ao longo da sua implementação, p.ex., no tocante à articulação concertada de atuações e ao estabelecimento de parcerias, ou seja, procurando constituir-se como: (i) instrumento de coordenação entre atores; e (ii) instrumento catalizador das ações.

A Função Monitorização deve centrar-se na informação relativa aos principais instrumentos de concretização dos Eixos de intervenção do Plano que, inevitavelmente, irão procurar beneficiar do acesso e mobilização de financiamento via futuro PO RAM 2014-2020.

Nesse sentido haverá vantagem em considerar o conjunto de indicadores retidos na Cadeia de Programação do futuro Programa, preenchida a partir de contributos do IDE, nomeadamente nos Objetivos Temáticos/Prioridades de Investimento de natureza económico-empresarial. A partir destes indicadores pode ser definida a informação de base que, ao longo do tempo, interessa manter disponível e atualizada constituindo uma base de referência para avaliar do Plano ao longo do tempo.

↳ **Implementação de um Sistema de Informação**

O elevado volume de dados associados a este processo de monitorização, a sua contínua e regular atualização, a sua georeferenciação em estreita articulação com produtores de informação internos e externos ao IDE-RAM, explorando os canais formais e informais, promovendo a partilha e troca de informação, justifica a implementação de um Sistema de Informação (SI). Este SI não tem de ser específico e independente, podendo ser implementado a partir dos sistemas de informação já existentes no IDE-RAM, constituindo-se como um subsistema daqueles.

Neste entendimento, deve salientar-se a importância de assegurar:

- ✓ Existência de dados de base para construir informação fundamental necessária para fundamentar a análise crítica, regularmente atualizável no quadro de um Sistema de Informação.

- ✓ Apresentação regular de resultados e “outputs” como forma de: devolver “feedback” ao processo, para que se possam traduzir em decisões consequentes e impulsionar as atividades correspondentes.
- ✓ Supervisão do próprio processo de monitorização, recorrendo, nomeadamente, a indicadores simples de controle da sua implementação.

📌 **Definição de Indicadores de Monitorização e de Metas**

Os Indicadores de Monitorização formam um conjunto coerente de medidas de desempenho dos aspetos que previamente foram identificados como essenciais a monitorizar. Estes indicadores vão determinar o conjunto de dados a obter regularmente, sendo certo que é determinante a relação contrária, ou seja, os custos associados à obtenção regular de dados podem influenciar de forma determinante o conjunto de indicadores de monitorização.

Com a aprovação dos projetos/iniciativas e ações deve considerar-se a possibilidade de estabelecer *metas*, as quais traduzem níveis desejados para os objetivos, a alcançar em determinado momento ou em momentos futuros. Sobre este aspeto haverá que considerar diferentes estados para os indicadores e que são suscetíveis de alteração ao longo da monitorização:

- estado inicial;
- estado atual (em cada momento do processo de monitorização);
- estado tendencial (aquele que ocorreria por mera projeção do passado);
- meta (nível intermédio desejado, eventualmente definido ao longo do tempo);
- estado futuro (desejado como fim último a atingir).

A formulação destes Indicadores de Monitorização tem de ser cuidada no sentido de permitir avaliar os pontos de vista definidos, o que pressupõe que sejam formulados de modo a que não dependam do sistema de valores dos decisores, ou seja, devem articular-se numa estrutura relativamente estável que perdure no tempo.

Os Objetivos do **Plano Referencial Estratégico para a Economia** acolhem, conforme acima indicado, os Indicadores da Cadeia de Programação do PO, devendo ser complementados por alguns indicadores destinados à monitorização do nível de concretização do conjunto de Ações e Projetos propostos.

Este conjunto prévio de indicadores sugeridos não deve substituir uma reflexão posterior a empreender pela equipa de acompanhamento do Plano Referencial Estratégico funcionando, assim, como ponto de partida para a Monitorização do Plano.

Indicadores de Realização

PI	Indicadores
<i>Objetivo Temático 1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (objetivo I&D)</i>	
1.1.	N.º de Novos Investigadores em instituições apoiadas (ICC)
	N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação apoiadas (ICC)
1.2.	N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC)
	N.º de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento (ICC)
<i>Objetivo Temático 3. Reforço da Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME's)</i>	
3.1.	N.º de novas empresas apoiadas (ICC)
3.2.	N.º Empresas que beneficiam de apoio na Prioridade de Investimento (ICC)
3.3.	Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento
3.4.	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira
	N.º de empresas apoiadas no funcionamento

Indicadores de Resultado

PI	Indicadores
<i>Objetivo Temático 1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (objetivo I&D)</i>	
1.1.	N.º de publicações em revistas de "top" (em domínios científicos enquadráveis nas estratégias de especialização inteligente)
1.2.	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Ver. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividade de Inovação (Não PME)
<i>Objetivo Temático 3. Reforço da Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME's)</i>	
3.1.	Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento
3.2.	Valor de Exportações/ VVN nas PME
3.3.	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Ver. 3 B a J, M e Q) com atividade de Inovação
3.4.	VAB gerado para as empresas apoiadas no ano seguinte à conclusão do investimento
	Grau de representatividade das micro empresas

ANEXO ESTATÍSTICO

Quociente de Localização dos Estabelecimentos e Pessoal ao Serviço na RAM

CAE	Nº Estabelecimentos		Pessoal ao serviço	
	2007	2012	2007	2012
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,18	0,21	0,26	0,49
B - Indústrias extrativas	1,03	0,98	0,63	0,64
C - Indústrias transformadoras	0,58	0,50	0,35	0,29
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3,13	2,91	4,33	5,18
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2,15	1,21	1,35	1,17
F - Construção	1,19	0,98	1,54	1,30
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,00	0,96	1,11	1,13
H - Transportes e armazenagem	1,28	1,44	1,17	1,28
I - Alojamento, restauração e similares	1,54	1,45	2,61	2,56
J - Atividades de informação e de comunicação	0,73	0,84	0,62	0,61
K - Atividades financeiras e de seguros	1,15	0,99	0,73	0,67
L - Atividades imobiliárias	0,90	1,15	0,95	1,10
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,03	1,46	0,85	0,96
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,16	1,54	0,75	0,88
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,42	0,78	0,41	1,30
P - Educação	0,67	1,02	0,98	1,57
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,70	0,62	0,85	0,91
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,59	1,69	1,82	1,77
S - Outras atividades de serviços	1,06	1,06	1,00	0,94
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: QLrj é o quociente de localização da atividade j na região r (R.A. Madeira), face ao espaço padrão (Continente); $QLrj = (Xrj/Xr)/(Xpj/Xp)$; Xrj é o valor da variável x para a atividade j na região r (R.A. Madeira); Xr é o valor da variável x para o conjunto de atividades na região r (R.A. Madeira); Xpj é o valor da variável x para a atividade j no espaço padrão (Continente); Xp é o valor da variável x para o conjunto de atividades no espaço padrão (Continente).

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Pessoal ao Serviço nos estabelecimentos, segundo a CAE (Rev. 3)

CAE	2007		2012		Variação 2007-2011
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	378	0,5	564	1	49,2
B - Indústrias extrativas	180	0,3	122	0,2	-32,2
C - Indústrias transformadoras	5.739	8	3.609	6,4	-37,1
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	833	1,2	781	1,4	-6,2
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	505	0,7	516	0,9	2,2
F - Construção	13.861	19,3	6.053	10,8	-56,3
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15.659	21,8	12.619	22,5	-19,4
H - Transportes e armazenagem	3.911	5,4	3.538	6,3	-9,5
I - Alojamento, restauração e similares	13.059	18,2	10.332	18,5	-20,9
J - Atividades de informação e de comunicação	872	1,2	886	1,6	1,6
K - Atividades financeiras e de seguros	1.484	2,1	1.263	2,3	-14,9
L - Atividades imobiliárias	608	0,8	452	0,8	-25,7
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.145	3	2.346	4,2	9,4
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.486	6,2	4.205	7,5	-6,3
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	327	0,5	299	0,5	-8,6
P - Educação	1.742	2,4	1.864	3,3	7,0
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	3.479	4,8	4.322	7,7	24,2
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	909	1,3	816	1,5	-10,2
S - Outras atividades de serviços	1.643	2,3	1.398	2,5	-14,9
Total	71.820	100	55.985	100	-22,0

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Número de estabelecimentos, segundo a CAE (Rev. 3)

CAE	2007		2012		Variação 2007-2012
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	67	0,8	66	0,8	-1,5
B - Indústrias extrativas	24	0,3	20	0,3	-16,7
C - Indústrias transformadoras	605	6,9	441	5,7	-27,1
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	28	0,3	29	0,4	3,6
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	43	0,5	36	0,5	-16,3
F - Construção	1.309	14,8	735	9,4	-43,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2.623	29,7	2.244	28,9	-14,4
H - Transportes e armazenagem	460	5,2	454	5,8	-1,3
I - Alojamento, restauração e similares	1.407	15,9	1.202	15,5	-14,6
J - Atividades de informação e de comunicação	82	0,9	100	1,3	22,0
K - Atividades financeiras e de seguros	246	2,8	248	3,2	0,8
L - Atividades imobiliárias	192	2,2	183	2,4	-4,7
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	524	5,9	774	10,0	47,7
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	300	3,4	327	4,2	9,0
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	19	0,2	14	0,2	-26,3
P - Educação	111	1,3	107	1,4	-3,6
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	256	2,9	267	3,4	4,3
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	119	1,3	130	1,7	9,2
S - Outras atividades de serviços	414	4,7	401	5,2	-3,1
Total	8.829	100	7.778	100,0	-11,9

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Dados das Sociedades constituídas na RAM

CAE (rev. 3)	2008	2009	2010	2011	Variação 2008-2011
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	2	7	8	-
B - Indústrias extrativas	1	0	0	0	-100,0
C - Indústrias transformadoras	4	10	24	25	525,0
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	3	1	0,0
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	4	3	1	-
F - Construção	17	20	83	69	305,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	42	58	175	217	416,7
H - Transportes e armazenagem	17	15	38	38	123,5
I - Alojamento, restauração e similares	17	22	111	134	688,2
J - Atividades de informação e de comunicação	7	6	27	32	357,1
K - Atividades financeiras e de seguros	16	18	28	27	68,8
L - Atividades imobiliárias	21	20	42	36	71,4
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	26	24	76	78	200,0
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	17	5	27	30	76,5
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0	2	0	1	-
P - Educação	2	2	3	3	50,0
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	4	11	22	28	600,0
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5	6	26	32	540,0
S - Outras atividades de serviços	3	5	35	41	1266,7
Desconhecido	-	1	0	0	-
Total	200	232	730	801	300,5

Fonte: INE, informação disponibilizada pela Direção Geral de Política da Justiça.

Dados das Sociedades dissolvidas na RAM

CAE (rev. 3)	2008	2009	2010	2011	Variação 2008-2011
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	6	12	12	1.100,0
B - Indústrias extrativas	1	-	2	0	-100,0
C - Indústrias transformadoras	13	44	64	60	361,5
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	2	1	5	-
F - Construção	42	73	70	170	304,8
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	117	318	291	369	215,4
H - Transportes e armazenagem	15	30	42	77	413,3
I - Alojamento, restauração e similares	21	79	66	122	481,0
J - Atividades de informação e de comunicação	4	17	11	11	175,0
K - Atividades financeiras e de seguros	12	35	23	41	241,7
L - Atividades imobiliárias	13	29	42	71	446,2
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	229	414	185	229	0,0
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	26	90	47	67	157,7
P - Educação	-	6	1	7	-
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	3	2	14	10	233,3
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	8	14	23	666,7
S - Outras atividades de serviços	11	18	12	21	90,9
Total	511	1171	897	1295	153,4

Fonte: INE, informação disponibilizada pela Direção Geral de Política da Justiça.

Saldo Líquido das Sociedades na RAM

CAE (rev. 3)	2008	2009	2010	2011
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-1	-4	-5	-4
B - Indústrias extrativas	0	0	-2	0
C - Indústrias transformadoras	-9	-34	-40	-35
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	3	1
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	2	2	-4
F - Construção	-25	-53	13	-101
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-75	-260	-116	-152
H - Transportes e armazenagem	2	-15	-4	-39
I - Alojamento, restauração e similares	-4	-57	45	12
J - Atividades de informação e de comunicação	3	-11	16	21
K - Atividades financeiras e de seguros	4	-17	5	-14
L - Atividades imobiliárias	8	-9	0	-35
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-203	-390	-109	-151
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-9	-85	-20	-37
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0	2	0	1
P - Educação	-	-4	2	-4
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	1	9	8	18
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2	-2	12	9
S - Outras atividades de serviços	-8	-13	23	20
Desconhecido	0	1	0	0
Total	-311	-939	-167	-494

Fonte: INE, informação disponibilizada pela Direção Geral de Política da Justiça.

Número de trabalhadores por conta de outrem, segundo as habilitações literárias

	2007		2012		Variação 2007-2012
	Nº	%	Nº	%	
Total	66.223	100	51.885	100,0	-21,7
< 1º Ciclo	1.539	2,3	711	1,4	-53,8
1º Ciclo EB	15.270	23,1	9.000	17,3	-41,1
2º Ciclo EB	13.419	20,3	8.762	16,9	-34,7
3º Ciclo EB	15.951	24,1	13.955	26,9	-12,5
Ensino Secundário	14.436	21,8	12.630	24,3	-12,5
Ensino pós Secundário não superior Nível IV	155	0,2	165	0,3	6,5
Bacharelato	754	1,1	563	1,1	-25,3
Licenciatura	4.313	6,5	5.695	11,0	32,0
Mestrado	277	0,4	271	0,5	-2,2
Doutoramento	28	0	30	0,1	7,1
Ignorado	81	0,1	103	0,2	27,2

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Trabalhadores por conta de outrem, por nível de qualificação (Nº)

Níveis de Qualificação	Continente			Madeira		
	2007	2012	variação	2007	2012	variação
Total	2.848.902	2.387.386	-16,2	66.223	51.885	-21,7
Quadros superiores	186.747	195.797	4,8	3.238	3.520	8,7
Quadros médios	127.760	138.507	8,4	2.767	2.953	6,7
Encarregados cont. Chefes de equipa	103.708	122.080	17,7	2.071	2.000	-3,4
Profissionais altamente qualificados	201.332	179.939	-10,6	5.254	4.881	-7,1
Profissionais qualificados	1.106.379	913.908	-17,4	26.144	20.248	-22,6
Profissionais semiqualeificados	461.143	500.004	8,4	10.259	9.472	-7,7
Profissionais não qualificados	376.881	263.897	-30,0	9.371	5.605	-40,2
Estagiários, praticantes e aprendizes	127.147	73.254	-42,4	4.844	3.206	-33,8
Nível desconhecido	157.805	-	-	2.275	-	-

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Trabalhadores por conta de outrem, por nível de qualificação (%)

Níveis de Qualificação	Continente			Madeira		
	2007	2011	variação	2007	2011	variação
Total	100,0	100,0	-16,2	100,0	100,0	-21,7
Quadros superiores	6,6	8,2	4,8	4,9	6,8	8,7
Quadros médios	4,5	5,8	8,4	4,2	5,7	6,7
Encarregados cont. Chefes de equipa	3,6	5,1	17,7	3,1	3,9	-3,4
Profissionais altamente qualificados	7,1	7,5	-10,6	7,9	9,4	-7,1
Profissionais qualificados	38,8	38,3	-17,4	39,5	39,0	-22,6
Profissionais semiqualeificados	16,2	20,9	8,4	15,5	18,3	-7,7
Profissionais não qualificados	13,2	11,1	-30,0	14,2	10,8	-40,2
Estagiários, praticantes e aprendizes	4,5	3,1	-42,4	7,3	6,2	-33,8
Nível desconhecido	5,5	-	-	3,4	-	-

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal.

Evolução Emprego Madeira – Instituto de Emprego da Madeira (Dados Dezembro)

Indicador	2007		2013		Variação 2007-2013
	Nº	%	Nº	%	
Desemprego registado	8.773	100,0	22.758	100,0	159,4
Homens	4.505	51,4	12.923	56,8	186,9
Mulheres	4.268	48,6	9.835	43,2	130,4
Jovens	1.584	18,1	3.165	13,9	99,8
Homens	665	7,6	1.586	7,0	138,5
Mulheres	919	10,5	1.579	6,9	71,8
Adultos	7.189	81,9	19.593	86,1	172,5
Homens	3.840	43,8	11.337	49,8	195,2
Mulheres	3.349	38,2	8.256	36,3	146,5
Desemp.de Curta Duração	5.856	66,8	10.190	44,8	74,0
Homens	3.032	34,6	5.621	24,7	85,4
Mulheres	2.824	32,2	4.569	20,1	61,8
Desemp.de Longa Duração	2.917	33,2	12.568	55,2	330,9
Homens	1.473	16,8	7.302	32,1	395,7
Mulheres	1.444	16,5	5.266	23,1	264,7
Primeiro Emprego	849	9,7	2.417	10,6	184,7
Novo Emprego	7.924	90,3	20.341	89,4	156,7
Nível de Instrução					
< 1º Ciclo Ensino Básico	557	6,3	1.378	6,1	147,4
1º Ciclo Ensino Básico	2.784	31,7	6.025	26,5	116,4
2º Ciclo Ensino Básico	1.885	21,5	4.920	21,6	161,0
3º Ciclo Ensino Básico	1.317	15,0	3.674	16,1	179,0
Ensino Secundário	1.603	18,3	4.697	20,6	193,0
Ensino Superior - licenciatura	627	7,2	2.064	9,1	229,2
Procura ao longo do mês	737	100,0	1.039	100,0	41,0
Homens	362	49,1	611	58,81	68,8
Mulheres	375	50,9	428	41,19	14,1
Primeiro Emprego	82	11,1	134	12,90	63,4
Novo Emprego	655	88,9	905	87,10	38,2
Ofertas de emprego					
Ao longo	285	-	112	-	-60,7
Permanecem	251	-	229	-	-8,8
Colocações	122	100,0	52	100,0	-57,4
Homens	39	32,0	32	61,5	-17,9
Mulheres	83	68,0	20	38,5	-75,9

Fonte: <http://www.iem.gov-madeira.pt/>

Evolução dos principais indicadores de contexto regionais entre 2007 e 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB (10 ⁶ Euros)	5.047	5.280	5.140	5.208	5.112	4.812
PIB pc (10 ³ Euros)	20,504	21,392	20,809	21,066	20,669	19,569
PIB pc PT=100 (%)	128,0	132,0	131,0	130,0	129,0	125
PIB pc UE28=100 (%)	101,0	103,0	105,0	104,0	100,0	95
PIB - taxa de variação em volume (%)	-1,50	2,20	-3,30	0,70	-2,30	-7,1
VAB (10 ⁶ Euros)	4.358	4.584	4.536	4.562	4.461	4.156
FBCF (10 ⁶ Euros)	1.027	1.112	1.048	1.002	x	-
Rendimento Disponível Bruto (10 ⁶ Euros)	2.806	3.072	2.977	3.039	x	-
Rendimento Disponível Bruto pc (Euros)	11.393	12.439	12.038	12.278	x	-

Legenda: PIB pc - Produto Interno Bruto per capita; PIB pc PT – Produto Interno Bruto per capita para Portugal = 100; PIB pc UE27 - Produto Interno Bruto per capita em paridade do poder de compra para UE=28; VAB – Valor Acrescentado Bruto; e FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo.

Fonte: DREM (2012), Contas Regionais 1995-2012P.

Principais indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM

	2007	2008	2009	2010	2011
Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	4,5	2,3	2,2	2,12	2,75
Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	1,4	1,9	1,6	1,63	1,80
Proporção de pessoal ao serviço em atividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) (%)	0,8	0,8	0,8	x	1,05
Indicador de concentração do volume de negócios dos municípios (%)	65,7	69,3	68,2	62,1	62,45
Taxa de natalidade (%)	18,5	14,1	16,3	12,46	13,52
Taxa de sobrevivência a 2 anos (%)	53,8	56,7	53,0	50,64	6,46
Peso dos custos com o pessoal no VAB (%)	32,6	56,4	58,3	63,29	47,13
Taxa de Investimento (%)	0,7	42,4	38,0	23,78	22,77
Taxa de Valor Acrescentado bruto (%)	55,0	39,3	41,4	44,77	44,42
Rendibilidade operacional das vendas (Racio)	9,9	5,1	4,4	7,8	6,01
Rentabilidade dos capitais próprios (Racio)	10,1	4,7	-2,61	x	x
Cobertura do imobilizado (Racio)	1,3	2,3	2,5	x	x
Autonomia financeira (Racio)	0,4	0,5	0,5	0,27	0,28
Solvabilidade (Racio)	0,5	1,1	1,1	0,37	0,38
Endividamento (Racio)	0,8	0,5	0,5	0,73	0,72
Liquidez reduzida (Racio)	0,8	1,8	1,6	x	x
Liquidez imediata (Racio)	0,2	0,3	0,3	x	x

Fonte: DREM, Madeira em Números (2007 a 2012).

Taxas de Atividade, Emprego, Desemprego, e Inatividade na RAM

un: %

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Taxa de atividade (15 e mais anos)</i>	61,8	62,3	62,9	63,3	63,4	62,9	62,2
Homens	70,4	70,9	70,2	70,5	70,2	69,8	68,5
Mulheres	54,4	54,8	56,6	57,0	57,5	56,9	56,7
<i>Taxa de emprego</i>	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6	51,9	50,8
Homens	65,8	66,9	63,9	64,5	59,5	55,9	54,9
Mulheres	50,5	51,4	53,1	53,4	50,4	48,4	47,2
15 e mais anos	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6	51,9	50,8
Dos 15 aos 24 anos	33,9	33,8	28,8	28,5	22,6	17,7	16,3
Dos 25 aos 34 anos	79,8	78,6	79,1	79,4	76,9	70,2	64,1
Dos 35 aos 44 anos	82,7	84,0	82,1	82,8	79,4	75,6	74,1
Com 45 e mais anos	45,0	47,0	48,6	49,4	45,1	45,1	46,1
<i>Taxa de desemprego</i>	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8	17,5	18,3
Homens	6,5	5,7	9,0	8,6	15,3	19,9	19,8
Mulheres	7,1	6,3	6,1	6,2	12,2	15,0	16,7
15 e mais anos	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8	17,5	18,3
Dos 15 aos 24 anos	16,9	15,1	19,7	17,3	39,1	49,0	51,5
Dos 25 aos 34 anos	7,0	7,4	9,3	9,3	14,8	21,3	24,1
Dos 35 aos 44 anos	6,6	4,5	5,2	6,1	11,4	14,9	15,1
Com 45 e mais anos	3,1	3,1	4,7	4,6	8,3	9,3	10,0
<i>Taxa de inatividade (15 e mais anos)</i>	38,2	37,7	37,1	36,7	36,6	37,1	37,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Evolução dos principais indicadores de turismo entre 2007 e 2013

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013P	Variação 2007-2013
Hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros	967.134	1.013.281	911.345	840.514	885.063	841.963	917.181	-5,2
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	5.990.015	6.208.144	5.496.926	4.993.525	5.565.286	5.507.685	5.981.906	-0,1
Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros (%)	60,1	60,4	52,1	47,9	53,7	54,4	59,1	-1,7
Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros (10 ³ Euros)	281.810	297.847	255.852	226.738	252.791	250.026	271.722	-3,6
Pessoal ao serviço (Nº)	6.570	6.498	6.347	5.997	5.810	5.569	x	-15,2 (*)
Custos com o pessoal (10 ³ Euros)	102.373	103.414	100.806	96.489	94.555	90.564	x	-11,5 (*)

(*) Variação 2007-2012; P – Dados Preliminares.

Fonte: Estatísticas do Turismo da RAM, DREM.

População ativa por nível de escolaridade obrigatória

Un: Milhares

Nível de escolaridade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2007-2013
População ativa	124,9	126,1	128,4	129,4	130,2	129,2	119,8	-4,1
Nenhum	7,7	8,8	7,9	7,8	7,4	7,7	4,2	-45,5
Básico - 1º ciclo	38,5	35,1	35,8	34,8	31,2	29,9	24,7	-35,8
Básico - 2º ciclo	24,5	23,1	23,7	23,0	23,4	22,0	26,1	6,5
Básico - 3º ciclo	21,2	23,2	23,2	24,7	24,1	23,0	27,6	30,2
Secundário e pós-secundário	17,6	19,7	20,5	21,1	23,8	24,8	20,5	16,5
Superior	15,5	16,1	17,4	18,0	20,3	21,7	16,8	8,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Alunos Matriculados e adultos em atividades de educação e formação, segundo o nível de Educação/Ensino, por ano letivo, R.A. Madeira

Ano	Total	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
2006/2007	54.913	8.132	35.617	15.509	8.186	11.922	11.164
2007/2008	52.576	7.980	34.551	14.896	7.820	11.835	10.045
2008/2009*	53.147	7.954	34.426	14.362	7.853	12.211	10.767
2009/2010*	53.409	7.960	34.315	14.156	7.758	12.401	11.134
2010/2011*	52.363	7.834	33.329	13.647	7.808	11.874	11.200
2011/2012*	51.423	7.618	32.663	13.220	7.588	11.855	11.142

* Os anos letivos 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012 incluem informação relativa aos Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Fonte: GEPE a 2006/2007; OSECRAM 2007 até 2011/2012.

Taxa bruta de escolarização, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo (%), R.A. Madeira

Ano	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
2006/2007	87,7	135,9	135,7	143,8	131,2	114,4
2007/2008	87,2	131,3	126,5	140,3	131,8	106,3
2008/2009*	87,9	130,8	120,0	139,4	140,2	115,8
2009/2010*	90,0	129,7	116,7	132,7	146,2	121,2
2010/2011*	91,2	125,8	111,4	134,2	140,9	123,9

* No ano letivo 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011, o cálculo da taxa bruta de escolarização inclui os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Fonte: GEPE a 2006/2007; OSECRAM 2007 até 2010/2011.

Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de Educação/Ensino por ano letivo (%), R.A. Madeira

Ano	Total	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
2006/2007	14,4	8,3	16,7	21,3	29,3
2007/2008	12,4	6,3	13,5	20,3	26,6
2008/2009*	11,4	6,1	11,7	18,8	26,7
2009/2010*	11,8	5,8	12,8	19,4	24,4
2010/2011*	11,2	5,1	11,9	19,1	24,7
2011/2012	12,9	6,6	13,6	20,7	24,2

* Nos anos letivos 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011, o cálculo da taxa de retenção e desistência inclui os cursos profissionais.

Fonte: GEPE a 2006/2007; OSECRAM, 2007 até 2011/2012.

Indicadores de Educação

	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Estabelecimentos de Ensino						
Pré-escolar	170	172	175	178	174	174
1º Ciclo	130	128	127	126	124	123
2º Ciclo	33	32	32	33	33	34
3º Ciclo	31	31	38	38	40	41
Ensino Secundário	26	26	31	36	27	28
Ensino Superior	4	4	4	4	4	4
Pessoal Docente						
Pré-escolar	1.033	1.061	1.159	1.212	1.182	1.181
1º Ciclo	1.667	1.622	1.657	1.872	1.765	1.749
2º Ciclo	1.142	940	943	1.035	972	1.005
3º Ciclo e Secundário	3.879	3.124	3.216	3.226	3.045	3.123
Ensino Superior	353	345	345	329	329	287

Fonte: DREM, Madeira em Números (2007 a 2012).

Evolução dos principais indicadores de educação da RAM entre os anos letivos 2007/2008 e 2011/2012

	2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011		2011/2012	
	RAM	Continente	RAM	Continente	RAM	Continente	RAM	Continente	RAM	Continente
Taxa de pré-escolarização (%)	87,2	79,5	87,9	83,2	90,0	84,7	91,2	87,2	94,7	90,9
Taxa de escolarização no ensino básico (%)	131,3	121,3	130,8	131,0	129,7	127,5	125,8	122,4	113,7	118,3
Taxa de escolarização no ensino secundário (%)	106,3	101,2	115,8	149,2	121,2	148,4	123,9	136,3	114,4	126,1
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	12,4	7,7	11,4	7,6	11,8	7,6	11,2	7,3	12,9	9,6
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	73,4	79,4	73,3	81,3	75,6	81,1	75,3	79,5	75,8	80,3

Fonte: DREM, Madeira em Números (2007 a 2012).

Taxa de abandono precoce de educação e formação

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Madeira	HM	48,3	46,8	39,5	37,3	31,7	29,0	27,2
Continente	HM	36,1	34,5	30,4	27,9	22,3	20,2	18,3

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Aprendizagem ao Longo da Vida (% da população com idade entre os 25 e 64 anos que participa em ações de educação e/ou formação)

Ano	Portugal	Madeira
2005	4,1	1,9
2006	4,2	2,1
2007	4,4	2,6
2008	5,3	2,9
2009	6,5	3,2
2010	5,8	2,5
2011 (a)	11,6	8,0
2012	10,6	8,5
2013	9,2	9,8

(a) Em 2011 ocorreu uma quebra de série, motivada por um novo método de recolha de dados.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Un: N°

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	9.632	8.901	9 828	11.252	9.318	8.675
Homem	4.241	3.929	4 495	5.278	4.500	4.248
Mulher	5.391	4.972	5.333	5.974	4.818	4.427
Menos de 25 anos	5.157	4.649	5.014	5.604	4.493	4.146
25-39 anos	1.483	1.363	1.646	1.918	1.644	1.605
40-54 anos	1.799	1.749	2.050	2.460	2.081	2.014
55 e mais anos	1.193	1.140	1.118	1.270	1.100	910

Fonte: INE; Anuário Estatístico R.A. Madeira (2007 até 2012).

Risco de pobreza, estimado pelo rendimento monetário (2000-2009)

	2000*	2005**	2009***
Portugal	19,2	18,5	17,9
RA Madeira	34	23,5	18,8
RA Madeira/ Portugal	1,77	1,27	1,05

Fonte: *INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 2000;

**INE, *Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias*, 2005-2006;

***INE, *IDEF* 2010-2011.

Incidência de trabalhadores a receber a RMMG (Remuneração Mínima Mensal Garantida), por região (NUT II) do estabelecimento

	2007	2008	2009	2010	Varição
Portugal	10,8	11,8	15,2	15,5	44%
Norte	14	15,1	20,3	20,3	45%
Centro	11,7	12,6	16	16,5	41%
Lisboa	7,4	8,3	10	10	35%
Alentejo	10,4	11,5	14,7	15,4	48%
Algarve	8,7	10,5	12,8	14,6	68%
Açores	10,9	13,3	14,8	n.d.	36%
Madeira	5,3	8,4	10,3	12,3	132%

Fonte: GT MSSS, Zonas afetadas pela pobreza ou grupos alvo em risco de exclusão, Documento de Trabalho para o Acordo de Parceria, 2014-2020.

Evolução da Despesa em I&D

	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa em I&D no PIB	0,30	0,41	0,38	0,32	0,26
Repartição da despesa total em I&D					
Empresas (%)	15,7	32,7	10,8	10,2	12,8
Estado (%)	34,4	26,7	53,7	48,4	36,0
Ensino Superior (%)	47,9	39,6	33,6	39,5	37,1
Instituições privadas sem fins lucrativos (%)	2,0	1,0	1,9	1,9	14,1
Pessoal em I&D na população ativa (%)	0,26	0,35	0,3	0,4	x
Investigadores (ETI) em I&D na população ativa	0,17	0,23	0,2	0,3	0,25
Despesa média em I&D por unidade (mil €)	468,6	696,4	518,3	480,1	301,0

Fonte: INE; Anuário Estatístico R.A. Madeira (2007 até 2012).

Despesa em I&D

Un: mil €

	2007	2008	2009	2010	2011
Por Setor de Execução					
Total	14.527	20.197	14.513,6	16.804,6	13.243,2
Empresas	2.284	6.605	1.563,7	1.719,3	1.701,7
Estado	4.999	5.386	7.793,2	8.133,4	4.769,0
Ensino Superior	6.953	7.997	4.881,2	6.635,7	4.909,8
Instituições privadas sem fins lucrativos	291	209	275,4	316,2	1.862,8
Por fonte de Financiamento					
Empresas	1.309	5.397	1.633,6	1.272,5	1.367,8
Estado	11.998	12.402	11.205,2	13.993,7	8.573,3
Ensino Superior	-	591	490,1	400,3	806,9
Instituições privadas sem fins lucrativos	184	223	158,6	301,8	699,4
Estrangeiro	1.036	1.584	1.026,1	836,3	1.795,9

Fonte: INE; Anuário Estatístico R.A. Madeira (2007 até 2012).

